

1. INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes

1. A primeira Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR) da República Democrática de São Tomé e Príncipe (RDSTP), compreendendo um Diagnóstico, uma Estratégia e um Plano de Acção¹, foi preparada com o apoio técnico e financeiro da FAO em associação com a cooperação internacional, nomeadamente a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GTZ), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o Banco Mundial (BM). Houve também uma ampla participação dos sectores público e privado, de organizações da sociedade civil (OSC) e de outras organizações internacionais.

2. Em 2004, o Governo da RDSTP solicitou o apoio técnico e financeiro da FAO para actualizar a CPADR, dentro do novo contexto que incluía:

- i. As novas perspectiva das receitas do petróleo;
- ii. A aprovação da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP);
- iii. A necessidade de preparação dos insumos do Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE) para a Mesa Redonda (MR), de Bruxelas, que teve lugar no dia 6 de Dezembro de 2005, (RDSTP, 2005), com os parceiros do desenvolvimento;
- iv. A crescente dependência do País em relação às importações de produtos agro-pecuários *in natura* e transformados;
- v. Os baixos níveis de produção e baixos índices de produtividade das explorações agro-pecuárias, florestais e pesqueiras;
- vi. O sub investimento público e privado no meio rural e pescas; e
- vii. A crescente migração rural urbana, com a conseqüente baixa na qualidade de vida das populações residentes nos centros urbanos.

3. Em resposta à solicitação do Governo da RDSTP, a FAO enviou uma missão ao País em Junho de 2004, para formular o TCP/STP/3003, com vista à actualização da CPADR. O Projecto foi implementado no período de Junho de 2005 a Setembro de 2006. Recursos adicionais foram aportados pela FAO, em Dezembro de 2005, para a preparação do Programa Nacional de Investimento de Médio Prazo (PNIMP), no âmbito, da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD). Este exercício teve como base as informações preparadas pelos 17 Grupos de Trabalho do Projecto (ver Capítulo 2) encarregues de preparar os elementos para a actualização da CPADR.

4. A preparação da CPADR, do PNIMP e dos insumos para a MR decorreram em três fases: na primeira (1/6/05 a 31/3/06), implantou-se o projecto, formou-se as Equipas de Coordenação e Técnica, adquiriu-se os equipamentos, identificou-se, seleccionou-se e contratou-se os consultores nacionais e internacionais, assim como identificou-se as contra partidas técnicas do ME e os interlocutores das OSC. Ainda nesta etapa foram preparados e revisados todos os documentos técnicos pelos Grupos de Trabalho. A segunda etapa (1 de Abril a 31 Agosto de 2006), destinou-se à preparação, discussão e revisão deste documento síntese da carta actualizada. Na terceira etapa (1 a 30 de Setembro de 2006), organizou-se e realizou-se o Workshop Nacional (WN) para validação do documento da Carta Actualizada. Após o WN foram acordadas com o ME as ações de seguimento do Projecto e preparado o relatório final para a FAO.

¹ Ver os respectivos documentos preparados pelo Governo entre 1997 e 2000.

5. O processo de actualização da CPADR, preparação do PNIMP e dos elementos do sector da agricultura², desenvolvimento rural e pescas (SADERPE), para a Mesa Redonda de Bruxelas foram conduzidos em estreita colaboração com os parceiros do desenvolvimento que actuam no País: o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Banco Africano do Desenvolvimento (BAD), a União Europeia (UE), o Banco Mundial (BM), o Fundo para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA), o Programa Alimentar Mundial (PAM), a UNICEF, a Organização Não Governamental ECO-STP que coordena o apoio da Universidade de Columbia (UCO) ao Governo da RDSTP, a cooperação bilateral, o sector público e privado e as OSC que actuam no meio rural e urbano do País.

6. Para assegurar uma completa apropriação do processo de actualização da CPADR e de todos os produtos oriundos deste exercício, o Ministério da Economia decidiu que tanto os seminários dos GTs, como todas as apresentações técnicas durante o Workshop Nacional fossem feitas pelos quadros do Ministério. Essa foi uma decisão que facilitou a apropriação dos resultados e permitiu um intenso empenho de todas as Direcções Nacionais e Centros especializados do ME, durante todo o processo de preparação dos documentos técnicos e do documento síntese da Carta Actualizada.

1.2 Objectivos da Actualização da CPADR

7. Objectivo geral:

Diagnosticar oportunidades e constrangimentos ao desenvolvimento sustentado do sector da agricultura, desenvolvimento rural e pescas da RDSTP e indicar recomendações de políticas, estratégias, programas, sub programas e projectos de assistência técnica e de investimentos prioritários e promotores de desenvolvimento sustentado a curto, médio e longo prazos, consistentes com os objectivos do milénio para o desenvolvimento (OMD), os eixos prioritários da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) e de outros documentos oficiais do GRDSTP.

8. Objectivos específicos:

- i. Preparar uma análise mais aprofundada dos principais sub sectores e temas transversais chaves para o desenvolvimento sustentado do meio rural de STP, incluindo uma proposta para um Fundo de Desenvolvimento Rural e das Pescas (FDRP);
- ii. Elaborar o PNIMP e propor projectos estruturantes, para financiamento no contexto do NEPAD;
- iii. Propor um conjunto de projectos (quick wins), de baixo custo e altos retornos para implementação imediata pela iniciativa pública, privada e OSC, com o apoio do GRDSTP e da cooperação internacional;
- iv. Preparar os insumos do SADERPE para a Mesa Redonda dos parceiros do desenvolvimento que teve lugar em Bruxelas, no dia 6 de Dezembro de 2005;
- v. Propor políticas e estratégias para implementar as recomendações programas, sub programas e projectos de cooperação técnica e de investimento oriundos da CADADRP.
- vi. Organizar e levar a cabo o Workshop Nacional para validar as conclusões e as propostas da carta actualizada e do PNIMP, com uma ampla participação dos parceiros do desenvolvimento e da sociedade civil.

² Inclui os sub-sectores agrícola, pecuário e florestal.

1.3. Organização da Carta Actualizada

9. A carta actualizada (CA) reúne os 21 documentos técnicos (DTs) preparados pelos 17 grupos de trabalho (GTs) e este documento síntese (DS), que consolida todos os resultados e propostas dos DTs. A Carta Actualizada de Política Agrícola, Desenvolvimento Rural e Pescas (CAPADRP) foi ampliada em comparação a anterior, passando a incluir aspectos relativos às pescas e aos mecanismos para financiamento das propostas de projectos. O DS apresenta as opções de estratégias, políticas, programas, sub programas e projectos para materializar as recomendações da Carta Actualizada. Inclui um conjunto de matrizes que resume as oportunidades, constrangimentos, recomendações, propostas de programas, sub programas e projectos prioritários de investimento e de cooperação técnica a curto, médio e longo prazos. Inclui também um anexo estatístico e as recomendações oriundas do Workshop Nacional que validou a carta actualizada.

10. O presente documento síntese está constituído por sete capítulos, incluindo esta introdução (Capítulo I) e vários anexos. O capítulo II apresenta o enfoque analítico e organizacional utilizado para a actualização da CPADR. O capítulo III analisa a evolução das políticas macro-económicas e sectoriais utilizadas pelo Governo nos anos recentes e explora novas opções para acelerar o desenvolvimento económico, com ênfase nas suas implicações para a redução da pobreza rural e urbana. O capítulo IV caracteriza o SADERPE e aprofunda o diagnóstico anterior no tocante as questões transversais (crédito rural, instituições, género, processo fundiário, agro-processamento, cooperação técnica, formação, investigação, desenvolvimento e vulgarização) que, directa ou indirectamente afectam todos os sub-sectores analisados. O capítulo V analisa as instituições de apoio ao desenvolvimento do SADERPE e propõe medidas para o seu aperfeiçoamento. O capítulo VI apresenta a Estratégia para o Desenvolvimento do Sector, tendo em conta os eixos da ENRP e dos OMD e outras políticas do Governo. Finalmente, o capítulo VII apresenta o Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector, incluindo as propostas de programas, sub programas e projectos para implementar a Estratégia do Sector e as recomendações do estudo.

11. Os DTs estão organizados em cinco volumes. Estes documentos apresentam análises aprofundadas sobre a situação na Região Autónoma do Príncipe, a agricultura, a pecuária, as florestas, as pescas, a agro-indústria, a comercialização de produtos e insumos, a mulher no meio rural nas pescas, a poupança e o crédito rural e pesqueiro, as instituições públicas e não públicas, a formação formal e não formal, a investigação no sector agro-pecuário, florestal e pesqueiro, o processo fundiário e o papel da cooperação internacional.

2. ABRANGÊNCIA ANALÍTICA E PLANEAMENTO

2.1. Abrangência Analítica

1. A actualização da CPADR teve uma abrangência nacional, quanto às análises e propostas de políticas sectoriais e macro-económicas. Deu-se especial atenção àqueles das políticas macro-económicas que tem directa incidência sobre a estrutura de incentivos à adopção de tecnologias que dinamizem tanto o sector privado tradicional, como o moderno. Ao incentivar a produção para os mercados interno e externo, a Carta estará assegurando um desenvolvimento sustentado do SADERPE. Estas análises e propostas são elementos indispensáveis à utilização racional dos recursos humanos, das infra-estruturas, dos recursos naturais, com o objectivo de aumentar a produção, a renda e o emprego no meio rural e urbano, tanto a curto, como a médio e longo prazos. Foram também analisadas em profundidade questões transversais de relevância, tais como o crédito rural e pesqueiro, o papel da mulher no meio rural e nas pescas, a cooperação técnica internacional, o processo fundiário, a formação, a investigação e a vulgarização, o papel das instituições públicas e não públicas, o financiamento e a assistência técnica.

2. As análises e as propostas preparadas durante o processo de actualização da Carta referem-se directamente àqueles elementos-chave para o crescimento económico: produtores de subsistência e comerciais; cadeias produtivas de produtos de consumo interno e de exportação; zonas agro ecológicas (altitudes, regime pluviométrico, disponibilidade de água para irrigação); políticas que afectam a competitividade do SADERPE (macro-económicas e sectoriais); disponibilidade de infra-estruturas físicas e de serviços à produção (vias de acesso, agro processamento de produtos, disponibilidade de insumos e de recursos humanos treinados para vulgarizar as novas tecnologias); e oportunidades de financiamento das propostas incluídas na CAPADRP (Orçamento Geral do Estado (OGE), Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas, organismos internacionais bilaterais e multilaterais). As análises e propostas relativas às questões transversais, por sua vez, apontam para os principais elementos de um desenvolvimento socioeconómico equitativo.

2.2. Planeamento

3. O planeamento para a actualização da CPADR contou com uma Equipa de Coordenação (EC) dos trabalhos do Projecto e uma Equipa Técnica (ET), esta última com a função de preparar os Documentos Técnicos (DTs), em consulta com as instituições públicas e privadas, OSC, organismos internacionais bilaterais e multilaterais. O apoio do Ministério da Economia e de todas as suas Direcções Nacionais e Centros Especializados, foi essencial para a assegurar a qualidade das análises, recomendações e o sucesso dos trabalhos de ambas Equipas. O PNUD proveu apoio logístico, com uma forte participação da sociedade civil e das organizações internacionais. Apesar de recursos financeiros bastante limitados, considera-se que o exercício foi amplamente satisfatório.

4. A Equipa de Coordenação foi liderada pelo Director da Direcção de Planeamento e Estudos (DPE) do Ministério da Economia (ME), com a participação do Representante da FAO para Angola e a RDSTP, o contra partida da Divisão de Assistência em Políticas Agrárias da FAO-Roma, o Ponto Focal do PNUD para a FAO e o Coordenador Nacional do Projecto (CNP). Esta equipa manteve um estreito relacionamento com os representantes das instituições públicas nacionais e internacionais e com a liderança da sociedade civil organizada, ao mesmo tempo em que assegurou uma ampla participação dos representantes

das OSC, dos técnicos e especialistas nacionais nas discussões dos temas analisados pelos Grupos de Trabalho. Como resultado, obteve-se um conjunto de documentos técnicos que serviram de suporte para a organização deste documento síntese. A organização e implementação do Workshop Nacional foi também da responsabilidade da Equipa de Coordenação, que actuou em coordenação com o sector público para garantir a ampla participação e profícua discussão de todos os temas de interesse do SADERPE. A EC consolidou as recomendações do Workshop e providenciou as respectivas traduções de documentos de interesse, do Português para o Francês.

5. A Equipa Técnica, liderada pelo Director do DPE e apoiada pelo CNP e a contra partida da FAO, foi organizada em 17 Grupos de Trabalho (GTs), abaixo indicados, que cobriram todos os sub sectores do SADERPE, os temas transversais que incidem sobre as actividades agro-silvo-pastorais e das pescas e a caracterização da Região Autónoma do Príncipe.

GT-01 - Região Autónoma do Príncipe

GT-02 - Agricultura:

GT-02-1 - Sub-Grupo 1: Culturas de Consumo Interno

GT-02-2 - Sub-Grupo 2: Culturas de Exportação

GT-03 - Pecuária

GT-04 - Florestas

GT-05 - Pescas

GT-06 - Transformação e Agro Indústria

GT-07 - Comercialização de Produtos e Insumos

GT-08 - Mulher no Meio Rural e nas Pescas

GT-09 - Poupança e Crédito Rural e Pesqueiro

GT-10 – Infra estruturas Rurais e Pesqueiras

GT-11 - Instituições Públicas e Não Públicas

GT-12 - Formação, Investigação e Extensão:

GT-12-1 - Sub-Grupo 1: Formação

GT-12-2 - Sub-Grupo 2: Investigação e Extensão

GT-13 - Processo Fundiário

GT-14 - Papel da Cooperação Internacional

GT-15 - Programa de Investimento de Médio Prazo/NEPAD

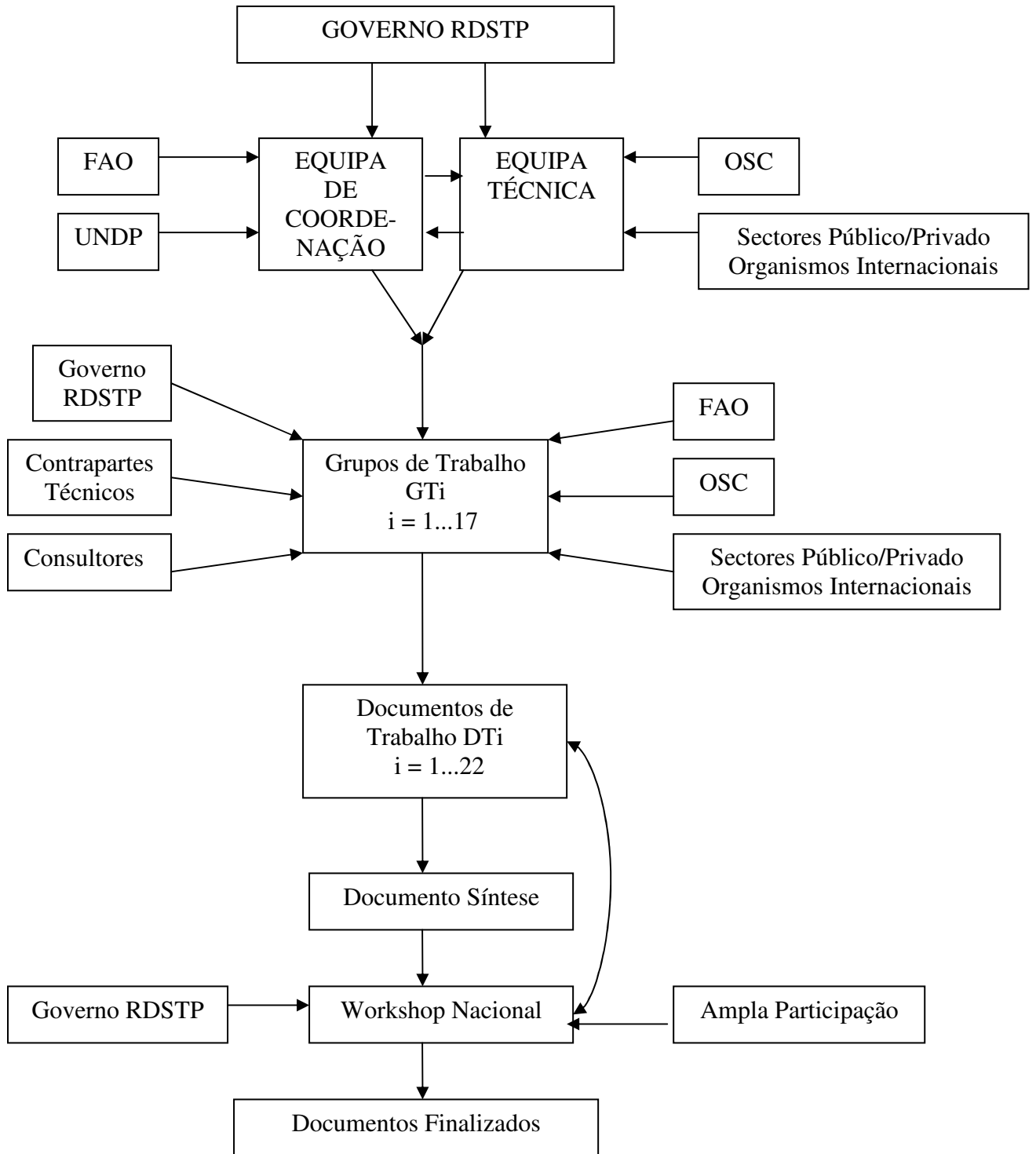
GT-16 - Fundo de Desenvolvimento Rural e das Pescas

GT-17 - Insumos para a Mesa Redonda com os Parceiros do Desenvolvimento

6. Cada GT dispôs de termo de referência para os seus trabalhos. Estes foram levados a cabo sob a Coordenação de um Director de Direcção Nacional ou de um Centro Especializado do ME, com o apoio de: um Consultor Nacional, do Coordenador Nacional do Projecto, do contra partida técnica da FAO. Foram feitas várias reuniões de trabalho abertas à participação de representantes da sociedade civil, instituições nacionais e internacionais. O GT realizou visitas técnicas às instituições dos sectores público, privado e OSC para obtenção de dados/informações e também para promover discussões sobre temas de interesse do sector produtivo nacional. Foram organizados e implementados 16 seminários internos para discussão dos vinte e um documentos técnicos (DTs), incluindo o PNIMP e a proposta do Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP). A Figura 2.1 resume a organização, participantes, fluxo de trabalho, meios utilizados e produtos resultantes da actualização da CPADR.

Figura 2.1

**Organização, Participantes e
Produtos Resultantes da Actualização da
Carta de Política Agrícola**



7. O Coordenador Nacional do Projecto, com o apoio da FAO, preparou um Guião para orientação dos trabalhos dos GTs, sob a liderança do ME (em substituição ao ex Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (MADRP)), através da Direcção de Planeamento e Estudos (DPE). A constituição dos GTs foi decidida conjuntamente pelo Director da DPE, Coordenador Nacional do Projecto (CNP), Coordenador do GT, representantes da sociedade civil, consultor nacional e o contra partida técnica da FAO. Os GTs mantiveram o equilíbrio em termos do número e gênero de membros. Um ou mais consultores nacionais foram contratados para preparar cada DT. O consultor nacional levou em conta os elementos e as recomendações dos membros do GT, do ME e da FAO, na preparação das diferentes versões de cada DT.

8. O Guião indicou as atribuições de cada membro do GT. O Coordenador foi responsável pela coordenação de todas as actividades do Grupo (reuniões, supervisão do trabalho do consultor nacional, apoio ao Coordenador Nacional do Projecto, tanto para Carta como para o WN, apresentação do documento de trabalho no WN, entre outras). Os contrapartes técnicos apoiaram o Coordenador do GT em actividades mais técnicas (reuniões, preparação de documentos, e outras actividades solicitadas pelo coordenador). Os representantes das organizações da sociedade civil (OSC), participaram das reuniões do GT, apresentando recomendações dos segmentos da sociedade que representavam, apoiando a revisão do documento preparado pelo GT, assim como realizando actividades específicas solicitadas pelo coordenador. Os consultores nacionais apoiaram o Coordenador, na preparação do documento de trabalho, agregando as contribuições recebidas do próprio GT, de acordo com os seus termos de referência.

9. O Guião definiu também o cronograma dos trabalhos dos GTs de acordo com as três fases do Projecto indicadas na introdução deste documento e reajustado de acordo com os avanços do Projecto. Ficou também estabelecido que: (i) toda reunião do GT deveria ser documentada com um relatório, que incluiria a data, local, hora, agenda, participantes e assuntos tratados na reunião, bem como a agenda, local, hora e data da próxima reunião; (ii) todo documento preparado pelos GTs deveria ser escrito no idioma nacional (Português), de forma clara e concisa. Recomendou-se incluir todas as fontes de informações e dados (bibliográficas, sites da Internet, entrevistas, pessoas e instituições consultadas) nos documentos do GT. Sempre que possível, as informações deveriam ser fundamentadas com dados estatísticos. Os documentos de trabalho preparados pelos GTs somente deveriam ser considerados oficiais, depois de aprovados pelo ME e o WN; e (iii) todo documento deveria ser preparado em suporte eletrónico (disquete, CD) para ser entregue ao Coordenador do GT e ao Coordenador Nacional do Projecto.

2.3 Métodos Analíticos

10. A metodologia de análise utilizada para actualizar a Carta consistiu, primeiramente, em identificar oportunidades e constrangimentos relacionados com o desenvolvimento sustentado do SADERPE e, em seguida, propor estratégias, políticas, programas e sub programas e projectos capazes de superar os constrangimentos e aproveitar as oportunidades identificadas, que levassem a um desenvolvimento sustentado do sector. Este exercício ocorreu no seio de cada GT. Partindo dos elementos disponíveis na carta anterior, levou-se a cabo a análise e incorporaram-se as sugestões resultantes das reuniões com os representantes das OSC. As conclusões e propostas de cada documento técnico foram resumidas em três matrizes, que incluem as oportunidades (Matriz 1, ver anexo II), constrangimentos e recomendações (Matriz 2, ver anexo II) e acções prioritárias a curto, médio e longo prazos

(Matriz 3, ver anexo II). Depois de preparados pela Equipa Técnica, os documentos técnicos e o documento síntese foram revistos pela Equipa de Coordenação e organizados em 5 volumes (Volume I, este documento e os Volumes II-V, com os DTs) para discussão e consulta pelos participantes do WN e da sociedade sãotomense.

11. Estudou-se a evolução recente dos sub sectores e temas transversais, por meio de análises de séries estatísticas oficiais, e de informações obtidas em entrevistas estruturadas, para se chegar a identificar oportunidades de produção, geração de renda e de emprego, assim como, as necessidades de investimento e de cooperação técnica para a promoção do desenvolvimento sustentado. Todas essas análises foram realizadas tendo em conta os objectivos da ENRP e os OMD. Identificaram-se também estratégias, planos, programas, sub-programas e projectos recentes preparados sobre os diferentes sectores que tivessem interações directas ou indirectas com o SADERPE.

2.4 Actualização da CPADR

12. No início do processo de actualização da CPADR, uma missão FAO, acompanhada pelos técnicos do ME, visitou a Região Autónoma do Príncipe (RAP) por três dias, com o propósito de apresentar às autoridades regionais o quadro geral, os objectivos e o escopo do exercício. A missão aproveitou para visitar as principais Organizações da Sociedade Civil e as diferentes zonas produtivas e agro ecológicas da Ilha. Trabalhando em estreita colaboração com a Secretaria dos Assuntos Económicos e Financeiros (SAEF) da RAP, foi constituído o Grupo de Trabalho³ (GT-01) e seus diferentes sub grupos (agricultura, pecuária, florestas, recursos naturais, pescas, infra-estruturas, temas transversais) para prepararem, de acordo com o Guião referido anteriormente, os elementos de cada sub sector e tema transversal, como assuntos essenciais para a actualização da CPADR. A missão participou também na reunião da instalação deste primeiro GT para a actualização da CPADR.

13. Os demais GTs foram formados e iniciaram as suas actividades ainda no mês de Junho de 2005. O processo de contratação dos consultores nacionais teve que ser ajustado às especificidades dos requerimentos do ME e da FAO, que julgaram mais produtivo contratar um consultor nacional para cada GT, em lugar de poucos consultores como indicado no Projecto original. Esta decisão fez com que o número de consultores nacionais ficasse muito elevado, acarretando um grande volume de trabalho na preparação de Termos de Referência específicos para cada consultor pela DPE e a preparação de contratos por parte do PNUD. Entretanto, esta situação foi superada e os consultores foram contratados e desenvolveram suas actividades dentro dos prazos especificados. Todos os grupos de trabalho desenvolveram suas actividades de forma bastante eficiente. Somente o GT-15 viu as suas actividades retardadas devido à demora na revisão do orçamento do Projecto pela FAO, para acomodar os custos dos consultores nacionais e da missão de apoio técnico do Economista da FAO responsável pela supervisão dos trabalhos de preparação do PNIMP e dos perfis de projecto.

14. Durante a execução dos trabalhos de actualização da CPADR, a FAO levou a cabo cinco missões de apoio técnico à DPE. A primeira foi para instalação do projecto. A segunda, para acompanhar os trabalhos dos GTs. A terceira, para apoiar os trabalhos dos GTs de Agro Industria e das Florestas e Recursos Naturais. A quarta, para acompanhar os trabalhos de preparação do PNIMP. E a quinta missão, para apoiar na implementação do WN e a conclusão dos trabalhos do Projecto. Vale ressaltar que a terceira missão contou com a

³ O Secretário da SAEF actuou como Coordenador deste GT.

presença do Representante da FAO para Angola e STP, ocasião em que foram feitos vários contactos importantes com autoridades do Governo, incluindo uma audiência com a Primeira Ministra e Chefe do Governo. Uma missão especial, de um consultor internacional, foi implementada com recursos do FIDA, com o objectivo específico de preparar um documento sobre a constituição do Fundo de Desenvolvimento Rural e das Pescas (FDRP). Técnicos da FAO do Escritório Regional para a África participaram em duas missões de apoio técnico ao projecto constituídas por dois técnicos da Equipa do Departamento de Florestas (RAFI) e um técnico da Equipa de Assistência em Políticas Agrárias (RAFP).

2.5 Monitoramento da Implementação das Recomendações

15. A implementação das recomendações da Carta Actualizada será da responsabilidade do Ministério da Economia, através da DPE. O monitoramento desta implementação será de grande importância para manter o Governo e a sociedade civil informados a respeito da materialização das propostas validadas no WN. Esse monitoramento servirá, inclusive, para dar visibilidade aos resultados alcançados e promover os ajustes necessários nas políticas, estratégias, programas e projectos incluídos na carta actualizada. Uma eventual homepage da carta actualizada poderá ser um canal de comunicação com a sociedade civil e o público sobre os avanços na implementação das propostas para superar os constrangimentos identificados pelo ME na sua implementação. Tendo em conta que a DPE carece de pessoal técnico e, como está programada a criação de uma Célula Multisectorial com o papel de monitorizar e orientar os diferentes programas e sub-programas propostos pela CAPADRP, recomenda-se definir a estrutura desta célula, para ser analisada pelo Conselho de Direcção do Ministério da Economia.

3. POLÍTICAS MACRO-ECONÓMICAS E SECTORIAIS

3.1 Introdução

1. A economia de São Tomé e Príncipe é a menor economia do continente Africano. O seu Produto Interno Bruto (PIB) foi estimado em US\$ 76,6 milhões, em 2005 (Quadro A.1), dos quais 68,4% corresponderam ao sector de serviços, composto principalmente dos serviços públicos e de turismo; 17,0% ao sector agrícola, representado principalmente pela cultura do cacau; e 14,6% ao sector industrial (Quadro A.2). Desde o início da década de 1990, o PIB tem apresentado uma tendência de crescimento, como resultado do substancial crescimento do sector de serviços. Em 2004, o País tinha uma renda per capita de US\$320 e ocupava a posição 123, entre 177 países, em termos do Índice de Desenvolvimento Humano calculado pelo PNUD.

2. O principal produto de exportação continua a ser o cacau, apesar de sua produção vir apresentando uma redução desde o início do século passado. Por outro lado, produtos de exportação não tradicionais e com níveis satisfatórios de lucros, como a baunilha, pimenta e flores, têm sido introduzidos pelos agricultores e a cooperação internacional, contudo ainda apresentam participação inexpressiva no valor total das exportações.

3. O País tem potencial para produzir uma grande gama de produtos agro-silvo-pastorais e pesqueiros, tanto para o mercado interno, como para o externo (ver DTs-1-6). Existem entretanto, importantes constrangimentos tecnológicos, de recursos humanos, de crédito e de comercialização a serem superados, como indica o capítulo 4, deste documento. Os principais constrangimentos ao aumento da produção e da produtividade, incluem: baixa escala de produção; limitado mercado interno; altos custos de transporte (principalmente externo); limitados serviços de apoio à produção, transformação e comercialização; carência de recursos humanos especializados e deficientes serviços de adaptação e de vulgarização de tecnologias; falta de implementação das estratégias disponíveis de desenvolvimento do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e pescas. Além disso as políticas macro-económicas e sectoriais têm sido orientadas basicamente para as áreas urbanas, com reduzida cobertura e limitados incentivos às actividades rurais e das pescas.

3.2 Políticas Macro-Económicas

4. A Partir de 1987 o GRDSTP tem feito importantes esforços para reformar as políticas macro-economia e sectoriais, com vista a criar um ambiente económico, político e social adequado para ocorrer o desenvolvimento económico sustentado e equitativo. As secções que se seguem fazem alusão a alguns dos principais aspectos da evolução recente das políticas macro-económicas materealizadas, enfatizando os seus efeitos sobre o SADERPE.

3.2.1. Transição com Ajuste da Economia: 1987 – 2003

5. Em 1987 o Governo da República, com o apoio do BM, FMI e BAD, iniciou a execução de um Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), que resultou num conjunto de reformas estruturais, com importantes consequências para o desenvolvimento do País. As principais áreas cobertas por ditas reformas foram as seguintes:

- i. A administração pública, com a informatização dos processos e actividades da função pública;

- ii. A reforma fundiária, que permitiu distribuir parcelas de terras à mais de oito mil famílias no meio rural, onde se concentra a maior parte da pobreza do País;
- iii. A reforma do sistema financeiro, que permitiu a sua flexibilização, com o surgimento de instituições financeiras privadas (bancos comerciais); e
- iv. A reforma do sistema fiscal, que tem permitido uma continua melhoria na arrecadação de receitas e contribuído à estabilização macro-económica, com saldos primários positivos e controle da inflação.

6. Com essas reformas, a RDSTP pôde candidatar-se aos benefícios da iniciativa para Países Pobres Altamente Endividados (iniciativa HIPC) e deste modo poderá beneficiar-se de uma redução de 81% (em média) da sua dívida com o Clube de Paris e, posteriormente, de 83% da mesma com os credores multilaterais (Banco Mundial, BAD, Fundo da OPEC). Isto poderá ocorrer depois de se obter uma decisão no quadro da iniciativa HIPC. Paralelamente à redução da pobreza, este é um dos maiores desafios que o País terá que enfrentar e superar para se beneficiar destas substanciais reduções da sua dívida externa.

7. Como resultado das reformas democráticas do início dos anos 90, foi aprovada a nova constituição que inclui:

- i. A separação dos poderes da República;
- ii. A transformação dos tribunais em órgãos soberanos;
- iii. A permissão do multipartidarismo;
- iv. A criação do Tribunal de Contas, no seio da administração pública; e
- v. A melhoria dos mecanismos de controlo na utilização dos fundos e bens públicos.

3.2.2 Consolidação das Reformas com Crescimento Sustentado: 2004 - 2006

8. Em 29 de Dezembro de 2004 foi aprovada pela Assembleia Nacional a Lei de Gestão das Receitas Petrolíferas, que estabelece princípios claros para a gestão dos recursos provenientes do petróleo (ver detalhes na caixa a seguir). Por sua importância, a gestão criteriosa dos recursos petrolíferos situa-se no centro das preocupações dos cidadãos, tendo em vista as novas perspectivas que se poderão abrir para a melhoria das suas condições de vida. Vale ressaltar que um mínimo de 7% dessas receitas serão alocadas ao desenvolvimento da RAP e um mínimo de 10% às Autarquias Locais, essencialmente áreas rurais. Entretanto, ainda não se sabe ao certo qual é o potencial de hidrocarbonetos existentes e sua viabilidade comercial, mas já foram conduzidas negociações que culminaram na delimitação das fronteiras marítimas com os países vizinhos, nomeadamente com o Gabão e a Guiné Equatorial.

9. O Governo de S. Tomé e Príncipe também negociou com a Nigéria as questões relativas à exploração de hidrocarbonetos em áreas consideradas como comuns e o processo de exploração conjunta está sendo objecto de tratamento pela Autoridade Conjunta estabelecida pelas partes. Por outro lado, tem vindo a registar-se algum progresso, quer no tocante aos procedimentos conducentes à prospecção petrolífera e futura produção e exploração, quer do ponto de vista das regras que deverão definir as formas de utilização, bem como da aplicação das receitas provenientes do petróleo. Em Julho de 2004 foi assinada entre o GRDSTP e a Nigéria, a Declaração de Abuja, que versa sobre a transparência e boa governação na Zona de Desenvolvimento Conjunta, o que deverá ser observado em todos os contratos de partilha de produção dos negócios de petróleo entre os dois Países. Por seu turno, em Outubro de 2003, foi organizado em S. Tomé a primeira licitação dos blocos da Zona de Exploração Conjunta.

Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas

No dia 29 de Dezembro de 2004, o Presidente da República promulgou Lei-Quadro das Receitas Petrolíferas aprovada pela plenária da Assembleia Nacional, que regula o pagamento e a utilização das receitas petrolíferas relacionadas com as operações de exploração de petróleo tanto na Zona de Desenvolvimento Conjunto (ZDC) de São Tomé e Príncipe com a Nigéria como na Zona Económica Exclusiva de São Tomé e Príncipe.

A Lei incorpora as principais lições da experiência internacional,, de forma a garantir que seja o povo são-tomense o principal beneficiário desta riqueza mineral.

Para o efeito, a Lei criou uma conta – a **Conta Nacional do Petróleo** - onde deverão ser directamente depositadas todas as receitas petrolíferas. Foram também definidos mecanismos destinados a assegurar que as receitas sejam utilizadas em benefício do desenvolvimento nacional, evitando-se assim que as mesmas sejam canalizadas para outras contas. As receitas apenas poderão ser depositadas nas Contas do Tesouro do Estado ou em contas abertas para o efeito, com a autorização da Assembleia Nacional em nome do Estado.

Introduzem-se limites quantitativos e qualitativos às receitas petrolíferas que poderão ser canalizadas para despesas orçamentais anuais. Os primeiros definem com alguma amplitude os montantes máximos das despesas anuais financiadas pelas receitas petrolíferas. Os segundos fixam os princípios básicos que devem presidir ao cálculo daquelas despesas dentro dos limites máximos fixados. Apesar destes limites, o princípio norteador no uso das receitas petrolíferas deve ser uma **política fiscal prudente**. O n.º5 do artigo 8.º prevê que a Verba Anual esteja sempre em conformidade com os objectivos de inflação. Este montante será determinado pelo Ministro do Plano e Finanças, em consulta com o Banco Central, e tendo em consideração a capacidade de absorção da economia. A lei também proíbe que o estado são-tomense faça empréstimos utilizando receitas actuais ou futuras do petróleo como garantia dos mesmos.

A transferência da Verba Anual da Conta Nacional do Petróleo para a Conta do Tesouro deve ser aprovada pela Assembleia Nacional no âmbito da aprovação do Orçamento Geral do Estado e será utilizada fundamentalmente para financiar os objectivos e programas definidos na Estratégia Nacional de Redução da Pobreza.

Foi também ponderada a natureza finita dos recursos petrolíferos e a necessidade de introduzir mecanismos que permitam a São Tomé e Príncipe enfrentar a era posterior ao petróleo com um mínimo de repercussões económicas. Para isso, criou-se uma subconta de reserva – o **Fundo Permanente** de São Tomé e Príncipe – onde deverão ser depositadas parte das receitas petrolíferas e cuja utilização está fortemente condicionada, salvo quanto aos rendimentos que forem gerados pelas suas aplicações. Pretende-se que, quando os recursos petrolíferos se esgotarem, o povo Santomense possa ainda continuar a beneficiar-se de receitas dos rendimentos gerados pelas aplicações dessa subconta.

A gestão e investimentos das receitas petrolíferas são atribuídos a um **Comité de Gestão e Investimentos**, que é a instituição com competência atribuída por lei para o efeito; devendo actuar de acordo com a regra do investidor prudente, com os princípios estabelecidos na própria lei e na política de gestão dos investimentos.

Um outro conjunto de aspectos que a lei trata centra-se na **transparência**. A Lei também definiu portanto os mecanismos de auditoria, publicidade e fiscalização da gestão das receitas petrolíferas.

Estão previstas duas **auditorias anuais** às contas do petróleo onde serão depositadas as receitas petrolíferas: uma realizada pelo Tribunal de Contas e outra realizada por uma empresa internacional de auditoria de reputação internacional.

Consagram-se regras claras de **transparência e publicidade** relativamente a todos os actos e documentos relacionados com o exercício da actividade petrolífera. Por um lado, introduzem-se mecanismos que limitam a confidencialidade dos contratos que tenham por objecto recursos ou receitas petrolíferas, e o registo e publicidade obrigatória de todos os documentos e informações relacionados com o sector. Por outro, são conferidos a todas as pessoas amplos direitos de acesso à informação.

Cria também uma **Comissão de Fiscalização do Petróleo**, com características de independência e autonomia administrativa e financeira, que lhe asseguram uma actuação eficaz, com poderes fiscalizadores, investigatórios e sancionatórios.

Por último, a lei estabelece um leque de incompatibilidades ao exercício de cargos nos órgãos criados pela lei; e agrava de um terço, nos seus mínimos, as sanções previstas na Lei Geral para punir condutas que violem as suas disposições.

10. Em 30 de Junho de 2005, o Governo submeteu à aprovação do Fundo Monetário Internacional (FMI) uma proposta de Memorandum de Políticas Económicas e Financeiras que incluiu um Programa Económico e a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza⁴ (ENRP). Este Memorandum, com duração de três anos foi aprovado pelo FMI em 1 de Agosto de 2005 e apoiado pelo Clube de Paris. A adequada implementação deste acordo vai permitir ao País, em 2006, beneficiar da iniciativa HIPC. Entretanto, o caminho rumo à completa estabilidade macro-económica ainda será longo, e é por isso que o governo está comprometido a continuar em 2006 com as reformas fiscais e estruturais contidas no acordo firmado com o FMI, que incluem, dentre outros aspectos, a redução do *déficit* primário e a realocação de gastos públicos para beneficiar as populações mais pobres.

11. Ainda em 2005, o Governo implementou, com sucesso, a Mesa Redonda (MR) de Bruxelas, com os Parceiros do Desenvolvimento para obter os apoios necessários para continuar a implementação de um conjunto de novos projectos no contexto da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Os objectivos básicos da MR foram:

- i. Discussão das políticas de desenvolvimento e da redução da pobreza, com os parceiros do desenvolvimento;
- ii. Reafirmação do compromisso do Governo em promover a boa governação em particular da gestão transparente das receitas do petróleo;
- iii. Reafirmação do compromisso do Governo a implementar a ENRP e a estabelecer parcerias para a sua implementação; e
- iv. Mobilização dos recursos necessários para financiar o Plano de Acções Prioritárias do Governo (PAPG), 2006-2008, submetido à apreciação da MR.

12. O Programa de Acções Prioritárias do Governo⁵, 2006-2008, prevê:

- i. Implementar e/ou aprofundar as reformas dos sectores das finanças públicas e dos quadros legais e regulamentares que afectam as decisões dos empreendedores privados, incluindo os pobres;
- ii. Lançar um programa de obras públicas, com ênfase em investimentos em estradas, porto e aeroporto, energia e água, visando desenclavar o País e diminuir os custos de produção, transporte e de comercialização;
- iii. Travar a degradação do capital humano como prioridade absoluta. Para os próximos três anos, a estratégia consistirá em aumentar o acesso dos pobres à educação e a melhorar a sua qualidade em oferecer aos estudantes do segundo ciclo a possibilidade de se orientarem para o ensino técnico e profissional; e
- iv. Continuar com os programas de luta contra a SIDA e o vector do paludismo, paralelamente à melhoria dos cuidados de saúde nos centros distritais e nos postos secundários.

13. Como resultado da MR, os parceiros do desenvolvimento se comprometeram a:

- i. Apoiar o PAPG, com recursos para financiar os projectos propostos pelo Governo e validados pelos participantes da MR;
- ii. Colaborar com o Governo para uma melhor coordenação da canalização do apoio financeiro futuro, mediante aportes ao Orçamento Geral do Estado (OGE); e
- iii. Apoiar na implementação de três mesas redondas sectoriais nos temas: Governação, Educação e Infra-estructuras.

⁴ Promulgada pelo Presidente da República, em Janeiro de 2003 e actualizada em Janeiro de 2005.

⁵ Discurso da Sua Excelência, a Primeira-Ministra e Chefe do Governo, por ocasião da sessão de abertura da Mesa Redonda com os Parceiros de Desenvolvimento, em Bruxelas, 06 de Dezembro de 2005.

14. Os Projectos relacionados ao sector agrário, subtidos e aprovados pela MR foram os seguintes:

- i. Apoio à Reforma Institucional do Ministerio da Economia (ME) para facilitar a promoção do desenvolvimento sustentado do mundo rural e das pescas;
- ii. Fortalecimento da capacidade de desenvolvimento da investigação agronómica aplicada do Centro de Investigação Tecnológica do Sector Agrário (CIAT);
- iii. Planeamento e implementação do Censo Agrário e Florestal da RDSTP;
- iv. Recenseamento das oportunidades e carências, com vista ao planeamento, análise e implementação de sistemas de irrigação em áreas com *deficit* hídrico;
- v. Promoção do ecoturismo e restauração das raízes culturais da RDSTP (Fase II); e
- vi. Projecto integrado de pesca artesanal de Neves.

15. Estes projectos são uma parte integral das prioridades do ME e que estão no plano nacional para o desenvolvimento da agricultura e das pescas que foi endossado pelo Ministério do Plano e Finanças. Ao nível central e aos níveis regionais, estes projectos conduzirão a uma melhoria das capacidades técnicas e de gestão da equipa de funcionários do ME, através do aumento da capacidade de absorção de tecnologias e de investimentos pelas instituições públicas do Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE).

16. Não obstante os avanços na política macro- económica, o caminho para a estabilidade da economia levará tempo, pois, apesar da introdução de medidas fiscais em 2005 para aumentar a arrecadação, o Governo teve que conter e reduzir as despesas públicas previstas para financiar importantes programas sociais. Essa redução de despesas se deveu ao facto do governo não ter obtido o volume de financiamento externo programado.

17. O Governo pretende continuar com o processo de consolidação fiscal e de reformas estruturais. O orçamento visará a consolidação das medidas fiscais introduzidas em 2005 e uma mudança na composição das despesas do Governo a favor do aumento das despesas de investimento pro-pobres. Estas políticas serão implementadas num contexto de níveis salariais baixos e de um engajamento do governo em evitar novos atrasos de pagamento de suas despesas. As reformas estruturais continuarão e uma ênfase especial será dada às determinantes do ponto de conclusão da iniciativa HIPC.

18. Mesmo com todo esse esforço fiscal, o Governo necessita de US\$ 168,7 milhões para financiar os projectos de redução da pobreza durante o triénio 2006-2008, sendo US\$ 45,5 milhões, US\$ 53,5 milhões e US\$ 69,8 milhões para 2006, 2007 e 2008, respectivamente. Com a Mesa Redonda o Governo espera poder mobilizar:

- i. US\$ 10,1 milhões para apoio directo ao orçamento para financiar a brecha de financiamento que garanta um cenário de estabilização e crescimento moderado durante o triénio 2006-2008, sendo US 2,3 milhões, US\$ 2,6 milhões, US\$ 5,2 milhões para 2006, 2007 e 2008 respectivamente; e
- ii. US\$ 93,8 milhões para financiar projectos que permitam acelerar o combate à pobreza e atingir os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD).

19. Embora a Lei de Gestão dos Recursos do Petróleo permita o uso gradual dos recursos provenientes dos bónus de assinatura de contratos de prospecção, estes recursos são insuficientes perante as necessidades do Governo, o que inviabiliza uma eventual queda da ajuda externa concessional. Portanto, torna-se necessario que a RDSTP permanecerá dependente de ajuda externa até o início da produção de petróleo previsto para 2013.

3.2.3 Políticas Macro-económicas para o Desenvolvimento Sustentado

20. O desenvolvimento sustentado do Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE) dependerá da vontade política do Governo para criar uma estrutura de incentivos institucionais, económicos e tecnológicos para atrair investimentos produtivos e promover a melhoria das condições de vida das populações rurais e urbanas. Neste contexto, as políticas macro-económicas (monetária, fiscal, cambial e comercial) deverão assegurar um ambiente macro-económico estável e com competitividade para os produtos agro-silvo-pastorais e pesqueiros, nos mercados regionais e extra-regionais, mediante as seguintes premissas:

- i. A política monetária deverá garantir baixas taxas de inflação e de juros reais, com o objectivo de manter o poder de compra da moeda local, evitar a concentração da renda e manter um ambiente favorável ao investimento privado;
- ii. A política fiscal deverá evitar deficits orçamentários que resultem em baixa carga tributaria e que priorizem investimentos públicos em infra-estruturas de estradas, energia eléctrica, comunicações, portos, aeroportos, serviços de investigação, formação técnica-profissional, vulgarização e áreas afins, criando as condições necessárias para viabilizar os investimentos privados na produção e transformação dos produtos, comercialização de insumos e de produtos agro-silvo-pastorais e pesqueiros;
- iii. A política cambial deverá assegurar uma taxa de câmbio que mantenha a competitividade dos produtos domésticos nos mercados internacionais, evitando os efeitos nefastos da sobrevalorização da Dobra em relação às moedas dos principais parceiros comerciais, fenómeno conhecido com o nome de Mal Holandês (*Dutch Disease*), que ocorre por efeito do influxo excessivo de receitas petrolíferas. Essa é uma matéria complexa, cujo tratamento adequado tem desafiado a sapiência dos gestores das economias de quase todos os países⁶ exportadores de petróleo e de outros recursos minerais. Tendo em conta a complexidade desta matéria, o Governo deverá buscar apoio técnico especializado em organismos internacionais ou contratar consultoria externa especializada no tema para que possa formular e implementar uma política cambial que assegure a competitividade dos produtos do sector agro-silvo-pastoral e pescas e outros sectores da economia.
- iv. A política comercial deverá facilitar as transações comerciais nos mercados internos e externos, mediante a eliminação de restrições quantitativas, administrativas e legais às exportações e importações de produtos e insumos. A política deverá aproveitar os benefícios das cláusulas dos acordos internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC) que favoreçam os países menos desenvolvidos. Num primeiro momento, a prioridade deverá ser para os mercados regionais da costa Africana e, posteriormente, os mercados extra-regionais de África, Asia, Europa e USA.

3.3 Políticas Sectoriais

21. A primeira agenda consolidada de políticas sectoriais, sub-sectoriais e em temas transversais de interesse do SADERPE foi finalizada no ano 2000 (Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural – CPADR). Outras estratégias, programas e projectos isolados

⁶ A única exceção tem sido o Governo da República de Botswana.

foram também preparados, mas com um mínimo de implementação. Assim, em 1999, foi preparada a proposta do Plano Director para as Pescas⁷ (PDP), que como a CPADR, não foi validado, oficializado e tão-pouco, implementado. Outras iniciativas⁸ também foram propostas, mas com limitada execução, por falta de vontade política e escassez de recursos.

22. Actualmente os únicos enunciados de estratégias e acções concretas do SEDARPE encontram-se consolidados no Plano de Acção da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Essa Estratégia foi preparada em 2002, atualizada em 2005 e aprovada pelo GDRSTP e negociada com o FMI, em meados de 2005. O Plano de Acção da ENRP, está organizado em 5 eixos estratégicos, a saber:

- i. Reforma das instituições públicas, reforço das capacidades e promoção de uma política de boa governação;
- ii. Um crescimento acelerado e redistributivo;
- iii. Criação de oportunidades de rendimento para os pobres;
- iv. Desenvolvimento de recursos humanos e melhoria de acesso aos serviços sociais básicos; e
- v. Análise, seguimento e avaliação da pobreza.

23. A grande maioria dos objectivos, estratégias e acções prioritárias da política macro-económica contidos em todos os eixos estratégicos são também essenciais para promover o desenvolvimento do SADERPE. Entretanto, o segundo e o terceiro eixos estratégicos incluem aspectos específicos sobre o SADERPE, que dizem respeito à agricultura, pecuária, pescas, florestas, gestão de terras, infra-estruturas do meio rural, programa de acompanhamento do sector primário, incluindo, temas transversais como investigação agronómica, formação formal, comercialização e transformação de produtos alimentares, crédito rural, processo fundiário e vulgarização.

24. Quase todas as propostas da ENRP que dizem respeito ao SADERPE já faziam parte do Plano de Acção da Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR) concluída no ano 2000. Somente as acções que já estavam em curso tiveram continuidade, pois, a CPADR praticamente não foi implementada. Entretanto, actualmente, como essas propostas fazem agora parte da ENRP, que é um documento oficial do Governo e negociado com organismos internacionais do porte do FMI e do Banco Mundial, a agenda de políticas e estratégias do sector se integraram aos planos do desenvolvimento, faltando somente a devida alocação dos recursos financeiros necessários para a sua implementação.

25. No final de 2005, o Governo, com o apoio dos parceiros do desenvolvimento, organizou e implementou a Mesa Redonda de Bruxelas, que validou o Plano de Acções

⁷ Plano Nacional das Pescas (RDSTP-FAO, 1999).

⁸ Diagnóstico da Situação da População e Género em STP (MPF, 2004); Estratégia Nacional e Plano de Acção da Biodiversidade (RDSTP, s/d); Proposta de Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal (GRDSTP, 2002); Programa de Cooperação GRSTP-UNICEF (RDSP-UNICEF, 2002); Mesa Redonda sobre Desenvolvimento do Turismo (GRDSTP-UNDP-OMT, 2004); Project d'appui au développement des ressources humaines (GRDSTP-BAD, 2002); Social Support Sector Project (WB, 2002); Apoio ao Desenvolvimento de Iniciativas Locais (Zatona Adil, 2004); Iniciativas de Hortas Escolares (GRDSTP-UNICEF, 2003); Programme de Développement des Cultures Vivrières (PNUD-FAO, 1992); Implicações Jurídicas da Reforma Fundiária (GRDSTP, 1997); La Probematique Fonciere dans L'archipel de STP (CEAN, 1997); Statistiques Agricoles de STP (RDST, 1997); Cooperação Técnica Brasil-STP (Brasil-GRDSTP, 2003); Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento de STP (RDSTP, s/d); Next steps on a Consensus Plan of Action for STP (Sachs, 2004); Processo de Implementação da Autonomia do Príncipe (Umbelina, 2004), Plano de Desenvolvimento da Pecuária em STP (GRDSTP, 1995); Lei Quadro das Receitas do Petróleo (GRDSTP, 2005).

Prioritárias do Governo (PAPG), 2006-2008, que contempla o SADERPE com um conjunto de projectos estratégicos (ver item 3.2.2), com a indicação dos recursos necessários para a sua implementação. Vale ressaltar, que esse portfolio de projectos foi preparado, por solicitação do Governo, com base nos resultados da actualização da CPADR, implementada por meio do TCP/STP/3003, com o apoio da FAO.

26. A CAPADRP inclui a estratégia (Cap. VI) e o plano de acção (Cap. VII) necessários para fundamentar o desenvolvimento sustentado do SADERPE a curto, médio e longo prazos, incluindo, inclusive, a proposta de criação do Fundo de Desenvolvimento Rural e das Pescas (FDRP) com recursos oriundos das receitas do petróleo, para financiar projectos de investimento em infra-estruturas e de cooperação técnica para o desenvolvimento do SADERPE.

3.3.1 Políticas Sectoriais para o Desenvolvimento Sustentado⁹

27. As premissas sobre as políticas sectoriais (sectores agrícola, industrial e de serviços) para permitir o desenvolvimento sustentado do SADERPE são as condições (*hidden assumptions*) que terão que ser satisfeitas para que as políticas sectoriais específicas tenham êxito. Cada política específica será tanto mais efectiva, quanto maior for o número de premissas satisfeitas. Sublinhe-se que serão indispensáveis políticas de investigação e desenvolvimento (I&D), com uma forte componente de formação formal e não formal de recursos humanos, para trabalhar em pesquisa e vulgarização das novas tecnologias de produção, agro-processamento, conservação e comercialização dos produtos agro-silvo-pastorais e pesqueiros *in natura* ou transformados. As condições essenciais para o sucesso das políticas sectoriais incluem:

- i. Os investimentos em saúde e em educação que são fundamentais à modernização da agricultura, pescas e sub-sector florestal e ao bem estar das populações rural e urbana. A saúde e a educação têm que ser consideradas como investimentos, que como se sabe de elevada taxa de retorno.
- ii. Saúde é uma área prioritária, e o programa de combate às doenças deve ser organizado em torno de poucas doenças, com forte enlace com a iniciativa internacional correspondente.
- iii. A educação é a base do desenvolvimento económico, com justiça social. Mas ciência, tecnologia, inovação e educação ambiental têm que ser ensinados em todos os níveis, baseado numa pedagogia que facilite as pessoas a entenderem a natureza e baseada em informações relevantes às actividades que estas pessoas desempenham.
- iv. O programa de formação em nível científico precisa estar atrelado às prioridades e fundamentado em duas vertentes:
 - a. A de pós-graduação que visa dar independência científica ao País, criar as bases de inovação e tecnologia para o desenvolvimento e tornar o País apto à, conscientemente, importar e exportar tecnologias.
 - b. No curto prazo destacam-se as formações não formais em rede de investigação, para rapidamente habilitar os investigadores a realizar trabalhos de adaptação de

⁹ Fundamentado em Alves (2005).

tecnologias e a trabalharem em conjunto com instituições de I&D de países mais avançados, em temas prioritários para o SADERPE, via CIAT.

- v. Com políticas públicas (agrícola, industrial e de serviços), sem discriminações, todos os sectores podem modernizar-se, desde que haja mercado para os excedentes gerados. Portanto, não existe conflito entre a modernização da agricultura, da indústria e do sector de serviços e o tamanho dos empreendimentos; entre a agricultura familiar (de subsistência) e a agricultura comercial; e entre a agro-indústria e a indústria urbana. O mesmo pode-se dizer para o sector de serviços.
- vi. As demandas e as ofertas por produtos e serviços nos mercados domésticos tendem a estar presentemente equilibradas. O aumento da oferta de qualquer produto ou serviço, a não ser que seja para substituir importações, produzirá uma queda dos seus preços, num primeiro instante, que travará a modernização posterior do sector produtivo ou de serviço. Por isso é importante, logo de início, associar o programa de modernização a um agressivo programa de exportação com os propósitos de evitar a queda exagerada dos preços e de estimular toda a modernização da sociedade.
- vii. A modernização da economia melhorará a renda dos agentes económicos e estimulará o progresso da agricultura (produção vegetal e animal), florestas, pescas, da indústria e do sector de serviços do País. Criará muitos empregos nos campos e nas cidades.
- viii. A modernização da agricultura, indústria e do sector de serviços, mesmo na presença de um programa agressivo de exportações, resultará numa queda dos preços dos produtos agrícolas, industriais e dos serviços correspondentes. Como os pobres gastam a maior parte da renda na compra de alimentos *in natura* e/ou processados, a modernização é um instrumento poderoso de distribuição de renda, em que todos ganham, portanto, sem conflitos.
- ix. A opção, depois de satisfeito o mercado interno, é o mercado externo, que é amplo, mas muito exigente em qualidade, continuidade de competitividade e preço. Por isto é que o sistema produtivo e de serviços do País necessita de um fluxo permanente de novas tecnologias e inovações para manter a competitividade dos produtos e serviços nacionais no mercado internacional.
- x. A modernização da economia faz-se com tecnologias modernas, geradas e adaptadas pelos centros de investigação/ensino no País e com o apoio de centros no exterior (trabalhando em parceria e em redes com os centros nacionais), com agentes produtivos bem formados e com um agressivo sector exportador. Por isto, a modernização permeia toda a sociedade e gera recursos para os sectores urbanos, como os de serviço e indústria. Gera recursos para o governo financiar, com o esforço do País, as necessidades das populações.
- xi. Tecnologias importadas, quando disponíveis, precisam ser adaptadas. Assim, a modernização da economia (agricultura, indústria e serviços) é sinónimo do desenvolvimento de uma competente rede de organizações de investigação, formação e vulgarização. A organização de investigação terá que investir na formação de recursos humanos, ter um plano de carreira, com remuneração estimulante, e uma estrutura de investigação que coloque os investigadores e os vulgarizadores face-a-face com os utilizadores da tecnologia (produtores, processadores) e os consumidores

dos produtos e serviços resultantes do seu uso, sabendo, claramente, os investigadores, que estes e aqueles são os senhores da investigação e da vulgarização, e, portanto, os seus padrões.

- xii. O produtor de qualquer produto ou serviço precisa de capital e de conhecimentos para crescer. O capital vem de recursos próprios, do microcrédito e do crédito dos bancos privados. O conhecimento, além daquele que o produtor tem, há que lhe ser transmitido por um competente serviço de extensão (vulgarização), sob seu comando¹⁰, por meio das organizações representativas dos produtores e outros clientes. Mais do que isto, vem de fontes como rádio, a televisão, jornais, revistas e material preparado para o nível de instrução predominante, na linguagem apropriada. Também as associações de produtores, ONGs e igrejas são importantes fontes de disseminação de conhecimentos, novas tecnologias, serviços e inovações.
- xiii. No caso da RDSTP, os recursos são muito escassos. Por isto, duas linhas emergem:
 - a. As opções de investimento em ciência e tecnologia recairão, como prioridade, na agro-pecuária, pescas, sub-sector florestal, na saúde e na educação.
 - b. Esforço intenso precisa ser desenvolvido para completar a poupança do sector público com recursos externos que serão aplicados nas prioridades mencionadas e em algumas áreas adicionais (infra-estrutura), conforme a escolha do sector da agricultura, desenvolvimento rural e pescas, de acordo também com a preferência dos financiadores (FDRP e outros parceiros). No futuro os recursos do petróleo assumirão uma importância capital, através do FDRP (ver proposta de criação do FDRP no DT-16).
- xiv. A necessidade de gerar um competente sector exportador exige esforço do ME nos seguintes aspectos:
 - a. Eliminar as restrições legais e burocráticas às exportações;
 - b. Produzir estatísticas relevantes sobre o comércio internacional;
 - c. Atrair importadores e treinar exportadores;
 - d. Divulgar, no exterior, os produtos de RDSTP;
 - e. Criar leis que reflectam na qualidade dos produtos e treinar os produtores;
 - f. Impedir ou minimizar a entrada de doenças e pragas; e
 - g. Estimular a agricultura, a indústria e o sector de serviços, via políticas públicas apropriadas, a gerar excedentes exportáveis.

3.3.2 Características das Políticas de Investigação e Desenvolvimento¹¹ (I&D)

28. Tendo em conta a alta prioridade que assume o acesso e o uso adequado de inovações tecnológicas apropriadas para o progresso do SADERPE, indica-se a seguir algumas características desejáveis da política de I&D orientada para este sector:

- i. A incorporação de tecnologias na RDSTP é fundamental para gerar recursos para a modernização da economia. Observe-se que a maior parte dos recursos humanos e físicos do País está no sector agrícola.
- ii. A escassez de recursos implica na necessidade da emergência da iniciativa particular para completar o esforço de investigação do Estado, tanto nas áreas eleitas prioritárias como nas demais:

¹⁰ Ter maioria nos conselhos gestores das organizações correspondentes.

¹¹ Fundamentado em Alves (2005).

- a. É necessário criar os instrumentos legais que estimulem os empreendedores externos a investirem em I&D na RDSTP;
 - b. É necessário criar incentivos para gerar uma capacidade empreendedora Santomense em I&D, via CIAT; e
 - c. É preciso estimular os arranjos, via contratos, entre as instituições de Ciência e Tecnologia (C&T) públicas e a iniciativa privada. Entre estes arranjos está a incubação de empresas, produção de sementes melhoradas e parcerias em rede (networking) com centros de I&D no exterior.
- iii. A I&D ancora-se em organizações. Fortalecer as organizações de I&D deve ser um dos principais objectivos do SADERPE. Destacam-se os seguintes aspectos:
- a. O CIAT deve estabelecer unidades de investigação que sejam:
 - Fácilmente compreendidas pelos usuários da investigação;
 - Fácilmente responsabilizadas nos seus insucessos e valorizadas nas suas conquistas; e
 - Comandadas pelos produtores (clientes), quanto à contratação de funcionários, demissão, promoção, alocação de recursos e linhas de pesquisa. Note-se que o governo é um cliente da investigação, mas não deve ser a maioria nos seus conselhos¹² técnicos e de administração.
 - b. A organização de I&D deve ter um plano de carreira e salários que estimulem os investigadores a trabalhar com afinco, a fazer investigação de qualidade, a valorizar a sua organização e a se responsabilizarem pelo progresso da economia e a sociedade sãotomense, em geral;
 - c. A organização e os investigadores precisam ser avaliados pelos clientes e pelos pares dos investigadores, e os resultados da avaliação devem ter consequências práticas nas carreiras dos investigadores;
 - d. As áreas de recursos naturais e do meio ambiente devem ficar na organização de investigação (CIAT), de modo que sejam estudadas em consonância com o processo de produção e não por suas qualidades intrínsecas; e
 - e. É preciso dar à organização de investigação flexibilidade, quanto a captar recursos e geri-los e também, quanto à gestão de recursos humanos.
- iv. A extensão é parte integrante do processo de geração de tecnologia. Deve-se entender que a investigação começa com um problema do usuário da investigação (o produtor) e só termina quando a tecnologia é adoptada pelo mesmo. A extensão pública, modelo do século passado, está em profunda crise e precisa ser revitalizada. Os princípios dessa revitalização são os seguintes:
- a. O Governo deve ter um corpo reduzido de funcionários, com as funções de firmar contratos com as organizações da sociedade civil e organizá-las, fiscalizar os contratos e treinar os extensionistas de terreno;
 - b. Os extensionistas de terreno devem ser contratados pelas organizações dos produtores;
 - c. Caso-a-caso, o Governo examinará a possibilidade das organizações da sociedade civil contribuírem com alguns recursos, desde a moradia até uma parcela dos salários;

¹² A maioria dos seus membros deve ser de representantes das organizações dos usuários das tecnologias e dos serviços correspondentes.

- d. Os governos a nível Central e Regionais devem participar do financiamento da extensão. Incentivos devem ser criados para que todos os ramos de actividades sigam este modelo; e
 - e. O financiamento da investigação e da extensão poderá ser feito com recursos do FDRP e dos parceiros do desenvolvimento.
- v. A difusão de tecnologias, em muito, ultrapassa os limites da extensão pública:
- a. A própria organização de investigação precisa preparar material de difusão acessível aos usuários e técnicos;
 - b. O SADERPE precisa ter programas para serem veiculados pelos meios de comunicação, como televisão, rádio e jornais, e mobilizar recursos para estimular os meios de comunicação privados a participarem da grande aventura que é modernizar a sociedade são-tomenses;
 - c. Igrejas, ONGs, e outras organizações da sociedade civil devem ser estimuladas a levar à sociedade a ser uma sociedade de conhecimento e de informação; e
 - d. A Internet é um poderoso veículo de informação e deve ser popularizada.
- vi. Financiamento da pesquisa. O Governo de RDSTP tem a possibilidade de estabelecer e implementar o FDRP que poderá financiar acções de I&D. É importante que o mesmo seja abastecido de recursos das receitas do petróleo e do Governo. Os recursos do FDRP deverão financiar projectos inovadores de I&D e que possam ser acomodados no CIAT ou em associação deste com outras organizações competentes para executá-los.
- vii. Com a finalidade de captar fundos para a investigação e obter ajuda externa, as redes de I&D são um importante instrumento. Assim, por exemplo, o CIAT e um determinado Centro de investigação internacional firmam um contrato em torno de um projecto, devidamente amparado pelo FDPR ou algum parceiro do desenvolvimento. Por este contrato, pesquisadores do CIAT serão treinados pelo Centro, no assunto da rede, em RDSTP e/ou no exterior. Linhas de pesquisa que forem estabelecidas como prioridade serão executadas em comum pela investigação de RDSTP e pelo Centro, que poderá estar na França, Austrália, Brasil, EUA, África do Sul ou outros países. O contrato referido pode envolver RDSTP e um ou mais países. Ou seja, a rede pode envolver mais de dois países. Note-se que o contrato é também um importante instrumento de capitação de recursos.
- viii. Um dos principais papéis do ME e do CIAT é o de captar recursos para a ciência e tecnologia, a fim de criar a base de geração de tecnologia para a solução da problemática de produção do País. Terão que ser competente na interacção com organizações da sociedade civil, com o mundo externo e com a iniciativa privada. A actuação conjunta do ME e do CIAT é fundamental para criar o ambiente legal apropriado ao florescimento da ciência e da tecnologia.
- ix. O CIAT deverá ter um mínimo de departamentos permanentes, que são vitais ao seu funcionamento. Exceptuado os departamentos permanentes, ele se organizará em programas de vida finita. Um deles é o de desenvolvimento institucional, incluindo a criação e apoio às redes de pesquisas e extensão.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS SECTORES RURAL¹³ E PESQUEIRO

4.1 Introdução

1. Desde os primórdios da colonização, a agricultura em S.Tomé e Príncipe tem sido dominada por monoculturas, que começaram com o cultivo de cana-de-açúcar nos séculos XVI e XVII, passaram à cultura do café no século XVIII, e finalmente desembocaram na cultura do cacau, introduzida em 1890 e que persiste até hoje. Após a independência, o Governo da República considerou de utilidade pública a nacionalização das roças de cacau que haviam pertencido a proprietários coloniais¹⁵, juntamente com todos os seus meios de produção, transformação, armazenamento, acondicionamento, além de outros bens pertencentes às roças, transformando-as em empresas agro-pecuárias. A nacionalização das roças teve por objectivo alterar as relações de produção existentes antes da independência e proceder à implementação de uma reforma agrária, com vista à melhoria das condições de vida dos assalariados agrícolas. Contudo, a falta de quadros capacitados e de investimentos e a ineficiência de gestão levaram a uma contínua e crescente degradação das infra-estruturas e equipamentos dessas empresas. O processo de intervenção nas empresas agrícolas, iniciado na década de 1980, passou por diversas formas de contratos de exploração (gestão, concessão e arrendamento), tendo como objectivo central o aumento da produção do cacau. No âmbito das reformas agrárias levadas a cabo após a independência, que distribuíram a terra a pequenos e médios agricultores, a tão esperada diversificação de cultivos não ocorreu e tem constituído um factor impeditivo ao desenvolvimento agrícola do País.

2. O processo de privatização agrícola iniciado em 1992 definiu uma nova estrutura de produção, pois causou o desaparecimento das grandes empresas e fez emergir pequenas e médias empresas agrícolas, com ênfase na diversificação das culturas de exportação. O co-financiamento disponibilizado pelo Banco Mundial, em conjunto com o Programa das Nações Unidas para a Alimentação (PAM) e a Cooperação Francesa para o Desenvolvimento (CFD), permitiu que as terras das 15 grandes empresas estatais fossem distribuídas aos antigos assalariados agrícolas, que constituem hoje os pequenos agricultores do País. Actualmente, apesar das dificuldades económicas e financeiras do País, a produção de cacau, copra e café continua a ser um importante item da agricultura e das exportações do País. Observa-se também um aumento do cultivo de culturas alimentares (hortícolas, frutícolas, cereais – milho, feijão), e de outras culturas de exportação, como a pimenta, a baunilha e flores. Quanto à pecuária, verificou-se um aumento nos efectivos e na produção de algumas espécies, com efeito positivo no aumento do consumo de proteína animal pelas populações rurais e urbanas. Em suma, tem-se procurado tirar dividendos do potencial das zonas agro-ecológicas (florestais) do País (ver Figura A.3).

3. A caracterização dos sectores rural e das pescas resulta da consolidação dos 16 Documentos Técnicos (DTs) preparados pelos Grupos de Trabalhos (GTs). A seguir apresenta-se uma síntese da situação de cada um dos subsectores ou dos temas transversais de interesse para o sector da agricultura¹⁶, do desenvolvimento rural e das pescas (SADERPE).

4.2 Sub-sector Agrícola

4. A análise deste sub-sector ficou a cargo do GT-02, subdividido em Sub-Grupo

¹³ Inclui os sub-sectores agrícola, pecuário e florestal.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 24/75, de 30 Setembro de 1975.

¹⁶ Inclue os subsectores agrícola, pecuario e florestal.

Culturas Alimentares (GT-02-01) e em Sub-grupo Culturas de Exportação (GT-02-02).

4.2.1 Cacau

5. Como foi mencionado anteriormente, a cultura do cacau continua a ser a principal actividade económica do País. O preço do produto tem sofrido grandes oscilações no mercado internacional, com queda sistemática das cotações, e não se prevê a sua recuperação a curto prazo. Ao mesmo tempo, em STP, observa-se uma tendência de redução da produção (Quadro A.3) e da produtividade e, portanto, das exportações (Quadro A.7). Este comportamento já foi analisado em vários estudos. Entretanto, a longa experiência são-tomense com o cacau, as condições edafoclimáticas favoráveis do País e as condições favoráveis de mercado para cacau de boa qualidade, incluindo cacau biológico, apontam para oportunidades de crescimento para esta cultura.

6. Antes do início do Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (PPADPP)¹⁷, o cacau ocupava uma área estimada em 24.000 hectares. Com a implementação do projecto, parte dessa área passou a ser utilizada para o desenvolvimento de outras actividades como, culturas alimentares (frutícolas, hortícolas e outras), culturas de exportação (a pimenta, a baunilha), e também para urbanização. Assim, a área ocupada actualmente com o cacau, bem como a produção exacta não é conhecida, necessitando da realização urgente de um recenseamento agrícola, conforme a proposta incluída e aprovada no contexto da Mesa Redonda¹⁸ de Bruxelas, de Dezembro de 2005.

7. Os constrangimentos identificados (veja DT 02-02) podem ser assim resumidos: oscilação do preço no mercado internacional; ataques de pragas e doenças, principalmente resultantes de corte indiscriminado de árvores nas parcelas; degradação dos sistemas de rega; diminuição de área do cacauzal; falta de assistência técnica e insumos agrícolas aos agricultores; falta de aplicação oportuna das normas técnicas; falta de formação dos agricultores e de linhas de crédito rural e pesqueiro. Entretanto, o problema parece situar-se não propriamente na falta de financiamentos, mas sim na forma de alocação desse recurso (capital). Os inúmeros problemas que têm conduzido à redução dos níveis de produção, aconselham a prudência nos níveis de expansão previsível da cultura do cacau. Face a estes constrangimentos recomenda-se as seguintes medidas: qualificação de quadros técnicos ligados a produção; a formação de agricultores no domínio de gestão técnico-económica e garantia de assistência técnica adequada aos produtores; o investimento em infra-estruturas de apoio à produção, a transformação e industrialização do produto; a melhoria dos mecanismos de rega e combate as pragas e doenças. Tal combate requer a elaboração de um estudo sobre as variedades mais produtivas e resistentes a pragas e doenças.

4.2.2 Café

8. Estima-se a actual área ocupada por café em cerca de 1000 ha, a maior parte concentrada em Monte Café e o restante distribuído em pequenas plantações situadas em várias zonas do País. Monte Café é a principal empresa produtora de café arábica. Suas plantações foram reabilitadas entre 1990 e 1997 (700 ha) mas ainda restam 232 ha de velhas plantações. Esperava-se, com a reabilitação, atingir um nível de produtividade entre os 800 a 900 kg/ha de café comercial, mas este nível não foi alcançado devido aos seguintes factores:

¹⁷ O projecto de Privatização teve início em 1992 e terminou em 2000.

¹⁸ Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – Programa de Acções Prioritárias 2006-2008, Bruxelas, 6 de Dezembro de 2005.

alta taxa de mortalidade das plantas, provocada pela infestação de nemátodos no solo; excesso de pedregosidade; falta de amanhos culturais apropriados nas plantações; e falta de recursos financeiros para a manutenção e produção do cultivo. Entretanto, as causas do falhanço, entre outras: as variedades foram introduzidas sem que fossem testadas previamente; as condições técnico-culturais responsáveis pelo declínio do café não se alteraram de forma significativa; e a exustão dos solos foi agravada pela prática cultural inadequada.

9 Com a política da distribuição das terras, a área plantada com café da Empresa Monte Café ficou actualmente reduzida a apenas 270 ha e se encontra em péssimas condições. As áreas restantes foram concedidas aos médios e pequenos produtores. Embora actualmente não seja possível estimar o valor da produção, devido à falta de dados, nos últimos anos tem-se observado um aumento de cultivo por parte dos agricultores familiares, o que poderia aumentar a renda familiar deste grupo. A evolução da produção de café no período 1998 – 2005 está apresentada no Quadro A.3.

10. Os principais constrangimentos (DT-02-02) para o desenvolvimento da cultura de café incluem: falta de amanhos culturais nas plantações, ataques de pragas e doenças; carência de insumos; dificuldades de comercialização; falta de investimento em renovação das plantações e para relançar a investigação cultural. O documento do GT recomendou a adopção de medidas tais como: recenseamento das áreas cultivadas com café; estudos de viabilidade económica e a adopção de políticas de reabilitação e investimento para a cultura.

4.2.3 Coco

11. As áreas ocupadas por coqueiros distribuem-se pelas orlas costeiras das ilhas de S. Tomé e do Príncipe. Os coqueirais estão envelhecidos, a densidade de plantas por hectare é baixa (100-120 árvores) e as variedades existentes são pouco produtivas. Em meados dos anos 80, com o apoio da União Europeia, foram introduzidas na área de Castelo (situada nas terras da ex-Empresa Agua Izé) coqueiros híbridos de porte baixo e de potencial produtivo elevado. Os primeiros resultados obtidos com os novos híbridos foram animadores. Entretanto, essa área de coqueiros híbridos foi privatizada e, com isso, a solução técnica adoptada para a renovação do coqueiral ficou comprometida. A falta de investigação e de estudos de mercado, assim como a existência de plantações velhas apresentam-se como os principais obstáculos ao desenvolvimento da cultura do coco no País. Há necessidade de se conceber e implementar um programa para a renovação do coqueiral que tome em conta os resultados positivos obtidos com os novos híbridos, a longa experiência com a cultura, as condições edafoclimáticas favoráveis, a existência de fábrica para transformação do copra em óleo e sabão, bem como a matéria prima para artesanato. Estas condições aliadas à viabilidade económica, poderiam abrir novas oportunidades para a cultura do coco no País.

4.2.4 Palma

12. A área ocupada pela palma é estimada em 3.500 ha. Em S. Tomé e Príncipe, a palmeira-do-azeite pode ter também função de sombreadora do cacau e do café. Actualmente, a única empresa produtora de óleo de palma encontra-se em dificuldades financeiras. O palmar ocupa uma área de 610 hectares (variedade *Tenera*), 65% dos quais encontram-se abandonados. O Quadro A.3 em anexo indica a evolução da produção no período 1995-2002. Não obstante este quadro negativo, as condições edafoclimáticas favoráveis, a longa experiência com a cultura e a presença da variedade *Tenera sp* e a existência de 610 hectares de área disponível para a cultura de palmar são oportunidades que deveriam ser investigadas.

Entretanto ha que considerar a forte concorrência de produtos alternativos importados (óleo alimentar); ausência de políticas de protecção e incentivos à produção local; falta de apoio financeiro à modernização e relançamento do sector; factor terra limitativo, com aproveitamento possível da faixa litoral e zona sul da alta pluviometria embora de baixo período de insolação.

13. Recomenda-se, pois, a elaboração de um estudo sobre a viabilidade económica da cultura da palma, com especial atenção ao palmar da Empresa de Óleos Vegetais (EMOLVE)¹⁹, com ênfase nas possibilidades da variedade *Tenera sp* para as explorações agrícolas médias e pequenas.

4.2.5 Pimenta

14. As condições edafo-climáticas são favoráveis para o cultivo da pimenta. Os registos do Projecto Pimenta e do PAPAFPA apontam para a existência de uma área de 77,86 hectares (67,4 hectares do Projecto Integrado da Pimenta financiado pela Cooperação Espanhola e 10,46 hectares no âmbito do PAPAFPA financiado pelo FIDA). Sublinhe-se que a população alvo do Projecto Integrado da Pimenta são os médios agricultores, enquanto que o PAPAFPA beneficia os pequenos agricultores. Por outro lado, esta pequena área cultivada encontra-se infectada por um vírus. Este e a ‘doença das galhas’ têm inviabilizado o desenvolvimento da cultura no País, sobretudo nas plantações dos médios agricultores apoiadas pelo Projecto Integrado de Pimenta. A evolução da area e da produtividade no período 2003-2005 é apresentada no Quadro A.8. Assim como em outras culturas anteriormente mencionadas, a pimenta parece merecer um estudo da sua viabilidade económica. Se esta existir, a pimenta poderia ser um cultivo comercial para os pequenos e médios produtores. O projecto poderia ter como núcleo os agricultores membros da Cooperativa de Produtores de Pimenta e Baunilha (COOPIBA). Sublinhe-se que essa cultura é também muito exigente em mão de obra e sistemas de rega apropriados; necessitando, assim, de financiamentos elevados para a instalação da cultura.

15. As recomendações para o desenvolvimento desta cultura (ver DT-02-02), uma vez verificada sua viabilidade económica, apontam para a criação de condições no Centro de Investigação Agronómica para apoio sanitário à pipericultura. Além disso, haveria necessidade de disseminar pimenteiras isentas de virose, apoio técnico e material aos agricultores interessados, conclusão de plantação nas áreas preparadas em Monte Macaco, investimento em infra-estruturas de irrigação e melhoria da comercialização e do funcionamento da COOPIBA.

4.2.6 Baunilha

16. Os dados disponíveis no Projecto da Pimenta e do PAPAFPA (fileira pimenta/baunilha) indicam a existência de uma área de 31,4 hectares de baunilha, sendo 13,4 pela parte do Projecto da Pimenta e 18 hectares da parte do PAPAFPA. Portanto, a baunilha foi introduzida como uma cultura alternativa, devido à virose que atacava os pimentais. Assim como a pimenta, a baunilha poderia ser uma alternativa comercial para os pequenos e médios agricultores, dado o seu alto valor, mas isto estaria subordinado a que ela seja economicamente viável. As condições edafoclimáticas são favoráveis e já existe um grupo de

¹⁹ A EMOLVE é uma ex-empresa estatal criada em 1986, para produção de óleo de palma, com o financiamento da União Europeia e liquidada por motivo de falencia. Possuía uma área de 610 ha plantada com palmeiras de dendém, variedade Tenera. Uma equipa técnica mantém a fábrica.

agricultores sensibilizados para o seu cultivo. Os obstáculos ao seu desenvolvimento são os mesmos apresentados por outras culturas.

17. Os principais constrangimentos para o desenvolvimento dessa cultura incluem: falta de infra-estrutura de rega; dificuldades de aquisição de material vegetal; défice de pessoal qualificado para a fecundação e a colheita; falta de infra-estruturas de transformação e industrialização de baunilha; dificuldades de comercialização da produção; falta de recursos financeiros para investimentos em novas plantações e para a formação de agricultores. As recomendações para o relançamento da cultura e visando à melhoria da produção e produtividade (ver DT-02-02), devem passar por: (i) formação específica de quadros técnicos e de agricultores no domínio do seu cultivo; (ii) investimentos em infra-estruturas para a rega, transformação e industrialização do produto, bem como, (iii) a elaboração de um estudo de mercado para orientar a comercialização da produção.

4.2.7 Flores e Folhagens

18. O País possui condições ideais para a produção de flores e folhagens de alta qualidade. Experiências realizadas nas terras distribuídas da empresa Agua Izé, em São José, e em várias outras regiões comprovam esse potencial. Dada a alta procura por flores e folhagens que existe hoje no mercado europeu, estas culturas poderiam vir a ser produtos de exportação. Os estudos de factibilidade económica devem tomar em conta a existência da empresa Flora SPECIOSA Lda. Os constrangimentos a essa cultura incluem: a ausência de investimentos na cultura; a baixa qualidade dos produtos finais; as poucas empresas de produção de flores; e a inexistência de um armazém condicionado para a conservação de flores e folhagens. Assim sendo recomenda-se (ver DT-02-02) que medidas sejam tomadas no sentido de se criar uma estrutura de incentivos para a produção industrial de flores e folhagens, apostando na qualidade e na criação de um centro de propagação de material vegetativo, criação de condições para a realização de um estudo varietal. No capítulo da investigação, deve-se trabalhar no sentido de inverter essa tendência natural de desenvolvimento das flores²⁰, com a tecnificação da actividades produtivas.

4.2.8 Culturas Alimentares

19. A localização geográfica e a orografia de São Tomé e Príncipe permitem produzir uma larga gama de culturas alimentares. Este facto tem sido, inclusive, confirmado pela pesquisa aplicada de culturas hortícolas, frutícolas, de cereais (milho) e de feijão. A produção interna de alimentos, entretanto, não tem sido suficiente para abastecer o mercado interno, o que leva o défice a ser coberto com importações (ver DT-02-01).

20. Na Base Experimental de Culturas Alimentares e Frutícolas (BECAF) de Mesquita, estão em curso ensaios de adaptação de diversas fruteiras (manga, abacate, goiaba, anona, tangerina)²¹, numa área de 4 ha. Até agora, os resultados tem se mostrado promissores. A matabala (branca e vermelha) é produzida a baixo custo e com potencial de se tornar uma importante alternativa no balanço da segurança alimentar, além de poder ser aproveitada para

²⁰ Actualmente, a quantidade do material vegetativo das flores (o exemplo da rosa de porcelana) numa mesma moita é duas a três vezes superior a quantidade de flores.

²¹ As variedades de manga são: Ruby, Keith, Palmar, Kent, de entre outras; de abacate: Hickson, Pollock, Booth, Lula; de laranja (Pincapple Valebcia late, Ronte Bófia, Mars); de tangerina: Satsuma Wase SRA 108, Tangero San Jacinta).

a confecção de ração animal. No futuro, excedentes destes produtos poderiam ser exportados para países do Golfo da Guiné, especialmente o Gabão²².

21. Os obstáculos ao desenvolvimento de culturas alimentares são similares àqueles de outras culturas e estão ligados a questões de políticas agrícolas e macro-económicas, falta de crédito e deficiências na comercialização de insumos e productos. Tal quadro afecta o comportamento dos preços no mercado nacional, os sistemas de abastecimento, o estado das infra-estruturas de apoio à produção e termina por provocar êxodo rural.

22. Conforme se pode verificar nas conclusões e recomendações expressas no documento de trabalho do GT-02-01, urge criar no país um ambiente jurídico e económico favorável aos investimentos públicos e privados (tanto locais como estrangeiros), para o desenvolvimento de culturas alimentares, hortícolas e frutícolas de forma sustentada. A adopção de tecnologias adaptadas ao meio rural; a melhoria dos serviços sociais de base e infra-estruturas económicas; a promoção da transformação de produtos locais; o estímulo ao comércio internacional e promoção da exportação de bens alimentares podem contribuir para melhorar o rendimento familiar, gerar o emprêgo e diminuir a pobreza no meio rural. É preciso reactivar a estrutura experimental agronómica do CIAT e criar um serviço de extensão rural voltado à vulgarização de tecnologias de produção e transformação e de técnicas de comercialização. Um sistema de assistência técnica adequado é indispensável.

4.3 Sub-Sector Pecuário

23. A produção pecuária contribuiu com somente 5,3%²³ do PIB em 1993, baixando para 3,5% em 1998²⁴ e aumentando para 4,2% em 2000. O País é deficitário em produção de leite. O leite de cabra, que já é produzido por alguns criadores familiares, poderia reduzir este défice num futuro próximo, se as condições para tanto forem criadas. Por seu turno, a produção de carne consegue suprir aproximadamente 59% da demanda local²⁵. Este indicador é animador e revela que a produção de carne pode constituir uma oportunidade de investimento, além do papel importante que já tem na segurança alimentar, como fonte de proteínas para a população. O défice de produtos de origem animal, no mercado interno, é colmatado pelas importações, principalmente de frangos congelados, leite e seus derivados (manteiga, queijo, yogourtes) e produtos transformados de origem animal (fiambres, chouriços, presuntos).

24. Vale ressaltar que a nível nacional a terra torna-se um factor escasso para a produção alimentar pela sua dimensão mas, mais concretamente pela sua natureza escarpada e declivosa. Na realidade a maioria das culturas, para serem produzidas em condições de rentabilidade económica, por um lado, e em termos de vantagens comparativas por outro, exigiriam superfícies mínimas de terras planas com possibilidade de mecanização. S. Tomé e Príncipe não dispendo destas condições está, à partida, limitada na produção mecanizada de certas culturas destinadas ao mercado. Também se faz notar que a ausência de política restritiva em relação aos produtos importados tem afectado significativamente a produção local. A acrescentar às importações, há ainda a considerar a “ajuda alimentar” da União Europeia e do PAM. Embora essa ajuda alimentar possa ter um efeito positivo a curto prazo como contributo para a satisfação das necessidades básicas da população, o seu efeito a médio e

²² Para o caso deste País já existe um estudo de mercado para a matabala.

²³ Plano de Desenvolvimento da Pecuária, Volume 1.

²⁴ Instituto Nacional de Estatística.

²⁵ 10 kg de carne, por habitante, por ano, segundo a FAO.

longo prazo tem-se mostrado altamente negativo. O impacto negativo das ajudas alimentares resulta do facto da maioria dos produtos ofertados serem concorrentes aos produtos produzidos localmente. Esta situação tem sido agravada pela ausência de políticas das autoridades locais de protecção e incentivo a produção local.

25. A actividade pecuária é desenvolvida pelo sector privado, sobretudo pelo familiar, nas localidades e periferias das vilas e cidades. As estruturas de produção que existiam antes da privatização das empresas agro-pecuárias estatais encontram-se hoje em avançado estado de degradação. As pastagens sob os coqueirais e nas áreas da zona Norte (Praia das Conchas, Fernão Dias e Canavial) estão em risco de ser utilizadas para outros fins, nomeadamente para o turismo. Estima-se que existam cerca de 11.783²⁶ criadores de animais, dos quais a grande maioria cria aves de capoeira (10.770 criadores em S.Tomé e 1.013 no Príncipe). O Quadro A.4, anexo, apresenta a evolução dos efectivos de animais economicamente exploráveis nos últimos 10 anos. A experiência e a tradição acumuladas por estes criadores deverão ser tomadas em conta no desenho e execução de políticas de desenvolvimento para o sub-sector.

26. Criação de cabras, suínos e aves de capoeira (ovos e frangos) são actividades importantes no sub-sector pecuário, tanto para a subsistência no meio rural como para criar-se excedentes destinados ao mercado. O sistema de exploração é mais que tudo tradicional, extensivo, (animais à solta), mas já existe um pequeno número de avicultores peri-urbanos (criadores de aves de raça melhorada) que praticam o sistema intensivo. A população bovina é de cerca de 700 cabeças, distribuídas em 25 explorações agro-pecuárias. Suínos, caprinos e ovinos são também criados em médias empresas. O País tem condições para vir a satisfazer a demanda interna por produtos pecuários. Existe um património genético local diversificado ao lado de quadros técnicos com experiência. A situação zoo-sanitária é também positiva: com excepção de duas enfermidades de aves (Newcastle e laringotraqueite infecciosa), o País encontra-se livre de doenças infecto-contagiosas.

27. Os principais constrangimentos ao desenvolvimento da pecuária são: ineficiência na gestão e manejo dos efectivos pecuários; fragilidade do controlo sanitário e risco de introdução de doenças exóticas e epidemias; ausência de produção local de ração equilibrada; redução das áreas de pastagens disponibilizadas e potenciais; baixa performance genética dos reprodutores locais; insuficiente apoio e intervenção veterinária; e falta de infra-estruturas e dificuldades de implementação de programas de pesquisas pecuárias. Sublinhe-se também que o desenvolvimento muito lento da espécie bovina desencoraja muitos agricultores; inexistência de raças melhoradas e localmente bem adaptadas, para a produção de carne, leite (bovinos); escassez de áreas para o desenvolvimento de pastos naturais tendo em conta as exigências em consumo destas espécie (bovino); problemas de consaguinidade fruto de livre cruzamentos ao longo dos tempos (caprinos e ovinos); raças locais de baixo nível produtivo, embora de boa adaptabilidade às condições locais; ausência de qualquer programa de melhoramento do efectivo (caprinos e ovinos); grande infestação parasitária que reduz drasticamente o potencial produtivo (caprinos e ovinos). Avicultura: forte dependência da insumos importados. O documento sobre o sub-sector pecuário (DT-03) avança algumas recomendações para superar os constrangimentos, entre elas, a construção de dois gabinetes nos postos fronteiriços (portos e aeroportos); apoio à instalação de uma fábrica de ração; formação dos criadores em técnicas de gestão e manejo pecuários; aprovação e adequação de legislação da actividade pecuária; apoio à instalação ou reabilitação de unidades de

²⁶ Direcção de Pecuária. Relatório Nacional sobre os Recursos Genéticos Animais, 2003.

transformação; implementação de programas de pesquisa; e promoção do aumento das áreas com pastagens.

4.4 Sub-sector Florestal

28. O último inventário florestal nacional, realizado em 1999, revelou que existia, em todo arquipélago de São Tomé e Príncipe, um total de 12,8 milhões de m³ de madeira em pé sobre casca, dos quais 2,7 milhões de m³ correspondiam a espécies de maior valor comercial (ver Quadro A.9 e A.10). Existiam ainda cerca de 6,8 milhões de m³ de madeira com dimensões comerciais, mas de qualidade inferior e com menores possibilidades de utilização. O corte clandestino de árvores e a utilização inadequada da motosserra para a desprancha causam grandes perdas, pois resultam em uma taxa de desperdícios de 2 a 3 vezes superior às das serrações eficientes, uma vez que se abate o dobro ou o triplo de árvores para a obtenção do mesmo volume de madeira serrada que se obteria com um método eficiente de serração. Por outro lado, a participação dos agricultores na silvicultura não tem sido animadora. Desde 1997, foram instalados cerca de 30 ha de floresta com várias espécies locais e exóticas. Na planificação adoptada pela Direcção das Florestas (DF), pretende-se reflorestar mais de 100 ha, dos quais somente foram plantados 3,5 hectares.

29 O inventário florestal de 1999 revelou que ainda não se verificava uma sobre-exploração florestal no País, pois a taxa de extracção não ultrapassava a de incremento anual. O maciço florestal centro-sudoeste – formado por florestas primárias secundárias, antigas plantações de cacau e de café, florestas de sombra e actuais plantações de cacau e café – cobrem cerca de 90% da superfície do País. Esta riqueza florestal, resultante da situação favorável de relevo, solos e clima, confere ao País reservas florestais de grande potencial associada a sua biodiversidade. O clima favorável na quase totalidade das regiões confere uma elevada taxa de regeneração das florestas, facilitando sobremaneira o repovoamento florestal. Devido a sua diversidade, os recursos florestais podem ser utilizados. Isto constitui uma oportunidade para o desenvolvimento deste sub-sector. A combinação de bons solos e clima tropical favorece o desenvolvimento da silvicultura. A adesão e ratificação do País às convenções internacionais, nomeadamente, às Convenções de Biodiversidade, Mudanças Climáticas e Combate à Seca e Desertificação, facilitam e dão credibilidade às propostas são-tomenses perante a comunidade internacional, o que poderá trazer novas oportunidades para o desenvolvimento sustentável do sub-sector.

30. Os principais constrangimentos que afectam o desenvolvimento da silvicultura são: irregular distribuição geográfica da exploração florestal; abate indiscriminado de árvores de valor comercial, com maior destaque para amoreiras (*Milícia excelsa*); prevalência da serragem à motosserra em detrimento às serrações fixas; exploração de inertes dentro dos espaços florestais; destruição da savana de Praia das Conchas; caça pouco fiscalizada; deficiente capacidade de renovação; e invasão de espaços florestais. A isto soma-se a ausência de uma Política Pública de Desenvolvimento Florestal, que conecte os recursos florestais ao desenvolvimento económico e social; além disso falta de informações precisas sobre o comportamento das espécies em termos de taxas de regeneração de forma a melhor definir o plano de exploração; dificuldade de acesso à maior parte da zona florestal e consequente abate sistemático nas zonas mais acessíveis; falta de capacidade de fiscalização e controlo e legislação desactualizada; falta de inventário actualizado com clara identificação de espécies e sua localização e forma a permitir definir um plano racional de exploração.

31. O GT- 04 fez uma série de recomendações para o sub-sector: regulamentar a Lei Florestal e criar condições para a sua eficiente aplicação; actualizar e aprovar oficialmente a Proposta do Plano Nacional de Desenvolvimento Florestal; criar mecanismos para aplicação da Lei de Protecção da Fauna, Flora e Áreas Protegidas; promulgar e publicar as Leis de criação dos Parques Naturais Obôs de São Tomé e do Príncipe; actualizar e aprovar o Regulamento de Caça; elaborar a carta de vegetação e da ocupação de solos e a carta de ordenamento florestal; desenvolver investigações sobre as espécies arbóreas mais importantes e sobre as formações florestais e agro-florestais de vocação produtiva; equipar e modernizar a indústria de serração da madeira; minimizar o uso de motosserras para serragem da madeira no local de abate; criar um corpo de guardas florestais mais eficiente e eficaz; desencadear uma campanha eficaz, sistemática e massiva de informação, educação e comunicação sobre a necessidade de conservação e utilização racional dos recursos florestais; elaborar um plano para reflorestamento das espécies mais abatidas; produzir plantas de forma descentralizada, em quantidade e qualidade suficientes, e disponíveis nas épocas propícias para plantação; executar uma campanha massiva de plantação, colocando maior peso nas essências de maior valor comercial.

4.5 Sub-sector das Pescas

32. A zona costeira do País está compreendida entre o limite da Zona Económica Exclusiva (ZEE), que se estende até às 200 milhas marítimas, e o limite continental, que está situado a 100 m de altitude, a partir da linha da costa. Esta zona possui grande biodiversidade de fauna e flora, assim como os recursos minerais e hídricos. Há também espécies raras, como o búzio do Ilhéu das Rolas, ao Sul de S.Tomé. A plataforma continental é bem reduzida, com 1500 km². Dois terços, 1.023 km² pertencem a Ilha do Príncipe e 436 km², pertencem a ilha de S.Tomé. Os principais jazigos de minérios estão na zona *offshore* com o petróleo, as praias com areia para construção, os recifes coralinos da costa próxima de Lagoa Azul e as argilas utilizadas nas cerâmicas.

33. Estudos realizados indicam que o potencial pesqueiro é maior à volta da ilha do Príncipe, onde a produção pode variar de 3800 toneladas (Abril) a 7000 toneladas (Agosto), o que corresponde, respectivamente, aos períodos de reprodução e de passagem de grandes espécies migratórias, como o Atum (*Scombridae* spp), Voador (*Cypselurus melanurus*), Colombeta (*Coriphaena equiselis*), Peixe Fumo (*Acanthocybium solandri*), Peixe Andala (*Istiophorus albicans*). O potencial disponível de recursos entre as linhas de 70 metros a 80 metros de profundidade foi estimado em 2000 toneladas para o Príncipe. O total da bio-massa à volta das ilhas é estimada em 12 000 toneladas. O Quadro A.6 apresenta de forma mais detalhada o potencial pesqueiro do País. No entanto, a captura máxima equilibrada, ou o potencial de pesca, não deve ultrapassar 50% da bio-massa de peixe, de maneira a manter o equilíbrio do stock existente. Esta situa-se em 6.000 toneladas às quais se deve adicionar as capturas de crustáceos cefalópodes disponíveis na plataforma continental. Para além das 25 milhas náuticas, na plataforma sul entre Ribeira Afonso e Porto Alegre, as estimações de cefalópodes, principalmente o calmar, indicam uma disponibilidade de 3.000 a 150.000 toneladas. Estes indicadores apontam para o grande potencial da pesca em STP, quer para a diversificação económica, geração de emprego e rendimentos, segurança alimentar ou aumento das exportações.

34. A frota pesqueira distribui-se por três zonas distintas: pesca costeira ou artesanal, pesca artesanal avançada (semi-industrial) e pesca industrial, esta última situada na zona económica exclusiva (200 milhas náuticas), onde hoje trabalham barcos da União Europeia. A

pesca artesanal, ainda pouco desenvolvida, representa um sector importante, pois ocupa mais de 23.000 indivíduos (15% da população activa). Em 1999, a produção artesanal foi estimada em 3.000 toneladas anuais, 60% das quais provenientes de pirogas motorizadas. Uma 600 toneladas em fresco transformam-se em 200 toneladas de peixe seco salgado. A frota artesanal é composta por 2407 pirogas monóxilas (feitas de uma só peça de madeira) movidas a vela, remo ou motor fora de bordo; estas últimas chegam a 450. Há 2800 pescadores, dos quais cerca de mil trabalham com pirogas motorizadas. Ao redor de 80% da produção desembarcada é comercializada em estado fresco pelas 3.000 Palaiês em todo o País.

35. O sub-sector das Pescas já recebeu vários apoios, mas devido à ausência de uma política adequada e à falta de rigor na gestão dos recursos, aqueles esforços não lograram produzir os efeitos desejados. Persistem dificuldades ligadas à instabilidade tutelar e ao défice de materiais de pesca e peças sobressalentes. Outros constrangimentos importantes têm a ver com a falta de financiamento, infra-estrutura pesqueira; equipamentos e barcos adequados à exploração de recursos pesqueiros distantes da costa; e centros de formação profissional. Há necessidade de especialistas em vários domínios de investigação marítima e de um plano de formação e superação de quadros. Urge uma política de abastecimento interno, quer para a produção pesqueira, quer para materiais e apetrechos de pesca, assim como levar a cabo um maior controlo e fiscalização das águas marítimas.

36. O grupo de trabalho das pescas (GT-05) recomendou incentivar e apoiar iniciativas empresariais no domínio de exploração e comercialização do pescado; valorizar o produto de pesca e os produtos alternativos ou complementares; dotar o sub-sector de um plano de formação que abarque formações de base, médias e superior nos domínios de tecnologia de pesca, transformação e comercialização de produtos de pesca; incentivo a criação de cooperativas no domínio de produção, transformação e comercialização de pescado; continuidade na promoção de novos protótipos de canoas; reforçar o controlo da Zona Económica Exclusiva (ZEE); e criar incentivos que promovam investimentos públicos e privados em infra-estruturas de apoio ao desenvolvimento das pescas em S.Tomé e Príncipe.

4.6 Transformação da Produção Agro-Silvo-Pastoral e das Pescas

37. Devido ao pequeno tamanho da população e do mercado interno, o sub-sector agro-alimentar encontra-se pouco desenvolvido em São Tomé e Príncipe. A transformação de alimentos é quase inteiramente artesanal. Os principais produtos processados são a mandioca, o dendém, o milho, frutas, o amendoim, o café e o cacau. Uma pequena produção de chocolate e de outros derivados do cacau tem sido levada a cabo pela família Corallo, na empresa Nova Moca, enquanto a de café é realizada pela empresa Monte Café e a de óleo de palma, pela EMOLVE. O Quadro A.3 indica a evolução da produção e transformação agro-industrial de alguns produtos durante o período 1995-2002.

38. A produção de óleo de palma, outrora levada a cabo por grandes empresas, baixou consideravelmente. Actualmente, uma fábrica na zona de palmar, em Ribeira Peixe, satisfaz parte das necessidades do País. A extracção artesanal de óleo de palma constitui uma fonte complementar de rendimentos para as famílias. A Sociedade Comercial e Industrial Lda (SOCOMIL) dedica-se à indústria de sabão, utilizando a copra como matéria-prima. Oleo de coco e bagaço são sub-produtos desta agro-indústria. Outros produtos agrícolas como, o milho, a mandioca, a cana-de-açúcar e frutas são todos transformados artesanalmente. A matabala e a fruta-pão ainda não têm o seu valor alimentar reconhecido.

39. A ONG *Nuova Frontiera* apoiou algumas unidades artesanais do país, o que levou à melhoria da qualidade de vários produtos. A farinha de mandioca, por exemplo, recebeu novas tecnologias, tais como a prensa, o forno com adaptação do tacho e um sistema de peneiras. Ao mesmo tempo, a distribuição de terras e os trabalhos do CIAT contribuíram para um incremento e uma melhora na produção de certas culturas alimentares como a banana, a matabala, a fruta pão e as hortaliças. Uma maior disponibilidade de linhas de crédito, tanto para investimento como para custeio, assim como a criação de associações de produtores criarão novas oportunidades para o desenvolvimento e crescimento da agro-indústria no País.

40. O desenvolvimento do sector de transformação em S.Tomé e Príncipe está limitado pelos seguintes constrangimentos: a ausência de infra-estruturas e pouco conhecimento sobre a transformação de produtos agro-pecuários; falta de formação em tecnologias adaptáveis e gestão de empresas; falta de investigação agro-alimentar e uso inadequado de algumas instituições como o CIAT; políticas inadequadas para o uso da água e electricidade; desequilíbrios na produção, distribuição, localização geográfica, transporte e conservação de alimentos; baixa produção interna de matérias-primas; e falta de investimentos.

41. O Grupo de Trabalho do sub-sector (ver DT-06) recomenda que se formule um plano director para o desenvolvimento agro-industrial em S.Tomé e Príncipe, que deverá ter como elementos básicos a qualificação de recursos humanos, a melhoria do ambiente legal e institucional, e o incentivo à promoção de actividades de transformação. Será necessário também criar um organismo junto da Direcção de Industrias para a promoção e seguimento das actividades agro-industriais. Portanto, sem descurar quanto no sector agrícola possa efectuar-se no tocante à intensificação e diversificação produtiva, com vista ao ulterior aproveitamento industrial, deve-se instalar unidades, mesmo que sejam dirigidas apenas à satisfação de consumo interno, as quais actuarão como factores de correcção de desequilíbrios entre as ofertas e as procuras locais. O desenvolvimento deste sector, em especial pelo lançamento de indústrias complementares da agricultura, facilitará a desejada diversificação das actividades económicas, melhorará a distribuição de rendimentos, pela criação de novos empregos, e poderá contribuir para assegurar maior solidez da balança comercial.

4.7 Comercialização de Produtos e Insumos

42. A comercialização de produtos e insumos deve estar no centro da atenção do governo e dos seus parceiros no processo de desenvolvimento da agricultura, paralelamente à necessidade de se aumentar as margens brutas e o valor agregado das explorações. A dimensão e as potencialidades dos mercados determinarão, em última análise, os sistemas produtivos a adoptar e os objectivos a atingir. Em STP os fluxos de comercialização dos produtos agrícolas são essencialmente dirigidos para a capital, principalmente os produtos alimentares como a banana, a matabala, a mandioca, a fruta-pão, o milho, os legumes e outros. O cacau continua a ser o principal produto de exportação (ver Quadro A.7). A criação de zonas francas, o incremento da produção de cacau biológico, perspectivas de aumento da produção de culturas alimentares, hortícolas, produtos agro-pecuários (ovos, carne de suíno), a possibilidade de implementar o projecto de criação de um porto de águas profundas, melhoria das pistas rurais e integração regional poderão criar janelas de oportunidades para melhorar a comercialização de produtos agro-pecuários e das pescas.

43. As dificuldades de deslocação no interior das ilhas, continuam a ser um factor impeditivo ao desenvolvimento do comércio agro-pecuário. Algumas comunidades só vendem parte dos excedentes, com elevadas perdas pós-colheita. O actual estado de degradação das vias de comunicação na maior parte das duas ilhas dificulta o escoamento dos

produtos agro-alimentares, com consequências negativas no rendimento dos produtores, especialmente dos pequenos. Assim, são os “candongueiros” ou “palayés” que abastecem o mercado, dentro de suas capacidades financeiras e de organização. Pistas rurais mal conservadas, circuitos de comercialização pouco eficazes, a incipiente organização dos produtores e os produtos de baixa qualidade contribuem para o aumento dos custos dos transportes e, portanto, dos preços finais dos produtos.

44. Pela natureza de dupla insularidade, a Região Autónoma do Príncipe é um território onde o complexo de factores desfavoráveis ao seu desenvolvimento tem suplantado a influência dos factores positivos. Esta situação proveniente da dupla insularidade a que a ilha está sujeita, que por incontável e manifesta tendência para as trocas comerciais tornam cada vez mais inviáveis o sistema como tem sido montado, vê-se agravada com os custos acrescidos de transporte de diversas mercadorias estarem submetidas a dupla tributação estabelecida pelos serviços alfandegários da Empresa Nacional de Administração de Portos (ENAPORT). Por sua vez, a irregularidade da cabotagem entre as duas ilhas e as taxas portuárias aplicadas aos produtos embarcados no Príncipe desencorajam os compradores dos circuitos comerciais inter-ilhas, principalmente de cacau, matabala, banana e peixe seco. O tráfego marítimo com o continente é também irregular, e tem riscos elevados nos transbordos deficientemente assegurados, principalmente nos portos de Libreville e Luanda. O Estado dispõe de uma Loja para abastecimento de insumos agrícolas, mas não dispõe, até esse momento, de recursos para assegurar o abastecimento da loja com insumos indispensáveis para a produção agro-pecuária e das pescas.

45. Para melhorar essa situação, o Grupo de Trabalho que tratou do tema (ver DT-07) recomenda a liberalização da importação de insumos, com a diminuição ou mesmo isenção das taxas aduaneiras; estabelecer um eficiente transporte de cabotagem inter-ilhas; reconstruir e reabilitar as vias de comunicação; eliminar progressivamente do actual sistema de comercialização de produtos através do mercado informal; encorajar o sector privado a reabilitar e modernizar os talhos existentes e a construir outros; reforçar os serviços de inspecção veterinária para garantir uma fiscalização de produtos pecuários; proceder à análise das amostras dos produtos importados de acordo com os certificados de qualidade; criar legislação sobre a importação e o uso de motosserras; construir pequenas unidades de produção de gelo em escama; importar materiais para a construção de pirogas com melhores condições; e criar condições de incentivo ao sector privado para a comercialização organizada do pescado.

4.8 Recursos Financeiros para o Desenvolvimento do Sector

4.8.1 Poupança e Crédito Rural e Pesqueiro

46. A poupança e o crédito constituem temas de capital importância para S.Tomé e Príncipe, pois o actual sistema de produção baseado em pequenas propriedades não inspira confiança ao sector de crédito formal. Neste contexto, a micro finança torna-se um adequado instrumento de intermediação financeira para o meio rural. Paradoxalmente, essa questão não tem merecido a devida atenção na agenda nacional. De facto, quando já se tinha criado o embrião do processo da micro-finança no País, com as Caixas de Poupança e Crédito, em 1996, verificou-se, numa dada altura, um bloqueio das operações, que conduziu a uma grande redução da prática da micro-finança.

47. No meio rural, o individualismo e a instabilidade familiar traduzem-se numa ausência de formas tradicionais de criação e mobilização da poupança. Apenas algumas práticas

espontâneas inter-individuais de empréstimo de dinheiro existem nalgumas comunidades. Para preencher esse vazio no mercado financeiro, foi criada a Caixa Nacional de Poupança e Crédito (CNPC), com uma estrutura experimental descentralizada, com estatuto privado, que facilitou o acesso dos pequenos agricultores ao crédito. A CNPC desenvolveu actividades de poupança e crédito viradas especialmente para a população citadina, mas também concedeu créditos aos pequenos agricultores e horticultores. Em 1997 existiam 11 caixas, entretanto, a CNPC foi liquidada neste mesmo ano por deficiência de gestão. Actualmente as instituições do quadro financeiro formal incluem: o Banco Central de S.Tomé e Príncipe; cinco Bancos Comerciais (Banco Internacional de S.Tomé e Príncipe - BISTP, Banco Comercial Equador - BCE, Island Bank, Afriland Bank e Commercial Bank of S. Tomé and Príncipe - COBSTP); e um Banco de Investimentos (National Investment Bank - NIB). É de se esperar que os bancos comerciais criem oportunidades para melhorar o sistema financeiro do País e que possam contribuir para o financiamento do sistema produtivo agro-pecuário, florestal e das pescas.

48. Os constrangimentos que impedem a institucionalização de um sistema de poupança e crédito no meio rural são os seguintes: ausência de uma lei que regule o mecanismo da micro finança e do crédito tradicional ao sector agrário e pescas; incapacidade dos agricultores, pescadores e palayés de apresentarem garantias reais; taxas de juros incompatíveis com as actividades desenvolvidas no sector agro-pecuário e das pescas; falta de autoridade do Estado e mecanismos que permitam o cumprimento integral dos contratos; excessiva politização das linhas de crédito disponibilizadas; falta de acompanhamento multisectorial dos créditos concedidos; e reduzida taxa de reembolso dos créditos concedidos. Portanto, a adopção de uma legislação sobre micro-finanças e crédito rural e pesqueiro constitui recomendação fundamental para a solução dos constrangimentos identificados. Torna-se pois necessário definir e aplicar uma política de crédito destinado ao sector rural incluindo as pescas; aprovar uma lei específica para a micro-finança; elaborar ou criar um estatuto jurídico específico para as caixas rurais e adoptar medidas regulamentares que facilitem o reembolso das dívidas.

4.8.2 Fundo de Desenvolvimento Rural e das Pescas

49. Conforme se pode verificar neste capítulo, os níveis de produção agro-pecuária e pesqueira estão ainda muito aquém do potencial do desenvolvimento agrícola do País, devido ao baixo nível de investimento, tanto público como privado, nas infra-estruturas de apoio ao sector, na introdução de variedades melhoradas de plantas, na transformação agro-pecuária, na pesquisa e desenvolvimento, formação profissional e apoio técnico aos agentes económicos do sector, desenvolvimento de mercados e animação rural, dentre outros.

50. A agricultura, a pecuária, as pescas e a agro-indústria, pela contribuição que fazem à economia do País (20% do PIB) e pela ocupação de mão-de-obra (60% da população economicamente activa), não sempre de merecer prioridade nos investimentos. Além disso, o sector primário e as agro-indústrias constituem importantes bases para aumentar a segurança alimentar e reduzir a pobreza rural no País. Entretanto, o fraco crescimento económico e nível de desenvolvimento registados nos últimos anos, não têm permitido a afectação de recursos substanciais para o desenvolvimento sustentado do sector agro-pecuário e das pescas. Por conseguinte, o relançamento do sector constitui um dos objectivos prioritários da política de desenvolvimento a adoptar pelo Governo de S.Tomé e Príncipe. Portanto, a criação de um Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP) constitui uma prioridade, pois será um dos principais instrumentos para financiar a implementação dos projectos incluídos no plano de acção do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e pescas (SADERPE) – Capítulo 7.

4.9 Formação, Investigação e Vulgarização

4.9.1 Formação Formal e não Formal

51. O processo educativo tem sofrido evoluções importantes em S.Tomé e Príncipe, no passado recente. Entretanto, o exame da situação evidencia a necessidade de se continuar a acção que o Estado vem desenvolvendo, mas, agora, com o propósito de superar a falta de disponibilidade financeira, a insuficiência de recursos humanos nos domínios da planificação, da gestão do sistema educativo e da administração, as quais influenciaram negativamente os resultados obtidos nos últimos 10 anos. O dispositivo de ensino e de formação agrícola encontram-se manifestamente deficientes, apesar da vontade dos Governos de fazer face ao problema. Como consequência do crescimento da população escolar, o País tem encontrado dificuldades perante a crescente necessidade de estabelecimentos escolares e de pessoal qualificado, nos diferentes níveis de ensino.

52. A área de formação não formal dispõe de dois centros: o Centro de Aperfeiçoamento Técnico Agro-pecuário (CATAP) e o Centro de Formação Profissional Agrário (CENFOPA). Ambos encontram-se sub-aproveitados e inoperantes, por falta de recursos humanos e financeiros. No quadro das actividades de desenvolvimento comunitário levado a cabo por inúmeras ONGs, têm sido efectuadas acções de alfabetização nos sectores agro-pecuário, pescas e no seio de micro-empresas do meio rural e urbano. No caso particular da agricultura (actividades agrícolas, pecuárias e florestais), a qualificação dos recursos humanos constitui um factor primordial para o desenvolvimento agrícola e rural. Mesmo com a disponibilidade de outros factores de produção (terra, água, crédito e outros), sem recursos humanos bem formados (agricultores, agentes de vulgarização, administradores, pessoal de apoio) não será possível obter resultados satisfatórios, como ensina a experiência dos países desenvolvidos. Os cursos de formação agro-pecuária (no CATAP) e de pescas (formação de palaiês em contabilidade e gestão; de pescadores em manutenção/reparação dos motores) pela ONG MARAPA, formarão quadros que poderiam provir de estudantes secundários que concluíram os estudos e/ou futuro desmobilizados das forças armadas.

53. Os maiores constrangimentos verificados nesta área são os seguintes: falta de um programa de formação profissional dirigida ao sector; inexistência de um programa nacional de formação contínua de quadros técnicos; ausência de programas de formação a médio e longo prazos para reactivação da economia rural; ausência de recursos financeiros para a reabilitação das infra-estruturas físicas do CATAP, de modernização da sua capacidade técnica e de gestão, para responder às demandas de formação agrária; ausência de cursos de actualização e formação técnico-pedagógica dos formadores santomenses; fraca relação de cooperação, no domínio da formação, com países vizinhos da sub-região da África Central e com a CPLP; curricula escolares sem abordagens sobre a conservação da natureza, incluindo os eco-sistemas florestais; inexistência de uma Escola Náutica em benefício do desenvolvimento sustentado da pesca artesanal; falta de formação e capacitação de quadros práticos em piscicultura; falta de especialistas nos diferentes domínios da investigação marítima; carência de quadros especializados na área da transformação e valorização da qualidade do pescado; e necessidade de criar uma escola agro-técnica para formação de técnicos agrícolas com diploma de nível secundário (ver na Internet exemplo da Escola Agro-Técnica e Florestal da Universidade Federal de Viçosa, MG, Brasil).

54. Para o efeito, recomenda-se a formulação de um programa articulado e abrangente de formação para o meio rural (agricultura, pecuária, floresta e pesca), baseado nas necessidades

de formação; restaurar o mais rapidamente possível as edificações do CATAP e dar formação técnica e de gestão adequadas ao corpo directivo da instituição; definir e aplicar programas anuais de formação informal nos diferentes sub-sectores, de forma a responder às necessidades de formação; destinar fundos públicos aos programas de formação previstos nos planos anuais para agricultores, criadores de animais, pescadores e para a protecção do meio ambiente; criar um corpo de formadores permanentes; elaborar e adoptar um programa oficial de superação, estágios e reciclagens, pós-graduação e especializações para os quadros técnicos; promover o estabelecimento de relações de cooperação internacionais, de forma a implementar visitas de estudo, de intercâmbio bem com a participação noutros eventos internacionais; formar quadros técnicos jovens no exterior com especializações para garantir o desenvolvimento técnico-científico em benefício da gestão e racionalização dos recursos pesqueiros.

4.9.2 Investigação e Desenvolvimento de Tecnologias

55. A investigação e extensão rurais merecem uma abordagem transversal, na qual os projectos e programas ligados à área envolvam não só os centros ou instituições de pesquisa como também os agricultores e demais sectores da administração do País. Nesse capítulo, a Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR) previa no período de 2000 a 2005, uma série de medidas, de proposições e de acções que não foram cumpridas por falta de meios financeiros e recursos humanos, bem como, constantes mudanças no Governo. A investigação e a extensão, que outrora estavam viradas apenas para as culturas de exportação, sobretudo o cacau, tem incluído culturas alimentares assim como os agricultores e suas famílias, oferecendo oportunidades para a investigação e desenvolvimento na área de segurança alimentar e nutricional. Para concretizar todos estes objectivos, propõe-se como acção inicial a empreender pelo Estado santomense que no quadro da coperação bilateral entre os cinco” Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, e demais organizações internacionais se esboce e se implemente um programa geral de formação que contemple as prioridades e necessidades comuns aos “Cinco”, prevendo-se esquemas de financiamento articulados entre os vários parceiros de desenvolvimento.

56. As poucas actividades de investigação aplicada no domínio da zootecnia e desenvolvimento do sub-sector pecuário têm sido realizadas pela Direcção da Pecuária, sem no entanto obedecer a um programa previamente estabelecido, com objectivos claramente definidos. No domínio das florestas, actualmente não existem trabalhos de pesquisa e desenvolvimento. As actividades de relevo em curso estão ligadas à multiplicação de algumas espécies arbóreas. A falta de meios materiais e humanos, assim como a ausência de textos legais actualizados constituem os constrangimentos encontrados nesse domínio. Constrangimentos de ordem institucional, operacional e político-administrativa condicionaram a realização de um programa de investigação e extensão no País. Entre eles, citam-se: ausência de uma política de formação contínua de quadros; falta de um plano de carreira de pesquisador e extensionista, com uma adequada escala salarial e motivadora estrutura de incentivos para levar os profissionais a se dedicarem integralmente a essas actividades; escassez de meios materiais e financeiros; ausência de uma política de definição de culturas prioritárias; indisponibilidade de parcelas para realização de ensaios; falta de sensibilidade dos dirigentes nacionais para questões de investigação; e a ausência de um sistema operativo de quarentena nacional (vegetal e animal).

57. O documento de trabalho do GT-12-02 faz recomendações expressas sobre como superar os constrangimentos identificados, que podem ser assim resumidas: transformar o

Centro de Investigação Agronómica e Tecnológica (CIAT) numa instituição de investigação com autonomias administrativa e financeira e promover a sua parceria com instituições de ensino; proporcionar incentivos aos quadros e pessoal da investigação; institucionalizar carreiras técnicas e científicas; aproveitar as instalações do Centro de Reprodução de Nova Olinda e Água Izé para um centro de produção e saúde animal, integrado ao CIAT; criar um Centro Nacional das Pescas ligado ao CIAT; criar um fundo nacional para o financiamento de actividades de investigação e extensão pecuária no Programa de Investimento Público; e prover parcelas em diferentes zonas do País para a criação de estações e bases experimentais agrárias regionais.

4.9.3. Vulgarização de Tecnologias

58. A vulgarização e a extensão agrícolas estão sendo feitas por diferentes instituições. Os trabalhos de vulgarização no sector agrícola são desenvolvidos pela ONG Acção para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Protecção do Ambiente (ADAPPA). Entretanto, por razões de ordem estrutural, a vertente pecuária continua a ser da responsabilidade da Direcção de Pecuária (DP). No domínio das florestas não existe um serviço de vulgarização. O CIAT não dispõe de um sector de vulgarização, mas trabalha em estreita colaboração com a ADAPPA. Dada a importância desta área para a agricultura, é recomendável que seja criado um Serviço Nacional de Vulgarização Agro-Pecuária e Florestal que não dependa apenas de um projecto ou de uma instituição.

59. A actividade depara-se com os seguintes constrangimentos: falta de financiamento do Estado; falta de meios humanos (quadros técnicos especializados de vários níveis e grau, ver Quadro A.18) em domínios específicos; escassez de equipamentos, aparelhos, materiais e meios rolantes; ausência de uma política de promoção e formação contínua dos quadros técnicos ligados; ausência de um Departamento de Extensão no organigrama do organismo público de tutela do sector - ME; falta de investimento na aplicação das tecnologias apropriadas para o desenvolvimento do mundo rural e do sector agro-pecuário, em particular. Para fazer face a esses problemas, recomenda-se que seja criado no seio da SADERPE, um serviço que se encarregue pela vulgarização de tecnologias e da adopção de uma política sustentada de vulgarização, através da criação de um Serviço Nacional de Vulgarização.

4.10 Infra-Estruturas Rurais e Pesqueiras

60. A reforma fundiária, iniciada em 1992, levou à emergência de novas comunidades rurais e ao desaparecimento das antigas empresas estatais agropecuárias. Estas dispensavam um certo apoio social aos trabalhadores e residentes destas comunidades, naquela época denominadas de “dependências”. Recorde-se que, antes do processo de distribuição de terras, a manutenção e a reabilitação das infra-estruturas nas empresas “magricelas”, assim como alguns serviços básicos, eram garantidos pelos proprietários das mesmas ou pelo Estado, que dispunha de equipas de operários especializados (carpinteiros, pedreiros, canalizadores, electricistas) e uma brigada para a manutenção de estradas, principalmente na época seca (gravana). Entretanto, actualmente, a maior parte das infra-estruturas rurais, quer económicas quer sociais, encontram-se em deplorável estado de conservação, inclusive as das médias empresas agrícolas, localizadas nas antigas ‘dependências’. Na maioria dos casos, a água já não chega ao destino devido ao mau estado das canalizações, ou flui com pouca força ou está poluída. Por seu turno, os esgotos estão muitas vezes entupidos, resultando por isso a estagnação das águas usadas e a aparição de focos de contaminação.

61. As quedas simultâneas na produção do cacau e nos seus preços internacionais, aliadas à debil gestão das empresas, reduziram a capacidade destas de manter as infra-estruturas. A eliminação da ligação das comunidades emergentes ao processo de reforma fundiária, a ausência de um poder administrativo local e a indefinição da propriedade da maioria das infra-estruturas existentes nestas comunidades, levou a uma constante degradação das condições de vida nas áreas rurais. Os alojamentos, principalmente os de tipo comboio, (ver Quadro A.11, em anexo), que em princípio eram destinados ao pessoal celibatário, tornaram-se exíguos e em elevado estado de degradação. As instalações sanitárias colectivas, os esgotos e o abastecimento de água deixaram de funcionar. O vandalismo encontrou terreno fértil para a destruição de muitas infra-estruturas.

62. Nos últimos anos, o Governo tem procurado reverter essa situação, através da implementação de alguns projectos, na maioria financiados pelos parceiros de desenvolvimento de São Tomé e Príncipe. Mas a ausência de uma estrutura de coordenação ao nível central e a dispersão espacial das intervenções deixaram a sensação de que pouco ou nada foi feito para a melhoria das condições de vida no campo. Actualmente, a grande maioria dos alojamentos nas antigas dependências estão velhas, degradadas, superlotadas, promíscuas, exigindo uma ampla intervenção de reabilitação ou reconstrução. A situação sanitária é deplorável, com o lixo acumulado nos quintais, rede de esgotos ausentes ou degradados, águas pluviais acumuladas, e uma grande falta de latrinas. As outras infra-estruturas sociais como creches, escolas primárias, postos sanitários comunitários, encontram-se, na sua maioria, em estado avançado de degradação. A propriedade das infra-estruturas continua indefinida, e a população tem um acesso muito limitado à maioria dos serviços sociais existentes.

63. O analfabetismo é elevado, principalmente no sexo feminino. A taxa de abandono escolar precoce das raparigas é mais elevada que a dos rapazes. Faltam escolas ou, em muitos casos, estas encontram-se distantes das comunidades, o que faz aumentar o absentismo dos professores e dos alunos, principalmente em caso de mau tempo. As informações sobre saúde e outros temas da vida quotidiana não chegam à maioria da população por falta de acesso desta aos meios de comunicação.

64. As intervenções para melhorar a qualidade de vida das populações rurais são quase sempre isoladas ou dispersas, sem coordenação e ou ligação com programas globais previamente estabelecidos. Os custos de intervenção tornam-se muito elevados e os objectivos para os quais foram propostos ficam diluídos nas comunidades. Com a excepção da rede primária, as estradas estão degradadas e as de terra batida estão geralmente em mau estado conservação. A ausência de manutenção da rede de estradas durante vários anos, tornou inacessível à maior parte das estradas e pistas do território nacional. A deterioração das estradas e pistas de acesso ao interior das ilhas e às antigas dependências constitui um entrave ao desenvolvimento e limitam o acesso às zonas de produção, mais que tudo na estação chuvosa, aumentando os custos de produção, transporte e comercialização dos produtos agrícolas e insumos. Como consequência regista-se um êxodo da população para a Capital-São Tomé ou para as zonas costeiras.

65. Com o apoio financeiro da Comissão Europeia, tem-se melhorado o sector rodoviário, através da criação de uma unidade que cuidará das intervenções na rede viária e dos financiamentos necessários para a mesma. Formaram-se também Grupos de Interesse para Manutenção de Estradas (GIMes), tanto das asfaltadas como de terra batida. Já estão garantidos a reabilitação de cerca de 74 km de pistas rurais. No estudo elaborado pela BCEOM, cerca de 250 km de pistas rurais são considerados como prioritários, mas ainda não

se obteve financiamento para a sua reabilitação. Uma rede viária em bom estado é essencial para que se leve a cabo o desenvolvimento do País, pois a mesma vai permitir que se: (i) obtenha o máximo retorno dos recursos naturais; (ii) leve os serviços sociais de saúde, educação e saneamento a todos; (iii) executem programas de saúde pública como o combate ao paludismo; e (iv) escoe, no momento oportuno, a produção agrícola, pecuária, florestal e das pescas.

66. O grupo de trabalho sobre o tema desenvolvimento rural recomenda (Ver DT-10) levar a cabo acções capazes de remover os obstáculos apontados, incluindo: revisar a legislação e regulamentos concernentes à propriedade dos alojamentos e de outras infra-estruturas rurais; criar uma estrutura administrativa para as comunidades rurais; criar um fundo para reabilitação de infra-estruturas rurais; legislar sobre a utilização da água e o uso de novos perímetros de regadio; estabelecer um programa de reabilitação dos sistemas de água potável; e promover o turismo rural e ecológico, incluindo a possibilidade de utilizar as extensões coloniais.

4.11. Posse e Uso da Terra

67. O programa de privatização inserido no processo de reforma fundiária atingiu parcialmente os objectivos inicialmente preconizados. O projecto terminou em meados de 2000, apesar de as actividades de distribuição de terras terem continuado até finais de 2005. O sistema fundiário piramidal foi desmantelado com a distribuição das terras das empresas intervencionadas (Bela Vista, Sta Margarida, Uba Budo, Monte Café, Agostinho Neto e Diogo Vaz). Ao longo do período 1993/2005, o Gabinete da Reforma Fundiária (GRF) interveio numa área de 45.589 hectares, dos quais 19.781 hectares foram atribuídos em forma de pequenas parcelas familiares e 8.586 hectares, em forma de médias empresas. Para florestas e outras áreas (turismo, lavras, terreiros das dependências, estradas públicas, domínio público marítimo, domínio publico fluvial e foram reservadas 17.093 hectares. Até 2005, o GRF distribuiu 28.367 hectares de terras agrícolas, ultrapassando a meta prevista em 8.367 hectares (ver o Quadro A.12 e A.13). Isto se deve a que o Programa de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas propriedades (PPADPP) ter intervido também em áreas não contempladas anteriormente pelo projecto, como as das Empresas Uba-Budo, Sta. Margarida, Monte Café, Agostinho Neto e Diogo Vaz. Foram beneficiadas, nesse processo, um total de 9.129 famílias. O aumento do número de agricultores e das áreas para cultivo cria oportunidades para o aumento da produção alimentar e da segurança alimentar.

68. No quadro das questões ligadas às terras, não se registam as áreas de florestas, pelas seguintes razões: ausência de registo das terras nacionalizadas a 30 de Setembro; necessidade da consolidação do processo iniciado com o PPADPP; falta de regulamentação da actual Lei Fundiária; necessidade de requalificação dos dados estatísticos da distribuição de terras; falta de autoridade nas comunidades resultantes do desmantelamento das empresas agrícolas distribuídas (reforço de poder local); ausência de organizações de agricultores que cuidem da gestão comunitária de terras; e falta de cadastro e registos das terras agrícolas distribuídas no âmbito do PPADPP.

69. Considerando que a gestão e a utilização das zonas florestais de domínio público serão tratadas pela nova Lei Florestal (e seus regulamentos), a promulgação deste instrumento legal deverá constituir prioridade máxima da política florestal. O mesmo se aplica às infra-estruturas colectivas, caminhos rurais e obras que se encontram no interior das antigas empresas do Estado. Com efeito, nenhum texto legal prevê, actualmente, soluções à sua

gestão e manutenção e o Estado não está em condições de as assegurar. As ações ainda pendentes no processo iniciado com o PPADPP, assim como os vícios de procedimento verificados, apontam para a necessidade de actualização da Lei Fundiária, de forma a introduzir elementos que permitam uma melhor gestão e melhores garantias pela posse e uso da terra. A definição de um programa de reordenamento do espaço habitacional nas comunidades constitui uma necessidade urgente.

4.12. Região Autónoma do Príncipe (RAP)

70. Os problemas que se põem à agricultura e ao desenvolvimento rural, de uma maneira geral, são semelhantes para as duas Ilhas. Entretanto, devido à descontinuidade territorial (dupla insularidade), a RAP possui obstáculos singulares ao desenvolvimento do SADERPE. O limitado mercado da RAP impõe que os excedentes sejam exportados para a capital S.Tomé ou para outros mercados regionais ou extra-regionais. Entretanto, as ligações aéreas com a Capital acontecem apenas três vezes por semana e têm um custo elevado para pessoas e mercadorias. A frequência dos barcos de cabotagem entre as ilhas é de duas vezes por semana. O escoamento de produtos agro-pecuários para S.Tomé é feito por via marítima, mas, ao chegar lá, os preços de venda desses produtos são, em geral, mais elevados que os produtos similares produzidos na ilha de S.Tomé. Isto se deve a que os preços dos produtos provenientes do Príncipe são aumentados pelos seguintes factores: transporte do local de produção para o cais; taxa paga a ENAPORT no Príncipe; custo do transporte do cais para o barco; custo de transporte marítimo; custo do transporte do barco para o cais em S.Tomé; e do cais para o local de venda em S.Tomé.

71. No Príncipe, os preços dos equipamentos, materiais e insumos agro-pecuários são elevados, comparados aos de S.Tomé. Além disso, sua demanda é reduzida, devido ao limitado poder de compra dos agricultores e criadores. A mesma situação acontece com os produtos alimentares importados e outras mercadorias, o que torna os custos de produção agropecuária e o custo da vida de um modo geral 40% mais caros que em S.Tomé. Esta situação tem comprometido o crescimento económico da RAP, com o conseqüente abandono das terras agrícolas e o êxodo rural. Ainda assim existem pequenos agricultores dispostos a trabalhar para o desenvolvimento da ilha, e a produção que geram não deve ser negligenciada (Ver o Quadro A.14).

72. No Príncipe, as vias de acesso (estradas e pistas rurais) estão bastante danificadas, o que dificulta a circulação de pessoas e bens e encarece a colocação dos produtos agro-pecuários nos centros de venda. Na agricultura, há muitos produtos perecíveis, que requerem uma rápida comercialização. Entretanto, não existem no Príncipe infra-estruturas de conservação, principalmente câmaras de frio. A isto se junta a pouca coordenação institucional entre o Ministério que tutela o SEDERPE e a Secretaria Regional dos Assuntos Económicos e Financeiros no Príncipe. Com o processo de autonomia do Príncipe, o distanciamento agravou-se, passando a haver somente contactos muito pontuais e indispensáveis com o Governo Central na cidade Capital. Esta situação torna ainda mais difícil a resolução dos problemas de agricultura, do desenvolvimento rural e pescas na RAP. Acrescente-se ainda a inexistência de qualquer tipo de formação agrícola, pecuária florestal ou de pescas na RAP, o que deixa os jovens da ilha com poucas alternativas de emprego.

73. O documento do Grupo de Trabalho GT-01 (DT-01), que diagnosticou as oportunidades e constrangimentos da RAP, apresenta uma análise detalhada por sub-sector e temas transversais, bem como, as diversas propostas de acção a desenvolver. A dupla

insularidade tem um efeito positivo sobre o meio ambiente, que tem sido preservado e é rico em potencialidades. No área da pecuária, a RAP oferece oportunidades para o desenvolvimento da suinicultura, pelo facto de não ter sido registado nenhuma ocorrência de surto de peste suína africana. Estudos realizados sobre as alternativas e potencialidades económicas para a RAP²⁷ referem de que “a ilha do Príncipe tem vantagens comparativas em relação a outras regiões semelhantes (se é que existem), pois é raro encontrar um ambiente tão preservado, o que é uma mais valia para uma estratégia de desenvolvimento e que não deverá ser desperdiçada. Tendo em conta que na Lei Quadro do Uso das Receitas do Petróleo está prevista que um mínimo de 7% das receitas do petróleo destinar-se-á ao desenvolvimento da RAP, uma grande parte destes recursos deverão ser encaminhados para atender ao sector da agricultura, do desenvolvimento rural e pescas da Região. Neste sentido, vale a pena enfatizar que as recomendações contidas no documento²⁸ “Estudos sobre Alternativas e Potencialidades Económicas para a Região Autónoma do Príncipe”, de Abril de 2001 são todas válidas e, por isso mesmo, deveriam ser consideradas no quadro da preparação de um Plano Director de Desenvolvimento de Médio Prazo para a Ilha.

4.13 A Mulher no Meio Rural das Pescas

74. O aumento do número de mulheres chefes de família e da pobreza entre as mulheres aparece como a manifestação mais modificada no papel da mulher na família são-tomense nesses últimos anos. O inquérito sobre as condições de vida das famílias realizado em 2000 mostrou que a proporção das mulheres chefes de família era de 32,8% no País. Entretanto, nas comunidades rurais as mulheres beneficiárias de terras agrícolas e que representam chefes do agregado familiar atingem somente 25-30%. Tendo em conta as responsabilidades cada vez mais crescentes assumidas pela mulher no processo de gestão da economia familiar, a sua participação no desenvolvimento económico da nação é cada vez mais preponderante. Paradoxalmente, este aumento de responsabilidade não tem trazido transformações positivas esperadas no estatuto social e ao nível das condições de vida das mulheres. Observa-se antes uma acentuação na discriminação, ligada às responsabilidades de cuidar das necessidades imediatas da família, em detrimento da sua plena integração económica e social. A mulher no meio rural dedica-se a actividades múltiplas, tanto domésticas como fora da casa. A sua capacidade de adaptação e espírito de iniciativa devem ser canalizadas para as organizações de mulheres chefes de família ou mulheres empreendedoras, tanto para que se reduzam as actuais desigualdades entre os géneros como também para que as mulheres recebam o pleno benefício dos frutos do desenvolvimento.

75. As dificuldades encontradas na área do género, que influenciam negativamente no desenvolvimento harmonioso do SADERPE, podem ser resumidos em: preconceitos que sustentam a situação de inferioridade da mulher na comunidade e na família; distribuição desigual dos papéis e das funções na família e na comunidade; divisão desigual do trabalho doméstico, dos quais os mais penalizados e os maiores consumidores de energia e do tempo são notáveis no mundo rural (a procura de água e recolha de lenha); fraco nível de educação e de formação técnica e profissional; falta de informação quanto as potencialidades do sector agrícola e das oportunidades de financiamento; e a débil percepção desta situação por parte dos decisores das políticas e os planificadores do desenvolvimento. Essa situação demonstra que se torna necessário reflectir e começar agir sobre a necessidade de promoção das mulheres, sobretudo no meio rural, tendo em conta o papel preponderante que as mesmas

²⁷ Alternativas e potencialidades económicas para a Região Autónoma do Príncipe, Soconesi, Lda, Abril 2001.

²⁸ RDSTP (2001).

desempenham no seio da família, da comunidade e da sociedade, nos termos da estratégia de género preparada para S.Tomé e Príncipe referida no Capítulo 3 e de acordo com as propostas contidas no DT-15, preparado pelo Grupo de Trabalho – GT-15 que tratou da problemática da mulher do meio rural e das pescas.

4.14 Cooperação Internacional

76. A cooperação técnica internacional constitui um importante instrumento de desenvolvimento, pois pode ajudar a promover mudanças estruturais valiosas no sistema produtivo do País. No período de 1995 a 2005, o sector da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas recebeu apoios da cooperação técnica internacional (Quadro A.17) nos domínios de culturas alimentares, pecuária, pescas, florestas e recursos naturais. Financiaram-se também alguns programas e projectos de desenvolvimento (Ver Quadro A.16). Entretanto, a articulação entre os diferentes sectores e os temas transversais têm sido deficientes. O País não dispõe de um sistema articulado de relacionamento institucional interno, nem de coordenação da cooperação externa. A participação do Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação (MNEC) tem sido marginal e, por vezes, negligenciada.

77. Os processos de cooperação técnica internacional em prol de desenvolvimento do SADERPE têm-se desenvolvido nas áreas de transferências de conhecimentos técnico-científicos e capacitação de recursos humanos. De uma forma geral, os projectos implementados no SADERPE não lograram atingir satisfatoriamente os objectivos fixados. No entanto, a nova parceria para Africa (NEPAD), a implementação do Plano Detalhado para o Desenvolvimento Agrícola de África (PDDAA), para aumentar o apoio financeiro à agricultura nacional, e o Programa de Desenvolvimento Agrícola da CEEAC (denominado “programa regional de segurança alimentar”) poderão criar oportunidades para que o País atinja a auto-suficiência alimentar. A concertação com a FAO para esta execução é crucial. O Programa Milenium Challenge Corporation (MCC)/USA para apoiar a produção agrícola, e o AGOA-USA, que visa promover a comercialização de produtos de alguns países africanos nos mercados dos Estados Unidos da América, também poderá aumentar o leque de oportunidades para o sector.

78. O documento do grupo de trabalho GT-14 apresenta as principais dificuldades na cooperação internacional ao SADERPE, que podem ser assim resumidas: falta de articulação entre as instituições relacionadas com a cooperação internacional; ausência de acompanhamento e avaliação interna dos projectos; problemas de gestão técnica e financeira de projectos; falta de uma melhor articulação entre os diversos parceiros que desenvolvem actividades no País; falta de formação de quadros na área de planificação; instabilidade política; incapacidade institucional e fragilidade das organizações de produtores; atraso ou não pagamento das cotizações às organizações internacionais relacionadas com os sector; descoordenação, improvisação na actuação, duplicações e omissões e lacunas na concepção e implementação das acções; falta de uma estratégia adequada de saída (fim dos projectos) que deve ser estabelecida entre o País receptor e o parceiro bilateral e multilateral; a ajuda de cooperação bilateral ou multilateral nem sempre se concentra em sectores e subsectores prioritários definidos no programa de Governo; dificuldades na adopção e na adaptação de transferências de novas tecnologias; baixos salários que auferem os quadros nacionais; e falta de sustentabilidade da assistência técnica no período pós- projecto. Neste quadro, urge tomar medidas que melhorem a articulação entre as instituições envolvidas com a cooperação internacional, de forma a estabelecer e reforçar a articulação entre os diversos parceiros de desenvolvimento, como propõe o documento de trabalho DT-14.

5. INSTITUIÇÕES DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO RURAL E PESQUEIRO

5.1 Evolução das Instituições Públicas e não Públicas

1. O sector da agricultura, desenvolvimento rural e pescas (SADERPE) encontra-se actualmente inserido no Ministério de Economia (ME), onde conta com recursos humanos (Quadro A.18) e financeiros (Quadro A.19) limitados. Segundo o novo organigrama adoptado em Junho de 2006 (Ver Figura A.1), em vias de aprovação pelo Conselho de Ministros, o ME compõe-se de três Direcções Gerais: Direcção Geral de Agricultura e Extensão Rural (DGAER), Direcção Geral das Pescas (DGP) e Direcção Geral do Comércio, Industria e Turismo (DGCIT). Conforme figura na antiga Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural (CPADR), o ME deve estar preparado para conduzir em nome do Governo a política de modernização do SADERPE. Caberá à DGAER, sob a orientação do Ministro da Economia, preparar e executar a política de Governo nas áreas de Agricultura, Pecuária, Florestas, Desenvolvimento Rural e Reforma Fundiária. As principais atribuições da DGAER consistem, entre outras, em participar na formulação, acompanhamento e avaliação da política agrícola e de desenvolvimento rural, elaborar planos de desenvolvimento e apoiar a execução de programas específicos de apoio à organização e desenvolvimento rurais, apoiar a valorização dos produtos agrícolas. A Direcção Geral das Pescas encarrega-se de executar a política de pescas do Governo. Os principais projectos desenvolvidos no sector estão também sob a tutela da DGA. Em relação à reforma agrária, convém realçar o efeito do projecto de Privatização da Agricultura e Pequenas Propriedades (programa de distribuição de terras) na oferta de oportunidades para o desenvolvimento e crescimento do sector, com benefícios para a segurança alimentar e redução da pobreza.

2 A actualização da Carta de Política Agrícola e do Desenvolvimento Rural e o Plano Director da Pecuária são dois instrumentos úteis de planeamento que poderão criar oportunidades para a diversificação cultural e o desenvolvimento e crescimento do sector. Novos projectos de desenvolvimento do Ministério de Economia apresentados na Mesa Redonda de Bruxelas e a segunda fase do Projecto de Apoio ao Desenvolvimento Pecuário, que visam reduzir a pobreza, poderão vir a criar oportunidades para a instalação de um gabinete de segurança alimentar, o acesso ao crédito, formação, pesquisa e desenvolvimento. A reforma administrativa em curso poderá criar oportunidades para a melhoria dos serviços, tornando-os mais eficientes e atractivos, com quadros fixos, capacitados e bem remunerados. A promoção do sector privado emergente e movimentos associativos e cooperativos constituem oportunidades que poderão gerar benefícios para as culturas de exportação e incitar a transformação e melhorar a comercialização de produtos alimentares e de exportação.

3. Os constrangimentos que têm dificultado o desenvolvimento sustentável das instituições públicas estão na sua maior parte ligados às áreas administrativa e operacional. Os factores que têm impedido uma reforma administrativa das instituições públicas incluem: instabilidade política e falta de vontade política para levar as reformas a cabo; indefinição de cargos e funções; a falta de um modelo de gestão avançado, que leve em conta as realidades do actual sistema fundiário; restrições orçamentárias advindas de acordos com organismos internacionais; ausência de mecanismos de articulação entre as instituições públicas e as privadas; desmotivação dos quadros técnicos e administrativos; ausência de acompanhamento e avaliação interna dos serviços e projectos; falta de formação e superação de quadros na área de planificação e outras áreas afectas às direcções técnicas; improvisação na actuação, duplicações, omissões e lacunas na concepção e implementação das acções; falta de promoção

na carreira, de acordo com a competência e/ou nível de antiguidade; casos de nepotismo e de excessiva partidariação do sector, sobretudo ao nível da liderança; falta de condições de trabalho para os quadros técnicos e administrativos; falta de uma descentralização adequada para apoiar as comunidades rurais; fuga de quadros para outros sectores não agrícolas com melhores condições de trabalho e remuneração; casos de falta de capacidade e qualidade de liderança; em alguns casos, falta de legislação, regulamentação e dificuldades de aplicação de normas legais; distribuição e utilização inadequada dos recursos humanos e meios técnicos; inexistência de um programa de formação (quadros médios e superiores) e capacitação, quer em termos técnicos (especialidade) e administrativos (gestão).

5.2. Situação e Perspectivas das Instituições Rurais e das Pescas

4. O Sector Público da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas não possui um registo das ONGs que operam no País e, em consequência, não consegue coordenar suas acções com as mesmas. As ONGs e o sector privado reclamam da falta de apoio do Estado, indispensáveis para a prossecução dos objectivos de desenvolvimento no meio rural. Existe duplicidade de acções no seio das ONGs, que concorrem entre si, implementando as mesmas acções, por vezes nas mesmas comunidades, embora tenham diferentes atribuições. Ao contrário das ONGs estrangeiras que operam no País, as ONGs nacionais têm dificuldades de encontrar meios financeiros suficientes para implementar os seus projectos e programas.

5. Durante a actualização da Carta, foram visitadas as seguintes instituições de desenvolvimento com ligações directas ao SADERPE:

Federação Nacional das Associações de Pequenos Agricultores (FENAPA);
Acção para o Desenvolvimento Agro-pecuário e Protecção do Ambiente (ADAPPA);
Acção para o Desenvolvimento de Iniciativas Locais (ZATONA-ADIL);
Associação Zoo Veterinária (ZOOVET);
Mar Ambiente e Pesca Artesanal (MARAPA);
Associação para a Promoção de Micro Finanças (MICONDÓ);
Nuova Frontiera;
Federação Nacional das ONGs (FONG).
Cooperativa de Produtores de Aves de São Tomé (COPAV);
Cooperativa de Exportação de Cacau Biológico (CECAB);
Cooperativa dos Produtores de Pimenta e Baunilha (COOPIBA);
Cooperativa de Porto Alegre (CPA);
Cooperativa “Men Nganhã Pê Ovo” (CMGPO);
Cooperativa de Pesca Industrial (CPI); e
Cooperativa das Médias Empresas de Colónia Açoreana (COMECA).

6. As ONGs são de grande importância para STP, principalmente pelas actividades que desenvolvem no mundo rural. Entretanto o Estado deverá cadastrar todas as ONGs e assumir a coordenação e controlo das suas actividades, evitando situações de ONGs estrangeiras que beneficiam deste estatuto sem fins lucrativos, passarem a actuar como empresas comerciais, ou retirar oportunidades às ONGs nacionais em busca de financiamento externo, para actividades que as nacionais estão aptas a realizar.

7. A Federação Nacional de Associações dos Pequenos Agricultores (FENAPA), que deveria ser o parceiro do Governo em acções de desenvolvimento, debate-se com problemas financeiros e encontra-se inibida de participar na implementação dos seus programas

específicos de desenvolvimento rural. As organizações de agricultores federadas na FENAPA não honram os seus compromissos de pagamento de quotas. Embora a FENAPA beneficie de um apoio no quadro do PAPAFPA que lhe permite formar os membros da sua direcção, publicar os boletins informativos e divulgar os preços dos produtos agrícolas. A instituição não beneficia de qualquer dotação orçamental por parte do Estado. A criação da Federação Nacional das ONGs (FONG²⁹) poderá vir a contribuir para solucionar estes estrangulamentos, evitando a concorrência desleal existente entre as ONGs e contribuindo para a formação de quadros, o aprovisionamento em equipamentos, procurando parceiros externos para encontrar fundos para a realização de projectos comunitários viáveis com apoio das ONGs federadas. Para maior envolvimento dos membros da FENAPA, recomenda-se que as ONGs paguem uma quota, mesmo que seja mínima. Pois, se não houver a participação dos membros e se a organização continuar a ser financiada pelo Estado ou parceiros internacionais, não ficará garantida a sua perenização. Assim, é fundamental que as organizações de agricultores federados reconheçam a importância da FENAPA e honrem os seus compromissos de pagamento de quotas.

8. A ONG local “Micondó”, especializada em micro-finanças, poderá jogar um papel importante com o Governo na promoção da poupança e do crédito e facilitar o mecanismo do seu adequado enquadramento no processo de desenvolvimento. A ONG Zatona–Adil deverá ser dotado de meios técnicos suficientes para prosseguir com as actividades de enquadramento organizacional dos produtores. O surgimento da Cooperativa Avícola (COPAV) vocacionada para comercialização de ração avícola, a COOPIBA (Cooperativa de Pimenta e Baunilha), a Cooperativa de Produção Agrícola de Porto Alegre, a COMECA e a CPI também devem merecer a atenção do Governo e da cooperação técnica internacional.

9. As cooperativas tanto de produção como de comercialização constituirão a base fundamental da organização dos produtores. Através dessas cooperativas serão conduzidos os apoios materiais e financeiros, os créditos, os serviços de extensão e demais apoios necessários à intensificação da produção. Com as novas oportunidades de rendimento, através da intensificação cultural baseada na melhoria de assistência técnica, no alargamento progressivo de áreas para a instalação de actividades agro-pecuárias, na utilização racional dos factores de produção e na facilidade de concessão de créditos, procurar-se-á aumentar substancialmente os rendimentos dos agregados familiares.

5.3 Recomendações para o Desenvolvimento Institucional

10. As recomendações (ver DT-11) vão no sentido de: melhorar o mecanismo de articulação entre as instituições públicas e as privadas; velar pela realização de acompanhamento e avaliação interna dos serviços, programas e projectos; promover uma boa gestão técnica e financeira dos serviços e assim garantir mais transparência, eficiência e credibilidade das instituições; levar a cabo um programa de formação de quadros nas áreas de estratégias, políticas, planificação, programas e projectos, dentre outras; contribuir a uma boa governação e consolidação do processo democrático do País, o que permitirá relançar a cooperação técnica internacional e atrair investidores para o sector; procurar, a curto e médio prazos, resolver o problema da falta de capacidade institucional e fragilidade das organizações de produtores; velar pela melhor coordenação e reduzir o nível de improvisação na actuação e

²⁹Federação das ONGs, criada em 2001, tem os seguintes objectivos: representar as ONGs a actuar em STP, Promover maior cooperação e coordenação entre ONG Nacionais, Estrangeiras e Governo, doadores...Promover e mediar a cooperação internacional e regional, promover o fortalecimento das ONG Nacionais com vista a facilitar a sua sustentabilidade a longo prazo (FONG, 2005).

nas duplicações de acções; promover a integração dos princípios de desenvolvimento sustentável e sustentado na política agrária do País; negociar com os parceiros do desenvolvimento (Quadro A.17) e organismos de concertação social e sindicatos para melhorar os salários; reduzir a taxa de nepotismo e de excessiva partidarização do sector, tomando em consideração a competência e respeitando a antiguidade dos quadros técnicos e trabalhadores; alocar meios materiais para a implementação das acções; continuar a desenvolver esforços para que seja efectuada, no curto prazo, uma descentralização do sector, apoiando as comunidades rurais (hierarquia horizontal); evitar a fuga de quadros para outros sectores não-agrícolas através de medidas que tornem o sector mais atractivo quer em termos institucionais quer produtivos; reforçar a capacidade e a qualidade de liderança; velar para uma melhor distribuição e utilização dos recursos e meios técnicos. Sugere-se que sejam estabelecidas parcerias dinâmicas e sustentadas com a FENAPA, a FONG, o Governo, a FAO, o FIDA, o PAM, o PNUD, dentre outras. O Sector público do SADERPRE carece de uma profunda reforma das suas instituições de acordo com o a proposta aprovada pela Mesa Redonda de Bruxelas de 2005 e as recomendações oriundas do Workshop Nacional que validou a Carta Actualizada de Política Agrícola, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.

6. ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO SECTOR

6.1 Introdução

1. A estratégia para o desenvolvimento do Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE) é uma proposta que inclui eixos e acções estratégicas, com vista a aproveitar as oportunidades existentes e a superar os constrangimentos que dificultam o seu desenvolvimento. A estratégia é flexível e dinâmica, e tem como propósito aumentar a competitividade do sector enquanto persegue um desenvolvimento sustentado e equitativo. A expressão “Sector da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas (SADERPE)”, é referida como “Sector” ou como “SADERPE”. O Sector é um componente importante da economia do País, com fortes encadeamentos para frente e para trás, incluindo a agro-pecuária, as florestas, as pescas, as actividades de desenvolvimento rural e os temas transversais incluídos nos domínios dos Grupos de Trabalho (Capítulo 1).

2. A presente estratégia considera o Sector no contexto das estratégias de desenvolvimento global e nacional e indica as orientações que deverão pautar as acções para alcançar um desenvolvimento sustentado, que inclui o objectivo de redução da insegurança alimentar e da pobreza, a curto, médio e longo prazos. O sector público do SADERPE terá a função de coordenar a execução da estratégia, em articulação com as outras instituições públicas, organizações da sociedade civil e organizações internacionais. Este capítulo compreende as seguintes secções: enquadramento da estratégia do SADERPE no contexto das outras estratégias do Governo; premissas que a estratégia deverá observar para atingir seus objectivos; objectivos da estratégia de acordo com os planos do Governo para a economia e o sector; eixos estratégicos prioritários do SADERPE para alcançar um desenvolvimento competitivo, sustentável e equitativo, a curto, médio e longo prazos.

6.2. Enquadramento

3. A Estratégia do Sector se enquadra nas iniciativas globais e nacionais indicadas no capítulo 3, com o propósito de harmonizar as suas orientações e se beneficiar de possíveis complementariedades, incluindo a mobilização de recursos e parcerias para a sua exitosa implementação. Ao nível global, a estratégia se enquadra nos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e, também, nos tratados e acordos de cooperação com organismos internacionais (FMI, Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento, União Europeia, FIDA) e demais organismos de cooperação bilaterais e multi-laterais. No âmbito nacional, a Estratégia se enquadra nos objectivos da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP), proporcionando inclusive dados e informações para o Observatório Nacional da Pobreza.

6.3 Premissas

4. Num contexto de mudanças constantes na conjuntura sócioeconómica e política do País e da economia global, o sucesso dessa Estratégia dependerá da observância de um conjunto de premissas que garantirão os ajustes necessários durante a sua implementação, tais como:

- i. A coerência e a prioridade assegurarão que os eixos estratégicos se concentrem em acções prioritárias definidas em comum acordo com as prioridades dos OMD, da ENRP e dos actores do Sector. Envolve vontade política e recursos orçamentais, para implementação do Plano de Acção correspondente (ver Capítulo 7).

- ii. O dinamismo e a flexibilidade assegurarão o avanço oportuno e com a devida capacidade de adaptação, para se ajustar às eventuais mudanças da economia nacional e global.
- iii. A competitividade envolverá a produção, transformação e comercialização de produtos com qualidade e custos competitivos com produtos similares nos mercados internos e externos.
- iv. A sustentabilidade envolverá a produção, transformação e comercialização com viabilidade técnica e económica, com uso racional dos recursos disponíveis, sem prejuízo da base de recursos naturais e do meio ambiente para as próximas gerações.
- v. A equidade permitirá um crescimento do SADERPE com inclusão social, o que deverá assegurar o acesso das famílias rurais e dos pescadores aos serviços públicos de educação, saúde e aos programas sociais de suplementação alimentar e de redução da pobreza do Governo.

5. Todas as acções de desenvolvimento do sector deverão ser coerentes com as premissas indicadas e estarem harmonizadas entre elas, para atingir os objectivos do desenvolvimento consolidados na ENRP e os OMD.

6.4 Objectivos

6. A política actual da RDSTP tem como prioridade absoluta reduzir de maneira substancial a pobreza no País e melhorar o bem-estar geral da população. Para alcançar este objectivo, o Governo definiu as linhas que orientarão as suas acções, subscrevendo o Relatório dos Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) e definindo a Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP). Considerando que em São Tomé e Príncipe a pobreza é um fenómeno primordialmente rural e que o SADERPE desempenha um papel fundamental no desenvolvimento sócioeconómico do País³⁰, os eixos estratégicos traçados nestes dois documentos, particularmente os relacionados ao (i) crescimento acelerado e redistributivo, e à (ii) criação de oportunidades para o aumento e diversificação de actividades produtivas, têm como elemento central a realização de acções focalizadas neste sector e na sua população.

7. A orientação estabelecida para o primeiro destes eixos estratégicos inclui o desenvolvimento do sector primário como motor da produção nacional, gerador de empregos e promotor da diversificação do sector secundário e terciário; a valorização turística e piscatória do arquipélago e a promoção de novos sectores de crescimento voltados para a exportação³¹. O eixo de criação de oportunidades para o aumento e a diversificação de rendimentos, por sua vez, estabelece as seguintes orientações: crescimento e diversificação das produções; garantia da segurança alimentar; melhoria das condições sócioeconómicas da população do meio rural e urbano e zonas envolventes (luchans e localidades); conservação do património natural; promoção das mulheres e dos jovens; e aumento da capacidade de exportação.

8. Tendo em vista este marco orientador das políticas do Governo para os próximos anos e as características, limitações e potencialidades do SADERPE, o propósito geral da estratégia de desenvolvimento do sector é contribuir de forma eficiente e eficaz para o alcance dos objectivos do Milénio e da ENRP. Especificamente, os objectivos da estratégia, consistem em:

- i. Melhorar as condições sócioeconómicas da população rural.

³⁰ O sector responde por aproximadamente 20% do PIB, mais de 83% do valor total das exportações e emprega 60% da população economicamente activa.

³¹ Estratégia Nacional de Redução da Pobreza: Programa de Acções Prioritárias 2006-2008.

- ii. Promover o crescimento do sector com a utilização sustentada dos recursos naturais.
- iii. Garantir a segurança alimentar dos santomenses.
- iv. Aumentar e diversificar as exportações agrícolas.

6.5 Eixos Estratégicos

9. O País possui um elevado potencial agrícola, com solos de boa qualidade, razoável disponibilidade de água na época seca, temperatura média próxima dos 25° C e uma variedade de microclimas, com médias pluviométricas anuais entre 1000 a 6500 mm. As ilhas do País estão cobertas por florestas tropicais e os recursos das pescas são abundantes e pouco explorados. Os recursos do sector, entretanto, vêm sendo utilizados abaixo de suas potencialidades, conforme atestam vários estudos e projectos executados nos domínios da agro-pecuária, florestas e pescas³². O País tem também potencial comprovado para produzir novos produtos para o mercado interno e externo. O sector é caracterizado também pelo predomínio da agricultura familiar, elevada dependência da exportação de cacau e importação de produtos alimentares, limitado mercado interno para os cultivos alimentares, baixa escala de produção, e reduzida capacidade técnica e de gestão dos agricultores.

10. Neste contexto, a estratégia de desenvolvimento do sector tem como base orientadora os seguintes eixos estratégicos:

- i. Aumento e diversificação das produções e das exportações agrícolas:
 - a. Culturas alimentares.
 - b. Culturas de exportação.
- ii. Aumento e diversificação das produções pecuárias e das pescas:
 - c. Pecuária.
 - d. Pescas.
- iii. Aproveitamento dos recursos florestais e do meio ambiente rural:
 - a. Recursos florestais.
 - b. Meio ambiente rural.
- iv. Fortalecimento institucional e apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro:
 - a. Instituições públicas e da sociedade civil.
 - b. Formação de recursos humanos.
 - c. Investigação e extensão.
 - d. Comercialização de produtos e de insumos.
 - e. Transformação de produtos e insumos.
 - f. Poupança e crédito rural e pesqueiro.
 - g. Infra-estruturas rurais e das pescas.
 - h. Consolidação da reforma fundiária.
 - i. Cooperação técnica e económica.
 - j. Mulher do meio rural e das pescas .
 - k. Região Autónoma do Príncipe.

6.5.1 Aumento e diversificação das produções e das exportações agrícolas

A. Culturas alimentares

11. O sistema de cultivo praticado em São Tomé e Príncipe no período colonial era essencialmente de tipo monocultural. Dadas as limitações deste sistema, após a

³² A pecuária em expansão inclui a criação de bovinos, porcos, pequenos ruminantes e aves.

independência, o Governo adoptou políticas de diversificação da estrutura produtiva a fim de ampliar a variedade e disponibilidade de produtos oriundos da produção interna, particularmente os das culturas alimentares³³. Estas políticas favoreceram a expansão destes cultivos, principalmente em pequenas e médias propriedades, mediante sistemas de produção de baixo nível tecnológico orientados, de modo geral, à subsistência, e, em certos casos, à comercialização de pequenos excedentes. Os sistemas de produção resultantes incluem também actividades extrativistas, principalmente, as da fruta-pão, que nasce naturalmente, e as da bananeira e da matabaleira, que recebem pouco tratamento cultural depois de plantadas. Apesar da expansão verificada das culturas alimentares, o País continua a depender fortemente da importação de alimentos, tais como o arroz, trigo, milho, leite, óleos, feijão, açúcar e carnes³⁴. Por outro lado, a pauta de produtos produzidos localmente, muito embora mais ampla na actualidade, se caracteriza por produtos de baixa qualidade e limitado nível de processamento, devido à uma agro-indústria pouco desenvolvida.

12. Apesar da inexistência de levantamentos dos sistemas produtivos utilizados em São Tomé e Príncipe, a observação geral é de que boa parte das pequenas e médias propriedades rurais possuem, hoje, um sistema que inclui as seguintes culturas alimentares: matabala, fruta-pão, banana, mamão, jaca, laranja e anona. Um número menor de explorações cultiva não só estes produtos, como também outras frutas (ananás, laranja, limão, tangerina, cajamanga, papaia, maracujá) milho, mandioca e algumas hortaliças (tomate, couve, batata inglesa, cenoura, repolho). Existe também um terceiro sistema produtivo utilizado por um número relativamente menor de estabelecimentos rurais do que os anteriores, o qual se distingue pela exploração em maior escala³⁵ de frutas e hortaliças. Paralelamente a estes sistemas produtivos, o País conta com ensaios de adaptação de fruteiras, hortaliças que demonstraram um potencial bastante promissor.

Orientações estratégicas

13. Considerando este contexto produtivo dos cultivos alimentares, o objectivo deste eixo estratégico será o de melhorar o retorno económico deste segmento da agricultura, para diminuir a dependência de alimentos importados através da expansão da produção doméstica e aceleração do processo de diversificação em curso. Para alcançar este objectivo, as acções deste eixo estratégico estarão orientadas a:

- i. Aumentar a produção/productividade, das culturas alimentares actualmente cultivadas, através da divulgação de práticas culturais, adopção de políticas que favoreçam os produtos locais e a isenção de taxas às importações de insumos.
- ii. Reforçar os investimentos e as actividades que estão sendo implementadas, em termos de melhoramento da infra-estrutura rodoviária, para facilitar o escoamento de excedentes de produção.
- iii. Promover, via programas de crédito, a transformação artesanal dos produtos locais e o investimento em unidades de extracção de sumos, fabricação de frutas secas, de compotas e de outros produtos de frutas processadas.
- iv. Facilitar o comércio de géneros alimentícios entre as ilhas de São Tomé e do Príncipe mediante a diminuição das taxas incidentes sobre o comércio e subvenção ao transporte dos produtos entre as ilhas e o mercado regional da costa de África.

³³ Entre outras, a de distribuição de terras e a execução de vários projectos de desenvolvimento de culturas alimentares executados com a colaboração da cooperação internacional bilateral e multilateral.

³⁴ Entre estes produtos, o trigo não pode ser produzido no País devido a inaptidão edafo climática e o arroz enfrenta sérios constrangimentos à produção. Por razões económicas, o arroz importado ocupa um lugar importante no consumo das famílias.

³⁵ Área cultivada superior a 2 ha.

v. Existem situações em que a importação de determinados produtos alimentares constitui um grande constrangimento ao aumento dessas produções localmente. O PAM tem fornecido ajuda alimentar com produtos que se poderia produzir localmente. Assim sendo, recomenda-se que seja incluído nas orientações estratégicas o seguinte: a) reduzir paulatinamente as quantidades de cebola e óleo alimentar importados, a fim de incentivar a produção local e b) acordar com o PAM a utilização dos produtos locais, como o milho, o azeite de palma e o peixe no programa de ajuda estabelecido para STP.

14. A médio prazo, as acções anteriores serão complementadas com a substituição gradual da ajuda alimentar proporcionada pelos parceiros do desenvolvimento do País, por programas de ajuda em divisas e suprimento de insumos ou pequenos materiais agrícolas que favoreçam a expansão da produção e da produtividade da produção de cultivos alimentares.

B. Culturas de exportação

15. O País tem como parte de suas características, um forte predomínio do sistema de cultivos que teve início no século XV, com a cultura da cana de açúcar e, posteriormente, a do café e a do cacau, nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Apesar da boa aptidão agro-ecológicas do País para o desenvolvimento destas culturas, a produção de todas elas reduziu significativamente ao longo do tempo, afectando de forma substancial a geração de renda, de emprego; e de divisas. Vários esforços foram feitos para reverter este quadro, particularmente após a independência do País, em 1975, quando o Governo definiu como prioridade reabilitar o sector cacauero e diversificar, tanto a estrutura produtiva, como a pauta de exportações agrícolas. Os resultados desta política, muito embora pouco satisfatórios, confirmam a importância de manter esta orientação, tendo em vista o importante papel que este sub-sector continua a exercer na economia nacional e no meio rural e o grande potencial demonstrado pelas culturas de exportação já testadas e a necessidade determinada pelo limitado mercado interno de adoptar uma estratégia de desenvolvimento orientada para o exterior.

Orientações estratégicas

16. A economia santomense e o meio rural em especial, permanecem fortemente dependentes de um produto de exportação, o cacau, entretanto contam com experiências promissoras de diversificação que devem ser ampliadas. Assim sendo, este eixo estratégico estará orientado a curto e médio prazos a continuar com a política actual de promover a reabilitação deste cultivo, e ao mesmo tempo, acelerar o processo de diversificação das culturas para a exportação. A operacionalização desta orientação deverá incluir: (i) a produção, transformação e comercialização do cacau; e (ii) diversificação de culturas de produtos para a exportação. No que diz respeito à produção de cacau, esta deveria ser uma orientação estratégica somente para as zonas de reconhecida aptidão agrícola para o seu cultivo, onde se possam obter altos rendimentos.

17. A primeira destas medidas visa expandir a produtividade da cultura de cacau por parte dos pequenos, médios e grandes produtores, mediante a execução de acções públicas orientadas a promover a: redensificação, substituição de plantas em falta e replantio das partes mais antigas; plantio de árvores de sombra e proibição do abate de árvores nas plantações desta cultura; vulgarização de técnicas e cultivares adaptados às condições locais; a adopção de um sistema integrado de controle de pragas/doenças; e o apoio aos sistemas de irrigação. Há que se abordar o plantio de árvores de sombra e a proibição do abate de árvores nas plantações de cacau. Entretanto, torna-se necessário o plantio de árvores onde exista falta de sombreamento e a eliminação das mesmas onde exista sombra em excesso. Em suma, o

plântio de árvores de sombra deve ser orientado pela regularização do sombreamento na cultura de cacau.

18. A segunda medida, com ênfase centralizada na transformação e comercialização do cacau, envolverá a vulgarização aos médios e grandes produtores de técnicas de colheita, fermentação, secagem, e transformação do produto. Ao mesmo tempo, promoverá o desenvolvimento de organizações de agricultores, a fim de aumentar a capacidade de negociação com os compradores de cacau. Será também fomentada a expansão de actividades integradas de produção, transformação e exportação de cacau biológico, utilizando para isso a experiência acumulada com a execução de experimentação sobre o tema pelo PAPAFFA.

19. A diversificação de culturas de exportação seguirá três orientações básicas: (i) promover a diversificação em direcção às culturas que requerem pouca área para a produção, possuem alto valor por unidade de produto e que, além de não requerer precauções particulares de armazenagem, podem ser transportados, preferencialmente, por via aérea (especiarias, flores, frutas e produtos transformados); (ii) facilitar a expansão de cultivos de exportação que demonstraram boas perspectivas de produção nos programas-piloto realizados no País durante as últimas décadas; e (iii) favorecer a entrada dos produtos nacionais nos mercados internacionais. A curto prazo, atenção prioritária será dada à produção, transformação e comercialização de produtos oriundos do coqueiro, palmeira dendém e cafezeiro, assim como as plantas perfumantes, especiarias, flores e folhagens ornamentais.

20. Medidas adicionais incluirão: adopção de políticas (crédito agrícola, comercialização de produtos e insumos, regularização fundiária, eliminação do imposto inter-ilhas, assistência técnica) que estimulem a exportação da produção *in natura* e/ou processada e favoreçam a importação de insumos e máquinas utilizadas na agricultura de exportação; reabilitação de plantações de coqueiro, café e palmeira dendém, e a introdução de novos híbridos; difusão de boas práticas culturais e novas tecnologias nacionais e importadas de centros internacionais de pesquisa; criação de cooperativas, associações de produtores e outras formas associativas voltadas às culturas de exportação; desenvolvimento da transformação artesanal de produtos de exportação e melhoria das condições de conservação, transporte e comercialização interna e externa dos produtos; e promoção de investimento em unidades industriais de extracção de óleo vegetal e de plantas perfumantes.

6.5.2 Aumento e diversificação das produções pecuárias e das pescas

A. Pecuária

21. Historicamente, a pecuária tem sido uma actividade subsidiária das produções agrícolas. Após a independência, a pecuária tradicional teve uma grande expansão, embora com baixos níveis de produtividade. As actividades pecuárias têm a vantagem de dispor de massa verde e restos de culturas como alimento, de contribuir para manter a fertilidade dos solos (estrume orgânico) e da ausência de trypanosomiase e de outras doenças. O País tem ainda uma vantagem comparativa que lhe é conferida pela condição de ilha, que lhe protege naturalmente da possível contaminação por enfermidades vindas do exterior. O potencial zootécnico é representado por: caprinos, com boa adaptação às condições locais, devido à boa capacidade reprodutiva e robustez; suínos, que escaparam à peste suína africana, com rusticidade e adaptação às condições climáticas e alimentares difíceis; aves (galinhas tradicionais), importante na agricultura familiar; e bovinos, em expansão, e produzido por poucos agricultores capitalizados. Existem cerca de 3.000 ha de pastos para explorações

especializadas (para bovinos, caprinos, ovinos) em zonas de savanas ao Nordeste de São Tomé (400 ha para pequenos ruminantes), em zonas de altitude após o desbravamento e nas plantações de coqueiros no Sul (bovinos). Os sub-produtos de tubérculos (matabala), a palmeira de óleo, a copra, bem como a fruta-pão, são importantes fontes de alimentos para os suínos. Os sub-produtos da pesca (farinha de peixe) constituem uma boa possibilidade para a produção de proteínas de boa qualidade para a avicultura. A falta de cereais para ração tem sido um dos maiores entraves ao desenvolvimento da avicultura.

22. As actividades pecuárias enfrentam dificuldades no abastecimento de insumos (pintos, produtos veterinários, alimentos, concentrado mineral vitaminado), limitado mercado interno e fraca assistência técnica do Estado.

Orientações estratégicas

23. O principais objectivos desse eixo estratégico incluem:

- i. Valorização do potencial existente para a produção pecuária, a disponibilidade de infra-estruturas de apoio para o aumento da comercialização da produção animal³⁶;
- ii. Fortalecimento institucional da Direcção de Pecuária (DP) com aportes em recursos humanos e financeiros;
- iii. Integração das actividades pecuárias³⁷ na diversificação da produção agrícola.
- iv. Desenvolvimento da pequena e média exploração pecuária, com ênfase nos pequenos ruminantes e aves tradicionais de capoeira (para ovos e carne), a suinicultura e a bovinicultura, especialmente para a produção de carne;
- v. Apoio zootécnico/veterinário ao sector familiar e descentralização e fortalecimento dos serviços de assistência técnica veterinária³⁸; e
- vi. Medidas para aumento e diversificação das produções pecuárias, para atingir os objectivos preconizados:
 - a) Definir um programa de produção de pintos de um dia, localmente;
 - b) Definir um programa para produção de ração em vez de importação (integração de actividades pecuárias com a diversificação da produção agrícola); e
 - c) Reduzir paulatinamente as importações de ovos e frangos, com o objectivo de estimular o aumento da produção local.

24. Para atingir os objectivos indicados, o Governo deverá implementar as seguintes medidas estratégicas: (i) continuar com a implementação do projecto de apoio ao desenvolvimento da pecuária (fase II) e do programa de selecção e melhoramento genético das raças tradicionais de ciclo curto; (ii) reabilitar o matadouro da capital e a criação de pequenos matadouros nos distritos, facilitando o controlo da observância das normas de higiene alimentar através dos serviços veterinários; (iii) preparação de estudos sobre viabilidade técnica e económica da: (a) privatização da medicina veterinária, e (b) exportações de pequenos ruminantes para o Gabão; (iv) implementação do projecto de utilização de animais de tracção nas comunidades rurais; (v) revisão do código de sanidade animal, com reforço do papel da policia sanitária; (vi) reorganização e reforço à DP, com recursos humanos e financeiros, visando: (a) criar um sistema permanente de vigilância epidemiológica para o seguimento dos parâmetros da produção e saúde animal, através de um controlo sanitário interno (cadeias de comercialização) e externo (importações e exportações

³⁶ Incluído na ENRP.

³⁷ Contribuirá também para reduzir as importações de alimentos, aumentar as exportações de produtos agrícolas, e aumentar os rendimentos dos agricultores.

³⁸ Priorizar as visitas a grupos de produtores utilizando o método de escolas de fazendas (farm field schools).

de carcaças ou de animais vivos), da eventual revisão da legislação em vigor para actuar contra as principais doenças (Newcastle, peste suína) e evitar a introdução de outras doenças exóticas (gripe das aves e outras), (b) prestar assistência técnica veterinária, com meios suficientes para fazer o acompanhamento e avaliação sanitária do rebanho e com capacidade permanente de diagnóstico veterinário; (d) criar serviço em cada Delegação Regional³⁹, com um técnico veterinário, responsável pela vulgarização e seguimento das normas sanitárias; (e) dotar o CIAT de um departamento de investigação em produção e saúde animal, com uma equipa limitada e eficaz, com meios suficientes e apoiada por técnicos/pesquisadores de terreno e vulgarizadores em técnicas de criação nos luchans. No que diz respeito ao programa de selecção e melhoramento das raças tradicionais de ciclo curto, a Direcção de Pecuária deverá criar condições técnicas para realizar inseminação artificial nos rebanhos.

25. O apoio à pecuária familiar deve ser dado, em primeiro lugar, às actividades existentes na propriedade e, em seguida, pela introdução de outras espécies, como:

- i. Pequenos ruminantes e criação avícola (galinha, patos), que devem ser privilegiadas porque valorizam os recursos disponíveis na exploração (restos alimentares domésticos, ervas espontâneas, farelo de milho) e são de baixo custo em matéria de higiene e habitat, com o objectivo de produção de carne e ovos. Poder-se-á desenvolver a produção de leite de cabra com a introdução de reprodutores de boa performance.
- ii. Suínos, cuja vantagem é alimentarem-se, com recursos alimentares de baixo custo e facilmente transformáveis.
- iii. Outras pequenas criações (coelho, peru, apicultura) também oferecem outras possibilidades de exploração.
- iv. A re-introdução de equídeos (cavalos e/ou burros), principalmente em áreas acidentadas, deverá constituir uma oportunidade, tendo em consideração o papel que esses animais poderão desempenhar em termos de tracção animal ao nível da propriedade e para o transporte de produtos agrícolas.

26. Os aspectos sanitários e a melhoria da alimentação são condições indispensáveis para o cruzamento de raças locais com as raças mais produtivas. Noutras paragens, existem modelos de produção que mostram que com unidades de pequenas dimensões, utilizando matérias-primas provenientes de produtos locais, será possível obter-se boas condições de rentabilidade. Sistemas intensivos baseados em rações concentradas importadas é desaconselhado, bem como a criação de grandes unidades industriais que comportam riscos sanitários e ressentem-se da fragilidade dos sistemas alimentares. As médias e grandes empresas têm um papel específico a desempenhar, com investimentos em infra-estruturas, para os quais os criadores de animais familiares têm limitados recursos para intervir em:

- i. Construção de pocilgas semi-intensivas, com produção de tubérculos na parcela, na ilha do Príncipe, que apresenta, no entanto, importantes custos de gestão.
- ii. Produção bovina: desenvolvimento da bovinicultura leiteira poderá ser implementada numa escala reduzida em zonas de altitude (Monte Café e outras). A produção de bovinos de carne ou de aptidão mista poderá ser implementada debaixo dos coqueiros (zona de Porto Alegre), nas médias parcelas agrícolas, capazes de aplicar medidas de intensificação forrageira.
- iii. A produção de caprinos poderá ser implementada na região semi-árida do Nordeste de São Tomé para a produção de carne e eventualmente, de leite.

³⁹ Os técnicos receberão apoio técnico e formações regulares e o País deverá ser inscrito na Organização Internacional das Epizootias.

B. Pescas

27. As pescas desempenham um importante papel na geração de emprego, renda e divisas para o País. Entretanto, o seu potencial é muito maior e encontra-se sub-explorado. Faz falta um plano para a modernização tanto da pesca artesanal como da pesca semi-industrial e industrial. O sub-sector está descapitalizado, com poucos recursos humanos qualificados. Há necessidade, portanto, de recursos financeiros, de infra-estruturas portuárias apropriadas, de embarcações e de serviços básicos, para o sistema entrar em franca operação. As acções públicas para o desenvolvimento do sub-sector têm sido pontuais e, por isto, insuficientes para alcançar o desenvolvimento sustentado, competitivo e equitativo que se deseja.

Orientações estratégicas

28. Para aproveitar as oportunidades e superar os constrangimentos existentes neste sub-sector, os objectivos prioritários deste eixo estratégico envolverão:

- i. O aumento dos níveis de captura para melhorar a segurança alimentar e aumentar a renda dos pescadores⁴⁰.
- ii. Uma reforma do quadro institucional do sub-sector, com uma conseqüente alocação de recursos técnicos, financeiros e de infra-estrutura necessários à sua operacionalização. Promover as organizações do sub-sector.
- iii. Um planeamento estratégico de curto, médio e longo prazos, contemplando todos os segmentos produtivos, temas transversais e aspectos institucionais do sub-sector.
- iv. A formação de recursos humanos para adaptar e vulgarizar as tecnologias para o desenvolvimento das pescas, com o engajamento do sector privado.
- v. A criação e operacionalização de uma fundação para captar recursos e mobilizar parcerias para financiar o desenvolvimento das pescas.
- vi. A criação de condições para a conservação de pescado, para sua distribuição às zonas do interior e para a exportação, pelo que recomenda-se as seguintes medidas:
 - a) Activação do Laboratório Nacional de Referência para controlo da qualidade dos produtos alimentares incluindo o pescado.
 - b) Melhoria do sistema de conservação do peixe pelo método de secagem.
 - c) Estudar as possibilidades técnicas de produzir farinha de peixe em STP.

29. Estes objectivos serão alcançados mediante as seguintes acções estratégicas: (i) colocar em pleno funcionamento do complexo pesqueiro de Neves e a implementação de outras acções prioritárias incluídas no contexto da ENRP; (ii) preparar uma proposta de reforma das instituições públicas ligadas às pescas, com o apoio de organismos internacionais competentes; (iii) preparar um plano estratégico de longo prazo para o desenvolvimento sustentado do sub-sector, com ampla participação dos agentes públicos, privados e das OSC, incluindo a formação dos recursos humanos, com ênfase na formação formal e não formal no País e no exterior; e (iv) apoiar as OSC na preparação de uma proposta para a criação de uma fundação para captação de recursos e identificação de parceiros para a exploração sustentada dos recursos de pescas.

30. A mobilização social dos actores engajados no sub-sector e a sensibilização dos decisores da política do Estado em torno das propostas para o seu desenvolvimento serão fundamentais para a apropriação e a posterior implementação do seu plano de

⁴⁰ Incluído na ENRP.

desenvolvimento. O apoio técnico e financeiro dos organismos internacionais serão de suma importância para complementar o apoio disponibilizado pelo Estado. Alianças estratégicas com o sector privado internacional, se inteligentemente negociadas e implementadas, têm o potencial de ser uma fonte importante de recursos para o desenvolvimento do sub-sector. Entretanto, os seus resultados somente serão sustentáveis se o sub-sector tiver um agressivo programa de formação formal e não formal de recursos humanos que deverão estar comprometidos em absorver e vulgarizar tecnologias e conhecimentos essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentado, competitivo e equitativo do sub-sector.

6.5.3 Aproveitamento dos recursos florestais e do meio ambiente rural

A. Recursos florestais

31. Os recursos florestais constituem um património a ser utilizado adequadamente, de maneira que passem a constituir um benefício para as próximas gerações. Entretanto, este património é muito frágil, de fácil degradação e de complexa utilização sustentada. Actualmente, os recursos florestais estão sendo utilizados de forma extractiva, abaixo do seu potencial produtivo e com técnicas rudimentares, que causam efeitos negativos sobre a produtividade dos tradicionais sistemas de produção agro-florestais praticados desde o início dos tempos coloniais. A adaptação, a vulgarização e o uso de tecnologias não têm conseguido aumentar de forma sustentada a produtividade e os rendimentos económicos dos sistemas de produção existentes, para reverter o processo de degradação ambiental em curso. Portanto, o aproveitamento sustentado dos recursos florestais é hoje um dos maiores desafios do País. Ainda mais quando se sabe que as necessidades actuais de lenha e de madeira para construções são no mínimo de 150.000 árvores/ano, o que requer o plantio de pelo menos 5.000 ha de floresta no horizonte 2015, ou seja, 500-700 ha/ano num período de 10 anos, para se evitar uma degradação prematura da floresta existente. Esse objectivo somente será atingido com o apoio do Governo, através da adopção de um programa intensivo de utilização de meios técnicos adequados, bem como das correspondentes medidas de acompanhamento.

Orientações estratégicas

32. A produção de madeira e as explorações agro-pecuárias deverão ser integradas numa gestão equilibrada dos sistemas de produção agro-silvo-pastorais, envolvendo as populações na problemática da rentabilidade e preservação do meio ambiente. Neste contexto, os objectivos da estratégia deste sub-sector visam:

- i. Criar as bases institucionais e técnicas para uma gestão global e eficaz das florestas⁴¹.
- ii. Promover o envolvimento das comunidades rurais.
- iii. Evitar a exploração excessiva e descontrolada da floresta.
- iv. Satisfazer as necessidades em madeira ao nível nacional.
- v. Racionalizar a indústria de serragem.

33. Esses objectivos serão atingidos mediante um conjunto de acções estratégicas ao nível técnico, legislativo, institucional, regulamentares e de acompanhamento. Ao nível técnico trata-se de dotar o sub-sector de meios indispensáveis para: adaptação, vulgarização e avaliação dos impactos de tecnologias de manejo sustentado dos recursos florestais; desenvolvimento de viveiros privados e colectivos e replantação de árvores de sombra e

⁴¹ Incluído na ENRP.

espécies florestais secundárias seleccionadas, em função da qualidade e do crescimento; estabelecimento de uma zona de exploração florestal; planeamento e implementação de um inventário dos recursos florestais disponíveis; implementação de parcelas de seguimento do crescimento das árvores e das florestas. Algumas acções a médio prazo incluem: melhorar o potencial das espécies de sombra, adicionando a *Erythrina* e outras espécies; assegurar uma boa gestão da floresta secundária, abrindo clareiras para as árvores que tenham possibilidades de um crescimento acelerado; multiplicar o número de viveiros e parcelas de replantação sob a floresta de sombra abandonada e a floresta secundária; desenvolver e vulgarizar as técnicas agro-silvo-pastorais; implementar um plano de gestão agro-silvícola; plantar espécies florestais de qualidade destinadas á exportação; envolver as populações residentes na gestão das zonas florestais; modernizar as indústrias de serração e envolvê-las na gestão dos recursos florestais do País.

34. Ao nível legislativo as acções incluem: promulgar a Lei Florestal aprovada em 1998 e actualizar o programa florestal de reflorestamento adoptado em 1995 e executado parcialmente sem um quadro jurídico oficial; actualizar o plano florestal nacional definido para o período 2000-2005, para as zonas pertencentes ao regime florestal, ao nível da produção e acompanhamento das zonas florestais, as superfícies a serem plantadas ou re plantadas, bem como o cálculo do volume das madeiras e o seu crescimento. Algumas medidas adicionais incluem: permitir uma gestão contratual dos recursos em madeira com as autarquias e comunidades locais; envolver as comunidades rurais, bem como os produtores agro-pecuários na concretização das medidas, através de acções que permitam melhorar a compreensão e participação desses actores; reforçar a garantia dos produtores mediante uma legislação fundiária moderna; encorajar os investimentos privados e comunitários nas plantações e produções florestais, com ênfase na madeira.

35. No âmbito institucional, torna-se necessário uma reforma da instituição pública encarregada de implementar a política florestal e ambiental, disponibilizar os recursos para a sua operacionalização e promover uma coordenação inter-ministerial para o efeito. Neste sentido, as principais medidas incluem: refazer a estrutura e o *modus operandi* da Direcção de Florestas (DF) e adoptar um novo organigrama; reforçar a capacidade técnica e financeira da DF; aumentar o efectivo de guardas florestais; implementar um programa de formação formal e não formal de médio prazo; preparar e aprovar um estatuto para o corpo de guardas florestais. Ao nível regulamentar, as medidas incluem: a melhoria da gestão da floresta, diminuição dos desperdícios de madeira e o controlo da exploração clandestina, que só serão possíveis através de: reforço do controlo de abate das árvores e cobrança das multas florestais; regulamentação da gestão e utilização dos recursos do Fundo Florestal; aumento das multas por abate ilegal de árvores; utilização das receitas das multas e taxas para financiar a Direcção das Florestas; promoção de iniciativas para serrar na serração; limitação do uso das motosserras para cortes ilegais de árvores. As medidas de acompanhamento no tocante às infra-estruturas incluem: conservação de pistas rurais e as existentes nas florestas de sombra; sensibilização da população para o uso de fogões melhorados; promoção da utilização de resíduos de serração para a cozinha; aumento das capacidades e eficiência da serração industrial; e a redução da sobre-exploração das florestas.

B. Meio Ambiente Rural

36. O meio ambiente rural das duas ilhas que compõem o país apresenta uma rica diversidade de relevos e climas. Os solos, em sua maioria, são profundos e férteis, mas relativamente frágeis; há extensas florestas primárias e secundárias, mas ambas se encontram

ameaçadas pela exploração humana; a rede hidrográfica é relativamente densa, mas tem uso descontrolado; a orla costeira é recortada e possui um importante potencial turístico, mas, neste momento, sofre uma degradação acentuada; há grande biodiversidade de recursos ecológicos, mas diferente daquela do continente africano e com elevada taxa de endemismo. a bio-diversidade foi objecto de um inventário qualitativo, tanto botânico como florestal. a lei de conservação da fauna, da flora e das áreas protegidas foi aprovada pela assembleia nacional em dezembro de 1998, faltando ser promulgada, pois até agora tem permitido uma exploração inadequada das florestas e das costas, com riscos de erosão dos solos e de desaparecimento de espécies animais (tartarugas marinhas, papagaios cinzentos) e de vegetais.

37. O país ratificou as três convenções internacionais relativas à bio-diversidade, mudanças climáticas e contra a desertificação. entretanto, a degradação ambiental e a ausência de uma política ambiental nacional devem-se aos seguintes factores: inexistência de um plano nacional de utilização racional dos recursos naturais e de protecção do meio ambiente; falta de uma abordagem multi-sectorial que permita a integração das componentes ambientais nas estratégias e políticas de desenvolvimento dos diferentes sectores; concentração da decisão e da resolução dos problemas ambientais e de desenvolvimento apenas nos sectores da administração central do estado, sem a participação efectiva das comunidades e autoridades locais; tratamento de questões ambientais de forma isolada e sem interrelacionar as mesmas com os aspectos do desenvolvimento; falta de informação e de sensibilização a nível nacional sobre os problemas que afectam o meio ambiente e o desenvolvimento durável e mecanismos para a sua solução; e falta de definição das atribuições a nível dos diferentes sectores que têm a ver com as questões ambientais.

Orientações Estratégicas

38. A estratégia de gestão do ambiente rural deve ter em conta as actividades humanas que afectam o ambiente, tendo em vista a maximização do bem-estar social, a preservação ambiental e a redução das causas dos problemas ambientais. Tratando-se de uma política sub-sectorial, torna-se necessária a adopção e a implementação de medidas visando a utilização de práticas agrícolas adequadas à salvaguarda do ambiente. Assim, trata-se de orientar os esforços para a protecção e gestão do meio ambiente, determinando as áreas protegidas ao nível de património florestal e das costas. A protecção do meio natural é também motivada pelo desenvolvimento turístico, que constitui uma das prioridades do Governo. O País possui vantagens no que concerne a sua riqueza florestal e ornitológica. Os caminhos de passeio pela floresta foram recentemente reabertos e reparados. Antigos atalhos e percursos de montanha que tenham algum interesse poderão ser repostos em serviço e por um custo mínimo. O turismo rural é uma via de desenvolvimento, sobretudo pela reabilitação das casas das antigas roças. O eco-turismo e o turismo desportivo poderão gerar recursos financeiros consideráveis.

39. Ao nível técnico, as medidas incluem: aplicação de um plano nacional do meio ambiente para o desenvolvimento durável dos recursos naturais (PNADD); elaboração de um plano de ordenamento e gestão das áreas protegidas; aprofundamento dos conhecimentos sobre a biodiversidade; avaliação do desenvolvimento da piscicultura e criação de camarões em água doce; avaliação do desenvolvimento de animais selvagens no quadro da valorização dos recursos naturais; implementação de medidas de apoio ao desenvolvimento do eco-turismo. Em termos institucionais as medidas incluem: reforço das instituições nacionais encarregadas da gestão das áreas protegidas; criação de um Departamento de Biodiversidade

na DF; aumento do número de eco-guardas; e adesão do País à convenção internacional que regulamenta o tráfico das espécies selvagens.

40. Técnicas mais económicas ou alternativas aos métodos degradantes actualmente utilizados deverão ser identificadas, adaptadas e vulgarizadas, para substituir a serração excessiva, utilização descontrolada da madeira e uso das escassas reservas de areia da costa. A implementação de medidas de carácter legislativo, técnico e institucional deverão ser implementadas, para a uma gestão racional sustentada do meio ambiente. As medidas ao nível legislativo envolverão: adopção da lei de protecção da fauna, flora e áreas protegidas nas duas ilhas; elaboração de legislação para a protecção das espécies animais (sobretudo das tartarugas marinhas) e da caça; elaboração e adopção de um decreto de aplicação para áreas protegidas e os seus limites; promulgação da lei quadro sobre o meio ambiente e da bio-diversidade; publicação das três Convenções Internacionais sobre a bio-diversidade, mudanças climáticas e contra a desertificação; publicação da Lei de Avaliação do Impacto Ambiental, a Lei sobre a Extração de Inertes e a Lei sobre os Resíduos Sólidos.

6.5.4 Fortalecimento institucional e apoio ao desenvolvimento rural e pesqueiro

A. Instituições públicas e da sociedade civil

41. As direcções nacionais, centros, empresas e Projectos especializados encontram-se sob a tutela do Ministério da Economia (ver capítulo 5). As funções, a organização e a estrutura de incentivos dos funcionários do sector público do SADERPE estão desactualizados, com reflexos altamente negativos sobre a eficiência e a efectividade dos serviços de apoios aos seus clientes públicos e privados. As instituições da sociedade civil existentes no sector são incipientes e com pouco poder de influenciar as políticas e estratégias para o desenvolvimento do SADERPE. Todas instituições públicas e da sociedade civil estão concentradas na Capital, com limitadas influencias nas comunidades rurais e piscatórias.

Orientações estratégicas

42. Os objectivos deste eixo estratégico incluem:

- i. Reformar as instituições públicas do SADERPE (direcções gerais, CIAT, CATAP, CENFOPA e a EMOLVE) e mobilizar os recursos necessários para implementar a sua nova estrutura organizativa, com ênfase nas actividades de adaptação/vulgarização de tecnologias (aumento da produtividade) e na formação de recursos humanos para desempenhar com maior eficiência/eficácia as suas funções.
- ii. Actualizar e regulamentar o aparato legal e as normas do SADERPE.
- ii. Promover o desenvolvimento de organizações da sociedade civil do sector e fortalecer as suas capacidades de participação nos debates da agenda das políticas, programas e projectos de interesse do SADERPE.
- iii. Promover a criação do Fundo de Desenvolvimento Rural e Pescas (FDRP) com o objectivo de captar recursos e mobilizar parcerias para a promoção do desenvolvimento sustentado do sector.

43. A acções estratégicas a serem implementadas para o alcance dos objectivos indicados incluem: (i) examinar e propor alternativas de estruturação de um Ministério exclusivo para o Sector, com visão, missão e funções compatíveis com as suas necessidades e alinhadas com os objectivos da Estratégia do Sector e da ENRP; (ii) proceder a uma análise funcional e preparar a estrutura organizacional do novo Ministério do sector; (iii) definir uma estrutura de

incentivos e assegurar os recursos para a manutenção e o melhoramento contínuo dos recursos humanos e de logística do novo Ministério; (iv) examinar e propor a reforma das direcções gerais, centros e empresas especializados seguindo a mesma orientação, incluindo os aspectos indicados nos itens (ii) e (iii); (v) preparar um plano de trabalho para implementar a reforma institucional; (vi) finalizar as discussões para a criação do FDRP; e (vii) preparar um projecto de apoio ao desenvolvimento das OSC do sector rural, com ênfase no fortalecimento dos recursos humanos e na capacidade de negociação de programas e projectos do sector.

B. Formação de recursos humanos

44. O País dispõe de um sistema de ensino académico razoável, mas carece de programas de cursos profissionais orientados para as necessidades do SADERPE. No passado, o CATAP e CENFOPA desenvolveram actividades de formação não formal sobre temas de interesse do Sector, entretanto, com o término do apoio dos projectos de cooperação internacional (Cooperação Italiana e Portuguesa). Para o caso de CENFOPA, tratou-se de um projecto trilateral em que a USAID entrou com os financiamentos e Portugal com recursos humanos especializados. Actualmente, estes centros estão inoperantes e em plena decadência. O Sector carece de profissionais com especialização em sistemas de produção agrícola e pecuário, em aproveitamento e manejo de recursos florestais e meio ambiente rural e de pesca artesanal, semi-industrial e industrial, bem como de técnicos especializados em vulgarização agro-pecuária, florestal e pescas. Os filhos dos agricultores e pescadores deverão ter preferência para os cursos a serem oferecidos.

Orientações estratégicas

45. Os objectivos deste eixo estratégico incluem:

- i. Formação⁴² de profissionais em cursos formais e não formais sobre técnicas culturais, pecuárias, florestais e das pescas, para actuar quer ao nível central do Ministério de tutela do SADERPE e quer ao nível descentralizado, prestando assistência técnica às OSC do Sector e aos produtores individuais.
- iii. Estabelecimento de uma cooperação com o Ministério da Educação de STP e de Universidades e instituições académicas no exterior (Portugal, Brasil, Açores, USA, UE e outros países) para a realização de cursos para a formação de jovens em regime de alternância (pré-aprendizagem e aprendizagem) nas actividades e profissões agro-pecuárias ou no domínio agro-alimentar (nomeadamente os jovens agricultores ou filhos de pequenos e médios agricultores).
- iv. Criação de um curso técnico profissionalizante especializado em agricultura, pecuária, florestas, pescas e gestão do desenvolvimento rural, de três anos de duração, similar ao curso oferecido pelo Centro de Ensino Agrário de Florestal⁴³, da Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil. Tentar negociar o apoio técnico do Governo Brasileiro, através da Embaixada do Brasil em STP.

46. Os objectivos indicados serão atingidos mediante as seguintes acções estratégicas: reestruturação dos centros de formação existentes, incluindo a preparação de programas de formação ajustados à realidade do Sector agro-pecuário, de florestas e pescas; preparação de um projecto de cooperação com parceiros do desenvolvimento para obter recursos e apoio técnico para implementar o projecto; incluir o projecto de formação no programa de

⁴² Seleccionar cursos intensivos para jovens de ambos os sexos, filhos de pequenos agricultores beneficiados com terras, devendo para o efeito estabelecer-se critérios de participação.

⁴³ <http://www.ufv.br/>

investimentos públicos para ser financiado pelo FDRP; estabelecer um protocolo de entendimento entre o Ministério de tutela do SADERPE e o Ministério de Educação, para formalizar os ajustes nos programas de formação para o Sector; estabelecer convénios de cooperação com instituições de ensino especializadas no exterior, em temas de interesse do SADERPE; preparar o projecto de criação da Escola Agro-Técnica de STP, conforme a melhor experiência internacional que se ajustar à realidade do País.

47. Com o propósito de reduzir os custos de funcionamento e melhorar as capacidades dos formadores, o CATAP e o CENFOPA deverão ser fundidos num único centro de formação, nos moldes do Centro de Ensino referido anteriormente. Por outro lado, os quadros técnicos do sector devem poder beneficiar de formações adaptadas que serão ministradas no País e no estrangeiro, conforme um programa a médio prazo que seja concebido a partir das necessidades identificadas. Uma planificação das formações é indispensável a fim de:

- i. Suprir as lacunas existentes em certos sectores da agricultura.
- ii. Orientar a especialização dos quadros superiores para formações aplicadas de curta duração no estrangeiro, visando uma rápida operacionalidade.
- iii. Realizar ciclos de aperfeiçoamento no quadro duma formação contínua dos quadros das ONGs e projectos e programas de desenvolvimento.
- iv. Preparar melhor os quadros nacionais para os trabalhos de terreno.
- v. Garantir a ascensão profissional e promoção de níveis e competências mais elevadas.
- vi. Além de orientar a especialização dos quadros superiores para formações aplicadas de curta duração no estrangeiro, visando uma rápida operacionalidade, torna necessário também definir os principais temas de interesse para S. Tomé e Príncipe a serem abordados nos cursos de pós-graduação.

C. Investigação em agro-pecuária, florestas e pescas

48. A área de investigação⁴⁴, a cargo do CIAT, é uma actividade essencial para o desenvolvimento sustentado do sector agro-pecuário, florestal e das pescas. Entretanto, esse Centro precisa ser reestruturado e fortalecido com recursos humanos e financeiros, para poder desempenhar com eficiência e pragmatismo as suas novas funções. Para a prossecução destes ajustes e a disponibilização de recursos para a implementação da nova estrutura, as organizações da sociedade civil que actuam no meio rural, em articulação com a administração do CIAT, terão de convencer os decisores políticos do País a defender e a apoiar a proposta de reforma⁴⁵ e para transformá-lo numa prioridade da política nacional.

Orientações estratégicas

49. Tendo em conta o diagnóstico da situação da investigação, a problemática dos sistemas de produção do SADERPE e as opções existentes para um eficiente e eficaz funcionamento duma instituição de investigação com objectivos de instituição de investigação em agro-pecuária, florestas e pescas devem estar orientados a:

- i. Fortalecer a instituição de investigação existente e expandir o seu escopo para cobrir novas áreas prioritárias para o desenvolvimento do País.
- ii. Identificar os constrangimentos tecnológicos, institucionais e económicos ao desenvolvimento sustentado das actividades produtivas do SADERPE.
- iii. Gerar, adaptar e vulgarizar alternativas tecnológicas e institucionais para o aumento da produção, da produtividade e do rendimento dos sistemas de produção em uso pelos produtores do SADERPE.

⁴⁴ Para um diagnóstico sobre o tema consulte o Documento Técnico No. 12-02.

⁴⁵ A reforma da actividade de investigação deverá ser feita tendo em conta as premissas indicadas no Capítulo 3.

- iv. Estabelecer parcerias com instituições similares no exterior para encontrar soluções práticas e de baixo custo para os problemas tecnológicos do SADERPE.
 - v. Actuar, em articulação com a área de extensão do ME e das OSCs, assegurando um programa de pesquisa orientado à solução dos problemas técnicos dos produtores.
50. As acções estratégicas para atingir os objectivos indicados inclui:
- i. Reformar o CIAT, transformando-o num Centro com visão e programas de investigação que respondam às necessidades tecnológicas do SADERPE;
 - ii. Aprofundar o diagnóstico do DT-12-02 e preparar um programa de investigação que defina as tecnologias adequadas ao aumento da produção, produtividade e valor acrescentado das actividades do SADERPE;
 - iii. Concentrar as acções do CIAT em pesquisas aplicadas que conduzam à reabilitação da cultura do cacau, melhoramento das culturas alimentares (hortícolas, frutíferas, cereais, leguminosas), relançamento da cultura do café e extensão das actividades às outras culturas industriais, em vias de diversificação;
 - iv. Dar apoio científico e técnico ao desenvolvimento da pecuária e silvicultura;
 - v. Apoiar na transformação dos produtos agro-silvo-pastorais e pesqueiros;
 - vi. Intercambiar experiências e informações sobre programas similares noutros centros de pesquisa no exterior;
 - vii. Colaborar com os centros internacionais, para inserir o CIAT no contexto científico internacional e identificar tecnologias disponíveis de interesse para o País;
 - viii. Conceber e executar um programa de capacitação formal e não formal dos investigadores e pessoal de apoio à pesquisa;
 - ix. Controlar a qualidade dos produtos agro alimentares importados, produtos fitofarmacêuticos e de material vegetal (serviço de protecção de vegetais), para evitar pôr em perigo o frágil ecossistema nacional;
 - x. Actuar, em coordenação com as Direcções Nacionais, no processo de vulgarização dos novos conhecimentos e tecnologias para os agricultores, criadores de animais, pescadores e comunidades rurais; e
 - xi. Transformar o CIAT num centro de investigação com autonomia administrativa e financeira, par facilitar o intercâmbio com outras instituições congéneres.
51. As acções estratégicas a serem desenvolvidas pelo CIAT deverão ser orientadas aos seguintes temas:
- Culturas alimentares:
- i. Preparar e implementar um programa de investigação sobre sistemas de produção de culturas alimentares (hortícolas, frutícolas, tubérculos, cereais, leguminosas).
 - ii. Difundir material vegetativo das culturas alimentares.
 - iii. Difundir técnicas de processamento, embalagem, conservação e comercialização destes produtos.
- Cultura do cacau:
- i. Testar, multiplicar e distribuir o material vegetal adaptado à diversidade agrolimática do País.
 - ii. Conceber e pôr em execução um programa relativo à transformação pós-colheita das cápsulas de cacau e melhoria das condições de fermentação e secagem.
 - iii. Introduzir e realizar o controlo de qualidade do cacau a ser vendido e elaborar as normas para a criação de uma etiqueta ao nível do mercado internacional.
 - iv. Testar e introduzir técnicas de luta integrada contra os predadores do cacauero.
- Café e outras culturas industriais:
- i. Reforçar os programas em curso sobre o café robusta/arábica a médio e longo prazos.

- ii. Estudar a viabilidade de uma reabilitação dos coqueiros no Sul, em eventual associação com a pecuária.
- iii. Testar técnicas simples de extracção de óleo de copra e palma no meio rural.

Pecuária:

- i. Criar um departamento de produção e saúde animal de apoio ao programa de desenvolvimento da pecuária com uma pequena equipa técnica de investigadores.
- ii. Realizar experiências de terreno com forrageiras.

Regulamentação fitosanitária:

- i. Elaborar e aplicar a regulamentação e exercer o controlo sobre as importações de material vegetal e de todos os produtos fito farmacêuticos.

Pescas:

- i. Preparar um programa de apoio tecnológico às actividades das pescas.
- ii. Adaptar e difundir tecnologias de captura, processamento e conservação de pescado.

D. Extensão em agro-pecuária, florestas e pescas

52. A distribuição de terras aos pequenos e médios agricultores fez emergir um autêntico campesinato, cuja evolução psicológica, sociológica e técnica tem sido lenta e complexa. A transição da condição de ex-assalariados para a de empresários autónomos exige tempo, capacitação e organização. Neste processo, a vulgarização tem um papel fundamental, pois apoia e acelera a transição. A presença de um departamento de extensão ao nível de cada Direcção Nacional facilitaria a coordenação da vulgarização no SADERPE.

Orientações estratégicas

53. A função principal da extensão é a de apoiar o desenvolvimento das actividades produtivas SADERPE, para que ocorra, em cada subsector, um aumento da produção, da produtividade e dos rendimentos. Tais resultados, por sua vez, contribuiriam a uma melhoria da segurança alimentar e à redução da pobreza rural. A extensão daria aos agricultores, criadores e pescadores uma visão mais ampla das suas actividades económica e ensinaria novos métodos de gestão. Esta nova abordagem poderia começar, a título de sugestão, com a cultura do cacau, que continua a ser a actividade mais importante para o maior número de produtores. Aí, como em outras culturas, a vulgarização contribuiria a uma maior integração dos produtores ao seu meio geo-económico, mediante a oferta de novas e melhoradas alternativas de produção testadas pela pesquisa. Neste sentido a estratégia escolhida deve assentar-se em:

- i. Uma metodologia participativa que defina o papel da vulgarização em cada programa ou projecto a ser implementado. Uma compilação⁴⁶ das experiências internacionais indica que a abordagem de escolas de produtores (farm field schools) poderia ser a metodologia mais adequada para a situação de STP.
- iii. Fortalecimento das organizações de extensão, com ênfase no estabelecimento de redes de vulgarização (cultura ou tema transversal), com centros nacionais ligados a centros internacionais de investigação agro-pecuária.

⁴⁶Angola: Agricultural Sector Review. Rural Extension in Production and Marketing, Working Document No.13. TCAS. FAO. Roma. 2004.

- iv. Apoio às instituições de vulgarização de novas tecnologias (CIAT e Direcções Nacionais, ONGs), incluindo a promoção de parcerias entre os sectores público e organizações da sociedade civil e da iniciativa privada.

54. Como a investigação deve sempre preceder a vulgarização, é útil passar uma vista d'olhos em como andam as actividades de pesquisa no País. No domínio das culturas perenes (cacaueiro, cafezeiro) e da horticultura, os programas de pesquisa e desenvolvimento levados a cabo há algum tempo poderiam satisfazer as necessidades de vulgarização. No entanto, no que concerne as culturas alimentares (banana, matabala, mandioca, milho) e as frutas (frutapão, citrinos, mangas), parece que se necessita de mais investigação antes de se passar à vulgarização. Uma colaboração estreita entre o CIAT e centros internacionais de investigação pode ser, portanto, estabelecida com base em programas integrados e definidos de comum acordo. Isto se aplicaria também à introdução de novas culturas (como soja, inhame, pimenta, baunilha, entre outras) e ao fornecimento de novos materiais genéticos vegetais. O mesmo raciocínio e procedimentos se aplicariam ao caso das pescas.

55. A criação de animais deverá também ser integrada nas orientações e programas de vulgarização. Agentes de terreno especializados precisam ser recrutados e formados. Não se trata de duplicar o sistema de vulgarização existente, mas sim de integrar neste a componente pecuária. No contexto santomense, o futuro da vulgarização não parece estar numa organização do Estado, mas sobretudo numa (ou duas) entidade(s) autónoma(s) (tipo ONG ou Gabinete de serviços privados) ao serviço dos agricultores, pecuaristas, pescadores e outros ramos de actividades coordenada pela DA, DF e DP. Tal entidade (ou entidades) seria gerida, preferencialmente, de forma privada⁴⁷, pelos próprios produtores, com apoio do Estado e dos parceiros do desenvolvimento. A integração progressiva da profissão de vulgarizador, quer nas estruturas actuais, quer nas futuras, terá em conta o grau de maturidade das associações camponesas e a sua capacidade de concepção e de gestão. Os produtores de média dimensão, bem como os peri-urbanos e urbanos, deverão também ser beneficiários da assistência técnica. Considere-se também a cooperação técnica entre STP e organismos brasileiros (Universidade Federal de Viçosa e a Emater MG), para a criação do Serviço Nacional de Extensão Rural. Assim sendo, sobre este assunto dever-se-ia tomar em consideração os aspectos do acordo, para evitar contradições entre as acções iniciadas e as orientações estratégicas da CAPADRP.

E. Comercialização de Produtos e Insumos

56. A comercialização de produtos agro-pecuários, florestais e pesqueiros em São Tomé e Príncipe enfrenta dificuldades associadas à pequena dimensão do mercado interno, aos altos custos de produção interna, às deficiências de transporte até aos mercados e às limitadas oportunidades de transformação e estocagem. O acesso aos mercados regionais da costa de África é dificultado pela reduzida quantidade de excedentes comercializáveis e pela irregularidade do transporte marítimo. Por seu lado, o mercado de insumos para as actividades agro-pecuárias, florestais e das pescas sofre dificuldades idênticas às do mercado de produtos. Quando a tudo isto se associa a falta de crédito rural, tanto para a produção como para a comercialização, o que se tem é um círculo vicioso em que os baixos níveis de produção e de produtividades levam a baixos rendimentos económicos que, por sua vez, determinam uma baixa capacidade de investir, que leva a baixos níveis de produção, e assim o ciclo se repete.

⁴⁷ Ver premissas para o sucesso do serviço de extensão rural indicadas no Capítulo 3.

Orientações estratégicas

57. Diante dos constrangimentos enfrentados nos mercados de produtos e de insumos para a produção agro-pecuária, florestal e pescas, os objectivos deste eixo estratégico são:

- i. Apoiar a comercialização de produtos e insumos mediante: (a) a divulgação diária de informações de preços e de procura de produtos, insumos, custos e condições para o seu transporte e o armazenamento do excedente de produção, (b) promoção de estímulos à compra antecipada da produção, (c) criação de linhas de crédito para melhorar a comercialização; e (d) criação de seguro para a produção.
- ii. Criar estímulos para facilitar a exportação dos excedentes e viabilizar as importações de insumos necessários à produção interna.
- iii. Buscar investimentos e parcerias para a aquisição de equipamentos e infra-estruturas (barcos para o transporte de insumos e produtos inter-ilhas e para a costa de África, porto de águas profundas, centros de recolha privados nas diferentes zonas produtoras do País) para a comercialização de produtos e insumos.

58. Os objectivos indicados serão alcançados mediante a concepção e implementação⁴⁸ das seguintes medidas estratégicas: formulação e implementação, com ampla participação das organizações da sociedade civil, de uma estratégia e uma política nacional de comercialização de produtos agro-pecuários, florestais e das pescas e de insumos necessários à produção, transformação, transporte, armazenamento e comercialização nos mercados internos e externos; actuar, em coordenação com outros Ministérios e os parceiros do desenvolvimento, para disponibilizar as infra-estruturas físicas e de serviços para dinamizar a comercialização de insumos e produtos mercados internos e externos; criar e tornar operacional uma base de dados com informações relevantes para a tomada de decisão dos produtores sobre produção, transformação e comercialização de produtos e insumos; disseminar os dados e as informações indicadas anteriormente, diariamente, via rádio, televisão e outros meios de comunicação de ampla penetração no meio rural; definir e implementar linhas de crédito e seguros e de apoio à comercialização de insumos e produtos; promover o estabelecimento de empresas⁴⁹ que trabalham com agricultura de contrato no meio rural e assegurem assistência técnica, creditícia, fornecimento de insumos e comercialização da produção das diversas actividades produtivas do SADERPE.

F. Transformação de produtos e insumos

59. O sector agro-alimentar está pouco desenvolvido e a transformação artesanal é incipiente, com tecnologia rudimentar. Além dos produtos transformados artesanalmente (mandioca, dendem, milho, frutas⁵⁰, amendoim, café), há outros produtos (cacau, peixe, matabala, fruta-pão) que já foram processados industrialmente, em escala experimental, com bons resultados. A transformação de produtos agro-pecuários, florestais e das pescas enfrenta obstáculos relacionados à falta de uma estratégia e de uma política de promoção do agro-processamento artesanal e industrial, volumes insuficientes e altos custos da matéria prima, limitado mercado interno para produtos processados, altos custos de comercialização nos

⁴⁸ A implementação de todas as acções estratégicas deverão ter uma intensa participação das organizações da sociedade civil organizada com o intuito de beneficiar o maior numero de produtores e assegurar o máximo de retorno económico e de transparência.

⁴⁹ Geralmente são empresas internacionais que utilizam tecnologias avançadas e com ampla experiência na produção, transformação e comercialização no mercado internacional. Para um exemplo visite o site da Sadia (produção de frangos ao menor custo entre os países exportadores) no Brasil. Essas empresas possibilitam que a produção dos pequenos produtores alcancem os mercados externos.

⁵⁰ Ananás, manga, papaia e banana.

mercados regionais e extra-regionais e falta de uma área de agro-processamento na estrutura da Direcção de Agro-Industria do Ministério da Economia.

Orientações estratégicas

60. Perante este quadro, os objectivos para desenvolver as actividades de transformação artesanal e agro-industrial de produtos e insumos, incluem:

- i. Mobilização do sector privado e dos parceiros do desenvolvimento para participarem no processo de formulação e implementação de uma estratégia, uma política e um plano de acção de médio prazo para o desenvolvimento das actividades de transformação artesanal e agro-industrial dos produtos.
- ii. Mobilização de recursos⁵¹ e parcerias com firmas especializadas e com tradição em agro-processamento, inclusive firmas⁵² existentes, para o estabelecimento de unidades de transformação de produtos agro-pecuários, florestal e das pescas.
- iii. Criação de linhas de crédito para financiar o plano de acção de médio prazo das actividades de transformação de produtos e insumos do SADERPE, com ênfase nos aspectos de formação de capacidades técnicas, transferência de tecnologias, investimento em infra-estruturas de processamento, acesso a mercados e desenvolvimento de novos produtos.

61. Os objectivos indicados serão alcançados mediante a implementação das seguintes acções estratégicas: sensibilização da iniciativa privada e das organizações da sociedade civil e parceiros do desenvolvimento para formular, validar e implementar uma estratégia⁵³, uma política e um plano de acção a médio e longo prazos para o desenvolvimento das actividades de transformação dos produtos do SADERPE; preparar propostas de constituição e negociação de financiamentos para colocar em funcionamento empresas de transformação, com o apoio financeiro e técnico dos parceiros do desenvolvimento e do FDRP; preparar e implementar um programa de divulgação dos benefícios das iniciativas de transformação existentes e das novas empresas que surgirão e da importância da melhoria da qualidade e da regularidade da oferta de matérias primas para as unidades de processamento; e estimular a utilização de contratos de compra antecipadas pelas unidades de transformação.

62. Embora no caso de STP o Estado tenha um papel de orientador e regulador da economia e de facilitador na aplicação de medidas de carácter público, no caso específico das actividades de transformação e agro-industria, competirá também ao Estado criar as infra-estruturas (físicas e de serviços de apoio) necessárias ao desenvolvimento dessas actividades. Ao sector privado competirá a responsabilidade de assumir os custos fixos e variáveis e gerir, com eficiência, os investimentos produtivos. No entanto, há que se considerar que a mentalidade empresarial é pouco desenvolvida no País e o sector privado é ainda embrionário e fragilizado, tanto em termos de capitais, como em termos de *know how* empresarial. Por isso, incentivar o espírito empresarial e apoiar o investimento são tarefas urgentes que apelam para a criação de um sistema de promoção do sector privado. O elemento central do sistema será uma estrutura⁵⁴ de promoção das pequenas e médias empresas, como o Serviço Brasileiro

⁵¹ Inclusive no contexto do FDRP.

⁵² ONG Nuova Fronteira, Zatona Adil, ADAPPA, EMOVE, SOCOMIL, centros de formação e outras iniciativas.

⁵³ Medidas a serem considerados na estratégia: reforçar a capacidade institucional das actividades de transformação artesanal e agro-industrial; apoiar o sector privado; e criar linhas de crédito para investimento e operação das unidades de agro-processamento a nível artesanal e industrial.

⁵⁴ Apoio nesse sentido poderá ser incluído nos termos dos acordos de cooperação Brasil-STP, via Agência Brasileira de Cooperação, que a equipa da Universidade Federal de Viçosa vem prestando ao País.

de Apoio às Micro e Média Empresas (SEBRAE⁵⁵) que inclusive dispõe de inúmeros materiais audio-visuais e experiências sobre vários temas de interesse para STP. O SEBRAE desenvolve acções em todas as etapas da criação de uma empresa e dá assistência técnica directa após a sua criação. As empresas existentes e com projectos de expansão/modernização serão também objecto de atenção. Um grande leque de funções e actividades podem ser consideradas no âmbito da estrutura de um programa de promoção.

G. Poupança e crédito rural e pesqueiro

63. As experiências com iniciativas de mobilização e operacionalização de poupança privada e de créditos orientados ao desenvolvimento das actividades rurais e das pescas em STP têm sido insustentáveis em termos económicos e institucionais como indicado no diagnóstico e propostas sobre o tema (Documento Técnico do GT-9). As causas de insucessos dessas iniciativas estão relacionadas com a inadequada legislação sobre o tema, riscos associados aos sistemas produtivos, dificuldades de escoamento e comercialização das produções, falta de assistência técnica, limitada oferta de insumos para os produtores e inexistência de facilidades de transformação e falta de exportação dos excedentes produtivos.

64. Esse eixo estratégico terá os seguintes objectivos:

- i. Formular, com base numa ampla consulta com as organizações da sociedade civil e do Estado, uma política e instrumentos legais necessários à operacionalização de um sistema de poupança e crédito, com uma componente, via bancos comerciais, para os médios e os grandes empresários rurais e das pescas, e uma componente de microfinanças, para os pequenos agricultores, pescadores artesanais, pequenos comerciantes e outros pequenos empresários do SADERPE.
- ii. Disponibilizar, através do sistema bancário existente, linhas de crédito para financiamento de investimento e operações de actividades agro-pecuárias, florestais e das pescas, com recursos do Orçamento Geral do Estado ou do FDRP.
- iii. Disponibilizar, via ONGs especializadas, recursos do micro-crédito⁵⁶, para financiamento das actividades dos pequenos agricultores, pescadores artesanais e outros pequenos empresários rurais.
- iv. Desenvolver um programa de formação de especialistas em crédito formal e micro-crédito para apoiar a operacionalização da política de mobilização e oferta de crédito para o SADERPE.

65. Para atingir esses objectivos serão desenvolvidas as seguintes orientações estratégicas: (i) preparar, discutir, aprovar e implementar uma política e os instrumentos legais, incluindo um manual⁵⁷ para operacionalização de um sistema de poupança e crédito para as actividades do SADERPE; (ii) monitorar a gestão do sistema de poupança e do crédito, a cargo de instituições autónomas que podem ser apoiadas por financiadores ou organismos especializados; (iii) apoiar a profissionalização progressiva das actividades de micro-finanças reforçando as capacidades das instituições envolvidas com base em critérios de performance; (iv) preparar e implementar um programa de formação formal e não formal para os agentes do sistema de crédito rural, de acordo com as necessidades dos beneficiários e organizar trocas de experiências com instituições afins do País e do exterior; e (v) criar e operacionalizar um quadro de concertação entre os operadores em micro-finanças em parcerias com os parceiros do desenvolvimento rural.

⁵⁵ Visite o site: <http://www.sebrae.com.br/br/home/index.asp>

⁵⁶ Devem ser seguidos de forma estrita os principios do Grameen Bank: <http://www.grameen.com/>

⁵⁷ Conhecer o manual de crédito rural do Banco do Brasil: <http://www.bcb.gov.br/>

66. A instituição⁵⁸ de poupança e crédito deverá dispor dos meios para assegurar o seu desenvolvimento e se estruturar gradualmente para se consolidar e oferecer serviços financeiros duráveis à população visada, tomando em consideração os diferentes níveis de desenvolvimento no qual se encontram. Nesta condição, a liberdade de determinação da política de poupança e de crédito e de determinação das taxas de juros devem ser preservadas. O respeito a essas regras permitirá a atribuição de créditos e a mobilização de recursos locais para o fortalecimento da instituição e aumentar o número de beneficiários do sistema. Uma elevada taxa de reembolso com uma boa cobertura progressiva dos custos de funcionamento da instituição de crédito será a garantia da sua sustentabilidade. Nesta perspectiva, será conveniente pautar-se por boas regras de funcionamento, resultado da experiência dos projectos e programas que tenham desenvolvido a componente crédito.

67. Tendo em conta a situação anterior deve-se considerar:

- i. A avaliação do projecto antes da sua implementação, precisando as intervenções de crédito quanto ao seu objecto, da função do crédito e aos meios.
- ii. A adaptação do objecto do crédito às condições sócio-económicas do beneficiário e aos objectivos da estruturação do meio rural.
- iii. Os períodos de reembolso propostos para os créditos, que não deverão exceder a duração de vida do projecto financiado.
- iv. Os produtos financeiros deverão ser simples e com taxas de juros que reflectam o custo real do dinheiro no mercado de capitais.
- v. Os riscos, que deverão ser cobertos pelas garantias apropriadas ou por um fundo de aval e adaptadas às condições específicas do meio.
- vi. Estimular a poupança e evitar o clientelismo no uso do crédito.

H. Infra-estruturas rurais e das pescas

68. As infra-estruturas estão obsoletas e bastante degradadas, pois desde a independência que os sistemas de produção existentes entraram num longo processo de desmantelamento e de abandono, com falta de manutenção das vias de acesso ao interior do País e aos campos de produção. As instalações das antigas dependências também se deterioraram e hoje estão em ruínas. As infra-estruturas de serviços, envolvendo alojamentos, hospitais, fornecimento de água para o consumo humano e a irrigação, estão em estado avançado de degradação e com capacidades limitadas de funcionamento. Neste contexto, os serviços de apoio à produção encontram-se inoperantes, à excepção das infra-estruturas físicas do CIAT, CATAP e CENFOPA, mas com os serviços prestados por estes organismos são reduzidos ou praticamente inexistentes.

69. Embora uma grande parte das infra-estruturas necessitem de recuperação, é de se considerar que para uma retomada da produção agro-silvo-pastoral e das pescas, uma base mínima de infra-estruturas e de serviços de apoio à produção será indispensável. Neste contexto, o esforço de recuperação já se iniciou com o apoio da cooperação técnica e económica internacional e, principalmente, com os substanciais aportes do Governo da República de Taiwan, da União Européia, entre outros. Contudo, ao nível das propriedades rurais, muito ainda está por ser feito. Por isso, uma componente de desenvolvimento das infra-estruturas rurais e das pescas será essencial para o sucesso da estratégia de desenvolvimento sustentado do sector agro-silvo-pastoral e das pescas da RDSTP.

⁵⁸ Conhecer a experiência exitosa do Programa Nacional de Crédito para a Agricultura Familiar (PRONAF): http://www.pronaf.gov.br/quem_somos/perguntas.htm

Orientações estratégicas

70. Na busca de soluções para os problemas relacionados com as infra-estruturas no meio rural e das pescas, considera-se necessário tomar várias medidas, a saber:

No plano legislativo é necessário rever e reformular a Lei Fundiária a fim de:

- i. Oferecer garantias aos beneficiários de alojamentos e infra-estruturas colectivas e definir um verdadeiro estatuto de propriedade.
- ii. Permitir a atribuição de residências aos que não são agricultores.

Ao nível de medidas técnicas é preciso:

- i. Elaborar o plano de ordenamento das comunidades nas zonas de expansão para a construção.
- ii. A Direcção de Florestas deverá intervir para pôr termo a cortes anárquicos de árvores e propor técnicas de substituição ao uso de madeira para construção.

No plano administrativo:

- i. Estabelecer uma representação administrativa nas antigas dependências.

Situação das pistas rurais

71. Com 0,3 km de estradas/km² e 2.9 km de estrada/1000 habitantes, a densidade da rede é satisfatória. Embora não seja homogénea em todo o território nacional, dada a existência de zonas muito acidentadas na ilha de S. Tome, verifica-se uma concentração das vias na região Nordeste e uma fraca presença ou ausência de rede nas regiões Sul e Sudoeste. O conjunto da rede rodoviária compreende actualmente: 3 estradas nacionais (138km); 2 estradas regionais (38,1 Km); estradas secundárias (36,5 km) que ligam os arredores das cidades, num total de 212,5 km de estradas alcatroadas; e cerca de 400 km das pistas rurais que ligam as dependências às sedes das antigas empresas de Estado.

72. Excepto a parte da rede primária, as estradas estão degradadas e as de terra batida, que dão acesso às áreas distribuídas no quadro do programa de privatização das terras, estão geralmente em mau estado. A falta de manutenção da rede de estradas durante vários anos, tornou inacessível uma grande parte do território. A deterioração das estradas de acesso ao interior das ilhas e às dependências constitui um entrave de relevo ao desenvolvimento do sector agrícola. Limita as possibilidades de deslocação, sobretudo no tempo das chuvas, as zonas de produção, aumentando os custos de produção, transporte e comercialização dos produtos agrícolas e insumos. Algumas comunidades estão assim enclausuradas, outras inabitadas e, por conseguinte, sem comunicação com o exterior.

73. Com a implementação da reforma agrária coloca-se o problema de qual nível da administração pública deve pertencer as estradas e a necessidade de se prever a descentralização da responsabilidade da sua manutenção. Não podendo o Estado ocupar-se dos trabalhos a elas relacionadas, será necessário descentralizar as responsabilidades aos níveis dos distritos e das comunidades.

Orientações estratégicas

74. Disposições devem ser estabelecidas no quadro da Lei Fundiária a fim de se atribuir a propriedade das pistas rurais, bem como a responsabilidade da sua manutenção às autarquias e as comunidades locais. A reabilitação das pistas é uma urgência e deve ser iniciada a partir das roças existentes e daquelas cujas terras estão sendo distribuídas. Cerca de 250 km são considerados como prioritários (cf. estudo ECEOM, Maio de 1995). Uma primeira parte já foi reabilitada, nas duas ilhas, com um financiamento da União Europeia. Uma intervenção

manual para a manutenção das pistas deve ser feita através das brigadas das aldeias, pois a degradação das estradas exige a utilização de unidades mecanizadas.

O caso particular da ilha do Príncipe

75. A ilha do Príncipe confronta-se com dificuldades maiores por causa do isolamento. Distanciada em cerca de 150 km de São Tomé, e com uma população de somente 6000 habitantes, as ligações são reduzidas e os custos de aproximação são muito elevados. A análise das potencialidades e constrangimentos, bem como as principais estratégias propostas para o sector da agricultura e do desenvolvimento rural referem-se a todo o País, e, conseqüentemente, também a Região Autónoma do Príncipe. No entanto, devido à descontinuidade geográfica, existem algumas especificidades que ajudam a melhor compreensão da realidade dessa Região.

76. Vários são os factores e estrangulamentos que agravam o isolamento e obstaculizam o desenvolvimento da Região, destacando-se:

- i. Irregularidade do transporte marítimo entre-ilhas para o escoamento de produtos.
- ii. Carência acentuada de meios de transporte terrestres.
- iii. Vias de comunicação num estado lastimoso e de degradação.
- iv. Falta de infra-estruturas para a conservação, comercialização e de transformação de produtos, bem como elevados custos para a sua exportação.
- v. Irregular abastecimento de factores de produção.

Orientações estratégicas

77. Face às constatações acima enumeradas, no quadro das estratégias ao nível global para o desenvolvimento do sector, medidas específicas deverão ser implementadas para que a Região possa sair paulatinamente do isolamento crónico em que se encontra actualmente. Assim dever-se-á considerar o seguinte:

- i. Favorecer a cabotagem para facilitar e regularizar o transporte marítimo inter-ilhas e para o Continente.
- ii. Reduzir as taxas portuárias aplicadas à saída/entrada de produtos.
- iii. Reconstruir e reabilitar as vias de comunicação, nomeadamente as pistas rurais.

I. Consolidação da Reforma Fundiária

78. Actualmente, o domínio privado do Estado é objecto de importantes reformas introduzidas pela Lei Fundiária de 1991 (artigo 4º), que visam as terras onde se encontram as explorações agrícolas do Estado, bem como os edifícios públicos. A Lei determina que os terrenos cultivados só podem ser atribuídos mediante contrato de concessão, e confere alguns direitos ao sector privado, permitindo aos beneficiários a exploração temporária das terras até então directamente administradas pelo Estado através dos seus agentes.

79. Neste contexto, o Gabinete de Reforma Fundiária (GRF) está encarregado de identificar e proceder à distribuição de terras em parcelas familiares e em médias empresas, de acordo com a Lei Fundiária vigente e por decisão do Governo. Após a aprovação da proposta de atribuição de módulos pela Comissão Nacional de Distribuição de Terras, os beneficiários recebem um título de concessão provisório, válido até a celebração do contrato do usufruto com a Direcção do Finanças. Nesse processo, cabe ao GRF verificar, controlar e avaliar a boa utilização e valorização do uso da terra distribuída.

80. No âmbito do processo de distribuição, constataram-se insuficiências e/ou omissões que devem ser tidas em conta. Para além da concessão de terras, a legislação não contempla o estatuto fundiário dos alojamentos (comboios) dos antigos trabalhadores agrícolas, nem dos respectivos quintais. Não existe, portanto, nenhuma garantia para que os habitantes das dependências possam conservar os respectivos alojamentos. Sem essa garantia e não havendo referência a eventuais apoios externos, inclusive para a recuperação dos mesmos, é pouco provável que venham usar recursos próprios para a sua melhoria.

81. No quadro dos temas ligados à terra, regista-se o facto de não estarem devidamente definidas as áreas de florestas. Considerando que o uso e a responsabilidade de gestão das zonas florestais do domínio público serão objecto de tratamento na nova Lei Florestal e nos regulamentos inerentes a sua aplicação, a promulgação e a publicação desses instrumentos deverão constituir a primeira prioridade da política sectorial referente a essa matéria.

82. Observa-se situação idêntica no que toca as infra-estruturas colectivas, caminhos rurais e obras que se encontram no interior das antigas empresas do Estado, hoje desmanteladas. Com efeito, nenhum texto oficial prevê qualquer solução quanto à sua gestão e manutenção. No fim dos contratos de arrendamento ou de gestão das grandes empresas, por um período de cinco anos, a constatação feita de certos erros técnicos ou de gestão e as agitações sociais produzidas em algumas delas, foi oportuno considerar uma nova forma de valorização e de distribuição parcial ou total das terras de algumas das restantes grandes empresas (Monte Café, Agostinho Neto, Bela Vista). Entretanto, se o sistema de pequena exploração se revelar o mais adaptado e rentável num contexto em que a mecanização da produção é quase impossível, não é de se negligenciar que essa alternativa também possibilita enfrentar os problemas da mão-de-obra e de êxodo rural através da instalação de novos camponeses.

Orientações estratégicas

83. Apesar da existência de certas práticas informais e pontuais de uso da terra no meio rural (nas lavras, quintais, campos e glebas), a herança histórica faz com que não exista o direito “tradicional” em São Tomé e Príncipe nessa matéria, como é o caso de outros países no continente Africano. Se a reforma agrária teve como consequência o estabelecimento de um novo regime fundiário através da implantação de exploradores privados no domínio privado do Estado, criando, por conseguinte, uma situação quase irreversível, uma eventual restituição ao Estado das terras já distribuídas, não se fará sem consequências; compreende-se, pois, que por razões políticas, sociais e económicas evidentes, as terras atribuídas aos pequenos e médios agricultores não podem ser retiradas e colocadas de novo sob uma gestão estatal⁵⁹.

84. Assim sendo, e dado que a actualização da estrutura fundiária suscita um novo tipo de comportamento no relacionamento com as terras, é razoável pensar na necessidade de se projectarem as acções futuras tendo em conta a importância dos interesses em causa nesse processo de reestruturação e de uma nova dinâmica, como:

- i. Importância política. A liberalização do regime fundiário deve reduzir os encargos e intervenções do Estado na economia, permitindo uma repartição equitativa dos recursos fundiários, uma garantia aos produtores, no tocante ao seu futuro e ao usufruto da terra como meio de produção. O estabelecimento de uma legislação

⁵⁹ Pires dos Santos (2000).

fundiária deve permitir maior domínio da terra pelos utilizadores. Só nessas condições poderá ser garantida não só a estabilidade, como também a base do desenvolvimento económico e social de São Tomé e Príncipe.

- ii. **Importância social.** A distribuição das terras originou uma categoria profissional agrícola que, enquanto nova entidade social, deve-se afirmar, estruturando-se e organizando-se, e estabelecer novas relações de diálogo e concertação com os parceiros públicos ou privados e com as autarquias locais, visando uma participação plena na realização dos objectivos de estratégia de desenvolvimento rural. Essa perspectiva de participação só será viável num ambiente de estabilidade social, que só se consegue tornando possível o acesso a terra com todos os direitos e deveres a todos os cidadãos, e, sobretudo, aos empregados das roças (sem terras) que o desejarem, limitando desse modo, o êxodo rural no futuro.
- iii. **Importância económica.** Face ao crescimento demográfico e ao défice comercial elevados, o aumento das produções alimentares e de rendimento, o crescimento da riqueza no País, não é possível sem uma gestão racional que garanta a preservação dos recursos naturais renováveis. Isso implica uma regulamentação e meios de controle adaptados para perenizar esse sector importante da economia santomense. As questões relativas à reforma fundiária e à transferência de competências e poderes do Estado não devem ser tratadas em separado.

85. Neste contexto, a gestão fundiária requer uma definição dos objectivos políticos através de uma política de descentralização, que requer a clarificação no que concerne à delimitação das prerrogativas do Estado e das colectividades locais no território. Além disso, as questões fundiárias envolvem diferentes Ministérios e Serviços do Estado. Uma visão a longo prazo das prioridades do Governo deve ser definida num quadro em que se evidencia a hierarquia dos fins a alcançar. Para isso torna-se indispensável uma concertação interministerial. Considerar que a propriedade privada de terras no meio rural é a panaceia para o estabelecimento da segurança fundiária seria um erro de perspectiva. Com efeito, o que interessa aos agricultores é que os seus direitos de uso e de exploração de terras sejam assegurados. A concessão de títulos de propriedade das terras novamente atribuídas com o seu corolário da expansão de um mercado da terra agrícola deixa antever a perspectiva de uma nova concentração de terras em benefício de actores económicos ausentes e que dispõem de outros recursos, ou que não podem assegurar uma real valorização das terras

Objectivos estratégicos

86. A nova legislação fundiária deverá responder aos seguintes objectivos:
- i. Garantir a segurança fundiária aos novos e futuros pequenos e médios agricultores com título de usufruto, para permitir investimentos a longo prazo, estimulá-los a intensificar os sistemas de produção e promover a protecção das suas terras.
 - ii. Implementação de um quadro legal de direito fundiário conforme as necessidades do País e que garanta a igualdade de tratamento dos cidadãos, e permita resolver os conflitos e favoreça a paz social e o crescimento económico do sector.
 - iii. A extensão da atribuição de terras para a utilização agro-silvo-pastoral, segundo os planos de ocupação dos solos.
 - iv. A implementação de uma gestão local e comunitária do património fundiário público (não privatizado) visando a sua utilização racional, obedecendo aos imperativos de conservação das terras e infra-estruturas.

Implementação ao nível técnico

87. É necessário simplificar o processo de preparação de registo dos títulos de terra, actualmente muito pesado e ineficaz, o que provoca um sentimento de precariedade pelo facto de permitir a entrega provisória de títulos cuja confirmação só se regista depois de muito tempo. A distribuição de algumas terras remanescentes das empresas permitiu aumentar o número de pequenos agricultores, contemplando os ex-trabalhadores agrícolas, mas também favoreceu os jovens provenientes do meio urbano. Entretanto, o registo das terras nacionalizadas é uma necessidade imperativa.

88. A realização de cadastro, já prevista no quadro da reforma fundiária é de fundamental importância. Não se trata, numa primeira fase, de cadastrar sistematicamente cada parcela atribuída sob forma de pequena exploração. Uma delimitação global e marcação do conjunto de terras duma comunidade poderá ser suficiente para começar. Caberá às comunidades dirimir os eventuais litígios no seu seio (cf. Comitês de Aldeia, mais abaixo).

89. A exploração das terras agrícolas e das zonas florestais deve ser mais controlada. Para se evitar uma utilização anárquica e destruidora dos recursos, é essencial estudar os planos de ocupação dos solos, nos quais a vocação das diversas zonas (de habitação, de actividades económicas, agrícolas, agro-florestais e florestais) será em função das suas características morfo-pedológicas. A exploração deverá situar-se numa perspectiva de crescimento das necessidades de terras agrícolas e para a pecuária. Deve-se apelar à participação das comunidades neste processo.

90. Ao nível legislativo, a nova regulamentação conduzirá a:

- i. Revisão do sistema de concessão e criação do quadro legal de direito fundiário, através do estabelecimento de um verdadeiro regime de utilização das terras que ofereça garantia aos agricultores.
- ii. Extensão da propriedade privada com alojamento individual nas dependências.
- iii. Extensão da propriedade privada ou colectiva a outros bens imobiliários construídos nas dependências, e através de uma parte da área florestal e das estradas rurais em função dos modos de apropriação adoptados.
- iv. Criação e definição das competências dos órgãos territoriais específicos de arbitragem, de gestão e de controlo do uso da terra, em ligação com a Administração e as Câmaras Distritais, por um lado, e com a representação das comunidades rurais, por outro lado.

91. Uma revisão e adaptação progressiva da Lei Fundiária é essencial a fim de se levar a cabo uma política consequente da privatização de terras e bens imobiliários a médio prazo (no horizonte 2010) para o uso privado (o uso do título de propriedade), que não só permitirá dar garantia aos produtores nos seus investimentos, mas também, ao Estado para a instauração do imposto fundiário. Por outro lado, o acesso dos pequenos e médios agricultores ao crédito será, de facto, facilitado havendo garantias.

92. Um estatuto de arrendamento de terra deverá igualmente ser formulado, discutido, aprovado e adoptado. A atribuição do domínio florestal (ver a Lei Florestal) e de estradas rurais às comunidades e Distritos, para o uso e gestão territorial descentralizados, far-se-á sob controlo do Estado (Direcção das Florestas). Um parque natural nacional que protegerá a biodiversidade será brevemente construído. Uma “Zona tampão” entre as áreas de cultura e o parque deverá ser delimitada em função dos nível geográfico e da sua utilidade. A legislação aplicável será complementada para o efeito.

Instituições

93. É necessário preparar e aprovar um estatuto para cada autarquia local, para as zonas habitacionais e de extensão das aldeias; de igual modo, os espaços e bens comuns deverão ter um estatuto específico. Comitês de Aldeia poderão ser criados. Será necessário criar e definir as competências dessas instituições comunitárias cujas regras de funcionamento deverão ser estabelecidas no quadro da Lei Fundiária. Poder-se-á recorrer à intervenção de um órgão do Estado para a solução de eventuais conflitos.

J. Cooperação Técnica e Económica

Intervenção da ajuda externa

94. A implementação e financiamento dos programas e projectos para a concretização dos objectivos da política agrícola de São Tomé e Príncipe requererão seguramente o concurso da assistência técnica e financeira externas. No entanto, as intervenções dos financiadores só serão garantidas na medida em que a Estratégia do Sector for objecto de consenso e aprovação dos interessados, incluindo os poderes Executivo, Legislativo e do Conselho de Ministros. Para harmonizar as abordagens do desenvolvimento e favorecer as sinergias, toda a ajuda externa deverá inscrever-se no quadro da nova Estratégia do Sector.

Assistência Técnica

95. Devido ao razoável número de quadros nacionais formados, a assistência técnica internacional necessária deverá ser uma assistência para complementação dos quadros ou técnicos nacionais (uma peritagem do alto nível), cujos postos e missões serão especificados em função das necessidades. A sua substituição pelos nacionais será feita progressivamente, devendo ser condicionada pela formação adequada dos nacionais, o que deverá constituir uma das preocupações dessa assistência. No tocante ao seu engajamento e ao modo de intervenção, a assistência técnica evoluirá tendo em conta as exigências dos futuros quadros orgânicos e funcionais.

Programas de apoio

96. A evolução no domínio do desenvolvimento rural deve ser confirmada para que se possa beneficiar de apoios externos que virão reforçar os esforços envidados. As mudanças a serem efectuadas para implementar e melhorar os sistemas de produção, consolidar a reforma agrária, com as medidas de acompanhamento indispensáveis e reforçar a estruturação do sector, justificam a prossecução dos esforços de investimento.

97. Os programas de apoio aos serviços públicos deverão corresponder às necessidades de cumprimento dos objectivos e da Estratégia do Sector. Terão como função principal a realização de mudanças duráveis no sector evitando o papel de operadores que entram em concorrência com as acções do domínio privado. Serão concebidos de forma a que os encargos adicionais e investimentos que geram para o orçamento do Estado sejam compatíveis com os recursos concedidos ao Ministério e respeitem o quadro do PIP. Por outro lado, a fim de permitir uma capacidade de perenização, os encargos advindos dos serviços e infra-estruturas criadas pelos projectos deverão, no fim destes, serem imputados aos beneficiários ou ao orçamento público.

98. Os projectos serão geridos de forma autónoma sob o controlo do ME e da DGA. Dependerão da Direcção de Planeamento e Estudos que assumirá a tutela técnica ao nível central e a coordenação entre os operadores e que poderá servir para prestar apoio operacional. Esta Direcção terá a colaboração das outras Direcções técnicas da DGA que recolherão as informações sobre o seguimento e dados estatísticos enviados pelos intervenientes no terreno. As Direcções transmitirão os relatórios de seguimento das actividades dos projectos a fim de poderem ser sintetizadas ao nível central para todos os sub-sectoros.

99. As intervenções das ONGs deverão também ter o aval e serem controladas pelo ME a fim de se assegurar a sua conformidade com a Estratégia do Sector e uma boa coordenação com os outros projectos, sem que haja duplicação de esforços ou concorrências desnecessárias. Considerando a necessidade de completar e ajustar as intervenções no domínio do desenvolvimento rural, a fim de se obter um conjunto homogéneo e equilibrado, as ajudas coordenadas dos financiadores aos serviços públicos poderão articular-se através de:

- i. Um programa geral de desenvolvimento integrado das actividades de diversificação e de intensificação dos sistemas de produção (agro-pecuária, florestas e pescas) com uma abordagem global de terreno, apoio e serviços aos agricultores (pesquisa, vulgarização, crédito, poupança, transformação).
- ii. Um programa de reabilitação das infra-estruturas (pistas rurais, alojamentos, infra-estruturas colectivas) com participação e gestão descentralizada e activa pelos agricultores.
- iii. Um programa de apoio à reorganização institucional, aplicação da legislação e implementação de medidas de política de desenvolvimento rural e das pescas.

K. A Mulher do Meio Rural e das Pescas

100. As mulheres assumem cada mais responsabilidades no processo de gestão da economia familiar e a sua participação no desenvolvimento económico da Nação é cada vez mais preponderante. A capacidade de adaptação, espírito de iniciativa das mulheres de se desenvolverem, a emergência de uma capacidade de auto - organização para fazer face as suas necessidades, o apoio a igualdade entre os homens e as mulheres limitado a redução das desigualdades que entravam a participação económica das mulheres e que limitam o pleno benefício dos frutos do desenvolvimento, oferecem enormes oportunidades para melhor equacionar o problema do género em STP.

Orientações Estratégicas

101. As orientações estratégicas para melhorar o status da mulher do meio rural e das pescas incluem: acesso da mulher a todos os serviços e benefícios públicos a que tem o homem; mulheres chefas de famílias (solteiras ou divorciadas) terão preferências sobre os homens para conseguir financiamentos do crédito rural, acesso a obter terra públicas, obter qualquer benefícios públicos, incluindo ajudas alimentares e assistência médica e de medicamentos para si e seus filhos menores; todas as acções estratégicas da Estratégia Nacional da Mulher serão aplicadas integralmente para benefício da mulher do meio rural e das pescas.

L. Região Autónoma do Príncipe

102. A dupla insularidade a que está inserida a RAP reflecte-se também sobre o meio ambiente que tem sido preservado e ainda é rico de potencialidades. Estudos realizados sobre

as alternativas e potencialidades económicas para a RAP⁶⁰ referem que “a ilha do Príncipe tem vantagens comparativas em relação a outras regiões semelhantes (se é que existem), pois é raro encontrar um ambiente tão preservado, o que é uma mais valia para uma estratégia de desenvolvimento e que não deverá ser desperdiçada. Tendo em conta que na Lei Quadro do Uso das Receitas do Petróleo está prevista que um mínimo de 7% das receitas do petróleo destinar-se-á ao desenvolvimento do RAP, uma grande parte destes recursos serão destinados ao sector da agricultura, desenvolvimento rural e pescas da Região.

Orientações Estratégicas

103. No documento DT-01 do Grupo de Trabalho GT-01, que diagnosticou as oportunidades e constrangimentos da RAP, apresenta uma análise de forma detalhada por sub-sector e tema transversal de interesse para o desenvolvimento da Região, bem como, as diversas propostas de acção a desenvolver. Neste sentido, vale a pena enfatizar que as recomendações contidas no documento⁶¹ “Estudos sobre Alternativas e Potencialidades Económicas para a Região Autónoma do Príncipe”, de Abril de 2001 são todas válidas e, por isso mesmo, devem ser consideradas no quadro da preparação de um Plano Director de Desenvolvimento de Médio Prazo para a Ilha. No domínio da pecuária, a RAP oferece oportunidades para o desenvolvimento da suinicultura, pelo facto de não ter sido registado nenhuma ocorrência de surto de peste suína africana. Essas outras recomendações serão consideradas no Plano de Acção para o Desenvolvimento do Sector (Capítulo 7).

6.6 Seguimento e Avaliação da Estratégia

Implementação da Estratégia

104. A Estratégia do Desenvolvimento do Sector, que contém as grandes linhas de força de uma proposta para o sector agro-pecuário, florestal e pesqueiro santomense, num horizonte que se estende até 2025, bem como o seu respectivo Plano de Acção do Desenvolvimento do Sector (PADES) deverão entrar em vigor depois da devida apreciação pública pelo Workshop Nacional e da sua aprovação pelo Governo e Presidente da República, a que se deverá seguir uma deliberação da Assembleia Nacional.

Coordenação

105. A Estratégia do Sector e, em especial, o seu respectivo PADES (ver Capítulo 7) deverão ser coordenados pela Direcção de Planeamento e Estudos (DPE), em articulação com as demais unidades do Ministério da Economia, e os outros Ministérios, traduzindo com isso o alto empenhamento do Governo no êxito e na prossecução deste instrumento fundamental para a modernização do sector da agricultura, do desenvolvimento rural e das pescas, através de uma adequada coordenação das políticas públicas, planos, programas e estratégias nacionais, sectoriais, sub-sectoriais e de temas transversais e de uma crescente parceria entre os actores da sociedade civil.

O Papel da DPE

106. A DPE como coordenadora da implementação da Estratégia deverá desempenhar as seguintes funções:

⁶⁰ Alternativas e potencialidades económicas para a Região Autónoma do Príncipe, Soconesi, Lda, Abril 2001.

⁶¹ RDSTP (2001).

- i. Promover a reflexão prospectiva sobre as questões de desenvolvimento, sustentabilidade e inserção da Estratégia nos planos do Governo e no Orçamento Geral do Estado.
 - ii. Assegurar a coordenação necessária à elaboração do Plano Anual de Implementação (PAI) da Estratégia e a sua correspondente operacionalização em coordenação com as instituições públicas, das organizações da sociedade civil (OSC) e privadas.
 - iii. Promover a discussão pública da Estratégia e do PAI e tomar iniciativas que reforcem o envolvimento da sociedade civil.
 - iv. Realizar a monitorização da Estratégia, utilizando indicadores de eficiência e eficácia.
 - v. Proceder à avaliação periódica da implementação da Estratégia e do PAI e tornar pública a conclusões e recomendações da avaliação.
107. Para cumprir a sua missão, a DPE deverá:
- i. Assegurar a coordenação interministerial no processo de implementação da Estratégia e do PAI, assim como a participação do Governo da Região Autónoma do Príncipe.
 - ii. Preparar o processo de revisão da Estratégia, a concretizar em períodos sucessivos de três anos, com as respectivas alterações ao nível do PAI e do PADES.
 - iii. Contribuir para a preparação das reuniões que o Conselho de Ministros deverá dedicar à avaliação da prossecução da Estratégia.
 - iv. Facilitar a recolha e organização da informação necessária para a elaboração dos programas de investimento que, anualmente, o Orçamento Geral do Estado deverá contemplar para a viabilização da Estratégia e do PAI.
 - v. Acompanhar a evolução da Estratégia Nacional de Redução da Pobreza e das outras estratégias afins, para permitir uma articulação efectiva com a Estratégia do sector.
 - vi. Produzir os Relatórios de Progresso Anuais (RPA), tendo como elementos essenciais os indicadores da Estratégia.
 - vii. Promover a articulação com as entidades responsáveis pelo acompanhamento anual e pela revisão trienal da Estratégia e do PADES.
 - viii. Garantir o desenvolvimento de parcerias com actores da sociedade civil em torno dos objectivos operacionais da Estratégia e do PAI.
 - ix. Contribuir para a difusão nacional, nomeadamente através de comunicação social, da natureza, significado e objectivos da Estratégia.

Acompanhamento, Monitorização e Avaliação

108. A implementação dos objectivos e metas da Estratégia encontra no PADES e no PAI os seus instrumentos dinâmicos e flexíveis. O PADES deverá ser capaz de reflectir e integrar tanto as alterações conjunturais como as mudanças mais profundas, ocorridas tanto no plano interno como externo, de forma a calibrar os recursos humanos, legislativos, políticos e financeiros necessários para manter o rumo determinado pelos objectivos e metas de médio e longo prazos da Estratégia. Para garantir, em simultâneo, a flexibilidade do PADES e a sua coerência com a Estratégia são fundamentais: acompanhamento, monitorização e avaliação.

109. O acompanhamento permanente da Estratégia e do PADES deverá ser efectuado pela DPE e pelo Conselho de Direcção Alargado do ME. A monitorização da estratégia e do PADES será efectuada numa base anual, através de um Relatório de Progresso da responsabilidade da DPE que coordenará a recolha de informação relevante, nomeadamente quantitativa, por parte de diferentes unidades do ME (Direcções, Institutos, Centros e Projectos), diferentes Ministérios e do Instituto Nacional de Estatística. No âmbito de

preparação dos Relatórios de Progresso, para além da utilização dos indicadores⁶² gerais e indicadores chave, que integram a Estratégia, a DPE promoverá o desenvolvimento de novos indicadores, pelas autoridades estatísticas competentes que possam medir com maior rigor, por exemplo, as interacções entre economia e ambiente. A Avaliação dos Relatórios de Progresso Anuais será da competência da DPE e do ME. No âmbito desta competência poderão ser convocadas reuniões interdisciplinares de peritos ou conferências nacionais, com o envolvimento da DPE. A DPE terá igualmente capacidade de iniciativa para contratar especialistas independentes para a avaliação anual de certos domínios que se consideram decisivos para o sucesso da Estratégia e do PADES.

Envolvimento da Sociedade Civil

110. A participação da sociedade civil na elaboração da Estratégia constitui, em primeiro lugar, uma exigência da sustentabilidade. O PADES constituirá uma oportunidade fundamental para reforçar as parcerias entre o estado e a sociedade civil na implementação da Estratégia. Pretende-se que todos os parceiros sociais se envolvam na elaboração da presente Estratégia e do respectivo PAI, assumindo que, se o envolvimento efectivo dos cidadãos não for assegurado, a implementação do PADES será claramente prejudicada. Uma visão para o SADERPE tem necessariamente de resultar de um amplo debate público e de um envolvimento dos cidadãos na sua discussão.

Revisão e Conclusão da Estratégia

111. A revisão da Estratégia e do PADES deverá ser efectuada no primeiro semestre após cada período de três anos de implementação. A DPE coordenará o processo de discussão pública, facilitando o processo que deverá ser concluído por uma nova decisão do Conselho de Ministros e por uma correspondente Resolução da Assembleia da República. A Conclusão da Estratégia e o PADES deverá ser objecto de um Relatório Final cuja elaboração e aprovação deverá ser efectuada no segundo semestre de 2025.

⁶² Partir daqueles indicados para cada sub programa do Capítulo 7.